

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
MESTRADO EM DIREITO ECONÔMICO E SOCIOAMBIENTAL**

ALESSANDRA BARICHELLO BOSKOVIC

**A CRISE ECONÔMICA DE 2008
IMPACTOS NA SOCIEDADE LABORAL BRASILEIRA**

CURITIBA

2011

ALESSANDRA BARICHELLO BOSKOVIC

**A CRISE ECONÔMICA DE 2008
IMPACTOS NA SOCIEDADE LABORAL BRASILEIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Direito Econômico e Socioambiental.

Orientador:
Prof. Dr. Marco Antônio César Villatore

CURITIBA

2011

ALESSANDRA BARICHELLO BOSKOVIC

**A CRISE ECONÔMICA DE 2008
IMPACTOS NA SOCIEDADE LABORAL BRASILEIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Direito Econômico e Socioambiental.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Marco Antônio César Villatore
Orientador - PUCPR

Prof. Dr. Alvacir Alfredo Nicz
Membro Interno

Prof. Dr. Ricardo Marcelo Fonseca
Membro Externo

Curitiba, 03 de março de 2011.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador e amigo, professor Villatore, pelos valiosos ensinamentos sobre o Direito do Trabalho e a vida acadêmica. Mais, pela confiança e entusiasmo com que acompanhou e incentivou minha caminhada através dos desafios enfrentados ao longo do curso e do desenvolvimento deste trabalho.

Ao professor Luiz Eduardo Gunther, não só por acolhedoramente me receber em sua disciplina “Tutela dos Direitos de Personalidade na Atividade Empresarial”, no curso de mestrado do UNICURITIBA, mas também por me mostrar que brilhantismo e humildade podem coexistir, valorizando ainda mais um ao outro.

Ao mestre e amigo José Affonso Dallegrave Neto, exemplo de competência, dedicação e honestidade, inspiração para meu ingresso na vida acadêmica.

A meus pais, Beatriz e Alexandre, que em momento algum mediram esforços para possibilitar a realização de meus sonhos, que sempre guiaram-me pelos caminhos corretos, ensinaram-me a fazer as melhores escolhas e mostraram-me que a honestidade e o respeito são essenciais à vida. A eles devo a pessoa que sou.

A José Rodolpho Bernardoni, amigo, cúmplice e companheiro, pela paciência, apoio, incentivo, e, principalmente, por me fazer mais feliz a cada dia. À pessoa que me faz querer ser melhor sempre e sempre, meu agradecimento e amor eterno.

À grande amiga Alissa Harger, consorte de minha vida, por estar ao meu lado nos melhores e nos mais difíceis momentos.

Aos amigos Adalberto Caramori Petry, Albano Kerber, Christopher Marcantoni, Eva Curelo, Gustavo Von Bahten, Ingrid Althaus, José Osório do Nascimento Neto, Luciano Reis, Marion Bach e Tássia Urbano, que participaram diretamente da construção deste trabalho, seja pelas repetidas leituras e apontamentos de sugestões, seja pelas palavras de tranquilidade proferidas nas horas de desalento, seja, ainda, por compartilharem das mesmas incertezas e inseguranças deste momento de vida.

RESUMO

Originada nos Estados Unidos, a crise econômica que eclodiu no último trimestre de 2008 logo se espalhou por todo – ou quase todo – o mundo, interrompendo consistentes ciclos de crescimento, levando à ruína muitas empresas, comprometendo grandes instituições bancárias, e, o que mais nos interessa, empurrando milhares de pessoas à situação de desemprego. A real dimensão do problema enfrentado, no entanto, permanece bastante nebulosa. Este assunto foi debatido na 98.^a Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, que teve como resultado a adoção de uma recomendação intitulada Pacto Mundial para o Emprego. Com base nos princípios contidos no Pacto, cada país pôde formular seu pacote personalizado de medidas para sua realidade, observadas suas prioridades. No Brasil, o governo federal implementou ou ampliou diversas medidas, que vão desde a injeção de liquidez no mercado de crédito e a redução da taxa básica de juros da economia até a ampliação da cobertura do Programa Bolsa Família, a concessão de parcelas extras do seguro-desemprego e a criação de programas de qualificação profissional. A fim de delinear os verdadeiros impactos da crise econômica no mercado de trabalho brasileiro, bem como avaliar se as políticas adotadas pelo governo brasileiro foram eficazes, diversos indicadores foram pesquisados e comparados. Considerando, contudo, a diversidade de contextos entre os vários segmentos econômicos, bem como a extensão territorial brasileira, o estudo dos dados coletados foi desenvolvido de forma fragmentada: primeiramente de acordo com os três principais segmentos econômicos (agropecuária, indústria e comércio) e posteriormente segundo um critério geográfico (regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Distrito Federal, Recife e Porto Alegre). Os dados analisados demonstraram *prima facie* duas questões: a) que a crise econômica afetou a economia brasileira de forma bastante segmentada; b) que a reação esboçada pelo mercado de trabalho foi relativamente heterogênea em todo o território brasileiro.

Palavras-chave: Crise econômica. Mercado de trabalho. Pacto Mundial para o Emprego. Análise de dados.

ABSTRACT

The economic crisis which begun in the U.S.A., popped up in the last quarter of 2008 and soon spread all over – or almost all over – the world, interrupting consistent cycles of growth, leading many companies to complete bankruptcy, compromising great bank corporations and, what matters the most to us, driving thousands of people to unemployment. The real dimension of the problem we are dealing with, however, remains quite cloudy. The labor market's protection in the crisis cenario was debated at the 98th ILO - International Labor Organization's Conference, in which they adopted a recomendation named Global Jobs Pact. Based in the Pact's principles, each country could create its own anti-crisis measures package based on its reality and watching its priorities. In Brazil, the federal government implemented and increased many programmes and measures, which go from pumping liquidity for the credit market and reducing the interest fees to increasing the covering of Bolsa Familia (family allowance), allowing extra payments for those who receive unemployment ensurance and creating programmes for professional qualification. In order to establish the real impacts of this economic crisis in the Brazilian labor market and also in order to evaluate if the policies adopted by the Brazilian government were actually effective, many indicators were studied and compared. Considering, however, the diversity of contexts between the many economic segments and also the great extension of Brazilian territory, the data analysis was developed in a fragmented way: first of all, according to the three main economic segments (farming, industry and commerce), and then according to geographical criteria (São Paulo, Belo Horizonte, Distrito Federal, Recife and Porto Alegre's metropolitan areas). The analized data show, *prima facie*, two issues: a) the economic crisis affected the Brazilian economy in a very segmented way; b) the labor market's reaction to the crisis was heterogeneous all over the national territory.

Keywords: Economic crisis. Labor market. Global Jobs Pact. Data analysis.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Participação dos clientes subprime na criação de hipotecas	35
Gráfico 2 - Proporção de veículos usados negociados para cada carro novo emplacado	62
Gráfico 3 - Produção de grãos no ano de 2007 por região.....	85
Gráfico 4 - Produção agrícola 2007: principais culturas	86
Gráfico 5 - Produção agrícola 2008: principais culturas.....	87
Gráfico 6 - Produção agrícola: safra total de grãos	87
Gráfico 7 - Produção agrícola 2009: principais culturas	88
Gráfico 8 - Produção animal	89
Gráfico 9 - Produção animal - variação percentual.....	89
Gráfico 10 - Variação do emprego no setor agropecuário	92
Gráfico 11 - Evolução do emprego no setor agropecuário	93
Gráfico 12 - Produção industrial brasileira.....	96
Gráfico 13 - Sondagem da indústria de transformação: índice de confiança da indústria (considerado o ajuste sazonal).....	99
Gráfico 14 - Evolução do emprego no setor industrial (x 1.000).....	100
Gráfico 15 - Variação do emprego no setor industrial.....	101
Gráfico 16 - Aumento das vendas: comércio varejista - 2007	102
Gráfico 17 - Variação das vendas: comércio varejista.....	104
Gráfico 18 - Evolução do emprego no comércio.....	105
Gráfico 19 - Variação do emprego no comércio	106
Gráfico 20 - Proporção de pessoas que trabalham mais de 44 horas semanais	116
Gráfico 21 - Variação do número de ocupações entre 2008 e 2009, por região	130

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados consolidados PNMPO	64
Tabela 2 - Reajuste do salário mínimo 2003-2010	65
Tabela 3 - Volume de vendas do comércio varejista e do comércio varejista ampliado, segundo grupos de atividade	104
Tabela 4 - Estimativas do número de ocupados segundo setores de atividade econômica. Região Metropolitana de São Paulo - 2007-2009	110
Tabela 5 - Quadro sinóptico - São Paulo e Região Metropolitana	110
Tabela 6 - Estimativas do número de ocupados segundo setores de atividade econômica. Região Metropolitana de Belo Horizonte. 2007-2009	115
Tabela 7 - Quadro sinóptico: Belo Horizonte e Região Metropolitana	116
Tabela 8 - Estimativas do número de ocupados segundo setores de atividade econômica. Distrito Federal - 2007-2009	119
Tabela 9 - Quadro sinóptico: Distrito Federal	120
Tabela 10 - Estimativas do número de ocupados segundo setores de atividade econômica. Região Metropolitana de Recife - 2007-2009	123
Tabela 11 - Quadro sinóptico: Recife e Região Metropolitana	124
Tabela 12 - Estimativas do número de ocupados segundo setores de atividade econômica. Região Metropolitana de Porto Alegre - 2007-2009	126
Tabela 13 - Quadro sinóptico: Porto Alegre e Região Metropolitana	127
Tabela 14 - Taxas de desemprego total: regiões metropolitanas e Distrito Federal	129

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN	- Banco Central do Brasil
BNDES	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAGED	- Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, do MTE
CEF	- Caixa Econômica Federal
CLT	- Consolidação das Leis do Trabalho
CODEFAT	- Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
CONAB	- Companhia Nacional de Abastecimento
CONPEDE/FIDEM	- Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
COPOM	- Comitê de Política Monetária
CRFB	- Constituição da República Federativa do Brasil
CTPS	- Carteira de Trabalho e Previdência Social
DF	- Distrito Federal
DIEESE	- Departamento Intersindical de Estatísticas do Trabalho
EMBRAPA	- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAT	- Fundo de Amparo ao Trabalhador
FED	- Federal Reserve
FENABRAVE	- Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores
FGTS	- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FGV	- Fundação Getúlio Vargas
FI-FGTS	- Fundo de Investimento em Infraestrutura, com Recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IBRE	- Instituto Brasileiro de Economia
ICI	- Índice de Confiança na Indústria
ICMS	- Imposto sobre a Circulação de Mercadorias
INPC	- Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPI	- Imposto sobre Produtos Industrializados
ISS	- Imposto sobre Serviços
LSPA	- Levantamento Sistemático da Produção Agrícola

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	AS DUAS GRANDES CRISES ECONÔMICAS GLOBAIS: 1929 E 2008	14
2.1	A GRANDE DEPRESSÃO DE 1929	19
2.1.1	A origem da crise.....	19
2.1.2	O desenrolar dos fatos	25
2.2	A CRISE DE 2008.....	30
2.2.1	2008: a origem da crise	32
2.2.2	O desenrolar dos fatos	37
3	O PACTO MUNDIAL PARA O EMPREGO E AS MEDIDAS ADOTADAS PELO GOVERNO BRASILEIRO	44
3.1	MEDIDAS SUGERIDAS PELO PACTO.....	48
3.1.1	Aceleração da criação de empregos	48
3.1.2	Reforço aos sistemas de proteção social	48
3.1.3	Reforço ao respeito às Normas Internacionais do Trabalho.....	49
3.1.4	Diálogo social	51
3.2	MEDIDAS ADOTADAS PELO GOVERNO BRASILEIRO.....	52
3.2.1	Injeção de liquidez no mercado de crédito.....	52
3.2.2	Manutenção de investimentos com alta capacidade de geração de emprego.....	54
3.2.3	Redução da taxa de juros básica da economia	56
3.2.4	Desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados.....	59
3.2.5	Abertura de linha de crédito com juros reduzidos para revendedores de veículos usados, com contrapartida da manutenção dos empregos.....	61
3.2.6	Ampliação da rede de atendimento do microcrédito produtivo orientado	63
3.2.7	Manutenção da política de valorização do salário mínimo.....	64
3.2.8	Ampliação da cobertura do Programa Bolsa Família.....	66
3.2.9	Concessão de parcelas extras do seguro-desemprego aos trabalhadores dispensados dos setores mais fortemente impactados pela crise	67
3.2.10	Criação do Microempreendedor Individual (MEI).....	70

3.2.11	Implementação de programas de qualificação profissional	72
3.2.12	Concessão de bolsa de qualificação a trabalhadores com contrato de trabalho suspenso.....	74
3.2.13	O Brasil e o Pacto Mundial para o Emprego.....	76
4	ANÁLISE DE DADOS	79
4.1	ANÁLISE DE DADOS SEGMENTADA: PRINCIPAIS SETORES ECONÔMICOS	84
4.1.1	Agropecuária	85
4.1.2	Indústria.....	94
4.1.3	Comércio	101
4.2	ANÁLISE REGIONAL	106
4.2.1	São Paulo e Região Metropolitana	107
4.2.2	Belo Horizonte e Região Metropolitana	112
4.2.3	Distrito Federal	117
4.2.4	Recife e Região Metropolitana.....	121
4.2.5	Porto Alegre e Região Metropolitana.....	125
5	CONCLUSÃO	128
	REFERÊNCIAS	132
	ANEXO A - EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR SETOR DA ATIVIDADE ECONÔMICA	140
	ANEXO B - VARIAÇÕES DOS RENDIMENTOS MÉDIOS	144

1 INTRODUÇÃO

Durante o ano de 2009 muito se ouviu falar em recessão econômica, bolha imobiliária, *subprime* e escassez de crédito. Originada nos Estados Unidos, a crise econômica que eclodiu no último trimestre de 2008 logo se espalhou por todo – ou quase todo – o mundo, interrompendo consistentes ciclos de crescimento, levando à ruína muitas empresas, comprometendo grandes instituições bancárias, e, o que mais nos interessa, empurrando milhares de pessoas à situação de desemprego.

O cenário de devastação econômica que se delineou nos primeiros meses da crise colocou em estado de pânico muitos financistas e economistas, levando-os a crer que estar-se-ia diante da maior crise econômica desde a chamada Grande Depressão, na década de trinta. Passado o tempo, contudo, esta previsão apocalíptica mostrou-se exagerada. Com isso, a real dimensão do problema enfrentado permanece bastante nebulosa.

Nesta esteira, o presente estudo propõe-se a investigar as consequências da crise econômica de 2008 no mercado de trabalho brasileiro. Seria, evidentemente, interessante a análise de tais efeitos em diversos contextos – tais como a produção, o consumo e a inflação –, ou, ainda, a comparação dos resultados encontrados no Brasil com outros países. Isso fugiria, contudo, ao propósito deste trabalho, que possui na sociedade laboral seu grande interesse. Por isso, estes contextos paralelos serão apenas tratados – superficialmente – quando necessários à compreensão do comportamento do cenário trabalhista.

Para que se alcance o objetivo aqui traçado, é preciso compreender que crises econômicas são inerentes ao sistema capitalista e estiveram presentes durante toda a sua história. Economistas há, inclusive, que pregam a existência de ciclos econômicos. Estes ciclos é que levariam um mercado próspero a entrar em crise e, para dela sair, a implementar medidas que o tornassem novamente próspero – e propenso a uma nova crise. Em sentido inverso, existem estudiosos que defendem caráter único, imprevisível e aleatório do mercado.

Não se pretende, no presente estudo, adentrar às teorias econômicas da crise. A um, porque nos faltam os conhecimentos básicos para compreensão e enfrentamento de tais teorias; e a dois, porque fogem elas do tema eleito para a

análise. É preciso, contudo, assumir uma delas como pressuposto das deduções e análises que serão desenvolvidas. Escolhemos a primeira: a economia é cíclica.

Neste sentido, verificar-se-á que a crise econômica de 2008 não teve origem nos meses que a antecederam, mas sim juntamente com o ciclo econômico que teve início na primeira década deste século XXI.

A fim de situar o leitor, ilustrando o contexto histórico dos fatos que levaram aos dados que serão posteriormente analisados, este trabalho tem seu primeiro capítulo dedicado ao estudo da crise econômica que borbulhou em 2008. Esta crise, conforme se verá, foi comparada ao *crash* de 1929 por importantes jornais, estudiosos e autoridades.

Exatamente por isso, em caráter preliminar, o primeiro capítulo deste estudo abordará os fatores que culminaram no colapso da bolsa de valores nos Estados Unidos em 1929 e a decorrente Grande Depressão que se verificou na década de trinta. Somente então passar-se-á à análise dos fatos vivenciados em 2007 e 2008.

Posicionado o leitor acerca do que foi e como se deu a crise imobiliária de 2008, este trabalho segue seu curso investigando a posição assumida pela Organização Internacional do Trabalho frente aos terríveis reflexos que uma crise nas proporções que se aguardavam poderiam ensejar no mercado de trabalho. Conforme se observará no segundo capítulo, instituiu-se, na 98.^a Convenção da Organização, uma recomendação denominada “Pacto Mundial para o Emprego”.

Além de onze princípios a serem observados pelos governos dos países afetados pela crise, o Pacto sugere quatro medidas visando à contenção dos impactos da crise sobre os mercados de trabalho. Terá o Brasil cumprido as recomendações feitas pela OIT?

O que se pode antecipar desde já, é que muitas foram as políticas implementadas ou ampliadas pelo governo federal brasileiro na tentativa de manter aquecida a economia do país. No presente estudo elencar-se-ão medidas entendidas como principais.

O terceiro capítulo é o cerne de toda a análise aqui desenvolvida. Neste ponto será feito todo um esforço para identificar os impactos da crise econômica de 2008 no mercado de trabalho brasileiro e quantificá-los.

Como não poderia deixar de ser, o primeiro indicativo adotado foi a oscilação do Produto Interno Produto (PIB) brasileiro no período pré e durante a crise. Na sequência,

outros fatores passam a integrar a análise: variações na taxa de desemprego, oscilações nas jornadas de trabalho, abalos nos rendimentos médios percebidos pelos trabalhadores etc.

Estes estudos são feitos de forma segmentada. Uma primeira análise de dados é feita com base nos três principais segmentos produtivos da economia brasileira: a indústria, a agricultura e o comércio. Não se ignora a importância do setor de Serviços, mas em grande medida o estudo aqui desenvolvido é refém dos dados oficiais disponibilizados pelas mais diversas instituições de medição e pesquisa. Em virtude disso, e considerando a incompleta gama de informações acerca do mencionado setor, optou-se por não incluí-lo individualmente na análise.

Uma segunda leitura dos dados é feita, agora com base em um critério geográfico. Cinco cidades e correspondentes regiões metropolitanas foram eleitas para representar o contexto trabalhista em diversos pontos do território brasileiro. São elas: São Paulo, Belo Horizonte, Distrito Federal, Recife e Porto Alegre.

A escolha destas regiões foi feita com base na Pesquisa de Emprego e Desemprego elaborada pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), que mapeia a situação do mercado de trabalho brasileiro em sete pontos: além daqueles utilizados neste estudo, também as cidades de Salvador e Fortaleza. A mesma limitação encontrada nos dados disponíveis sobre o setor de Serviços, contudo, foi verificada nestas duas últimas localidades. Por esta razão optou-se por não utilizar tais cidades na análise de dados que aqui se desenvolve.

Com base nestes cruzamentos de dados poder-se-á, ao final do presente trabalho, determinar o quanto a crise econômica de fato impactou o mercado de trabalho brasileiro. Além disso, independentemente da conclusão obtida sobre a intensidade dos abalos sofridos, pretende-se demonstrar pontualmente onde – e de que forma – eles foram mais sentidos.

2 AS DUAS GRANDES CRISES ECONÔMICAS GLOBAIS: 1929 E 2008

Já se afirmou que capitalismo sem crise é igual a catolicismo sem pecado. Em algum momento, haverá o pecado, assim como o sistema econômico produzirá crises depois de grandes bonanças.¹

Toda a história do capitalismo é permeada por crises econômicas. Apenas no século XX e início do XXI é possível enumerar uma série de episódios no âmbito mundial², sendo absolutamente inviável elencar todos os eventos registrados ao redor do globo terrestre em esferas menores, regionais. Conclusão: crises econômicas são indissociáveis do sistema capitalista.

Neste sentido, Maílson da Nóbrega afirma que:

Crises existem desde que o atual sistema financeiro nasceu, por volta do século XVII. Foram mais de 300, em média uma por década. [...] Felizmente, entre as crises o mundo progride. Até porque elas são prova da inventividade, da curiosidade e do gosto pelo desafio que marcam a experiência humana. Depois das crises, a regulação se renova. Até a próxima crise.³

Compartilham do entendimento Charles P. Kindleberger e Robert Z. Aliber:

A história monetária dos últimos quatrocentos anos tem sido repleta de crises financeiras. O padrão era que o otimismo do investidor crescia com a expansão das economias, a taxa de difusão do crédito aumentava e o crescimento econômico se acelerava. Um número cada vez maior de indivíduos começava a investir para obter ganhos de capital de curto prazo ao invés de retornos

¹ SADDI, Jairo. Prefácio. In: GONÇALEZ, Ramiro. **Que crise é essa?** Curitiba: Juruá, 2009. p.9.

² Charles P. Kindleberger e Robert Z. Aliber formularam um rol com as dez grandes bolhas financeiras da história do capitalismo, sete das quais ocorreram nos séculos XX e XXI. Vejamos: 1636 – a bolha da Tulipa Holandesa; 1720 – a bolha da South Sea; 1720 – a bolha do Mississippi; 1927-1929 – a bolha do preço das ações no final dos anos 1920; 1970 – os aumentos dos empréstimos bancários para o México e outros países em desenvolvimento; 1985-1989 – a bolha em imóveis e ações no Japão; 1985-1989 – a bolha em imóveis e ações na Finlândia, Noruega e Suécia; 1992-1997 – a bolha em imóveis e ações na Tailândia, Malásia, Indonésia e outros países asiáticos; 1990-1993 – o aumento do investimento estrangeiro no México; 1995-2000 – a bolha do mercado acionário de balcão nos Estados Unidos. Evidentemente, a bolha imobiliária norte-americana de 2008 não se encontra inserida nesta listagem pelo fato de esta ter sido elaborada anteriormente. (KINDLEBERGER, Charles P.; ALIBER, Robert Z. **Da euforia ao pânico**: uma história das crises financeiras. São Paulo: Gente, 2009. p.10).

³ NÓBREGA, Maílson da. Crise: como chegamos a este ponto? **Veja**, edição 2103, 11 mar. 2009. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/110309/p_106.shtml>. Acesso em: 01 ago. 2010.

associados à produtividade dos ativos que estavam adquirindo. O aumento no suprimento de crédito e as perspectivas econômicas mais dinâmicas conduziam geralmente a booms econômicos conforme os gastos com investimentos subiam, em resposta às previsões mais otimistas e à maior disponibilidade de crédito, e os gastos das famílias aumentavam com a elevação da riqueza pessoal.⁴

Interessante também o seguinte trecho da obra de Joseph Stiglitz, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 2001:

No decorrer dos últimos 50 anos, a ciência econômica explicou por que e sob quais condições os mercados funcionam bem – e em que situações eles não funcionam. Mostrou por que os mercados podem levar à produção insuficiente de alguns itens – como pesquisas básicas – e à superprodução de outros – como poluição. Os fracassos mais drásticos do mercado são as quedas bruscas de preços, que acontecem de tempos em tempos, as recessões e as depressões que marcaram o capitalismo no decorrer dos últimos 200 anos, que deixaram um grande número de trabalhadores desempregados e uma grande fração do estoque de capital subutilizado.⁵

Quando se trata de tentar explicar os rumos tomados pela economia, os teóricos desta área podem ser divididos em duas principais correntes. Uma delas fundamenta sua tese na existência de ciclos históricos, enquanto a outra procura explicações em personalidades ou acontecimentos únicos.

Ambas as categorias de analistas possuem argumentos favoráveis e contrários. Lester C. Thurow, na apresentação à obra de Ravi Batra, explica que “os dois grupos têm pontos fracos e pontos fortes; os dois podem ser acusados de parciais”. Fundamenta o autor:

Os que acreditam na regularidade dos ciclos históricos são acusados – muitas vezes com justiça – de tentar encaixar circunstâncias muito especiais dentro de suas interpretações cíclicas. Os que acreditam em acontecimentos ou personalidades únicos são acusados – muitas vezes com justiça – de passar por cima de vastas forças econômicas e sociais que transcendem os acontecimentos isolados e os grandes homens.⁶

Como mencionado na introdução ao presente estudo, não possuímos a pretensão de aprofundarmo-nos em cada teoria, contrapô-las e, então, eleger a preferida. Falta-nos

⁴ KINDLEBERGER; ALIBER, 2009,p.315.

⁵ STIGLITZ, Joseph Eugene. **A globalização e seus malefícios**. Tradução de Bazán Tecnologia e Lingüística. São Paulo: Futura, 2002. p.267.

⁶ BATRA, Ravi. **1990: a grande depressão**. Tradução de Wladir Dupont. São Paulo: Livraria Cultura, 1988. p.15.

todo o aparato econômico e histórico para tanto. Apesar disso, assumimos como nossa a posição do primeiro grupo de analistas: a economia é cíclica. Isso por dois fatores.

O primeiro é que a leitura dos acontecimentos que levaram às duas crises econômicas que serão aqui examinadas (a de 1929 e a de 2008) demonstra que ambas decorreram de fatos anteriores também ligados a crises econômicas. O segundo fator refere-se ao suporte doutrinário que ampara a teoria: renomados economistas ligam-se a esta corrente, tais como John Maynard Keynes e Michael Kalecki.

Batra, inclusive, autor da obra apresentada por Thurow, orgulha-se de ter previsto já em 1980 que a economia dos Estados Unidos entraria em depressão no final daquela década, levando consigo toda a economia mundial.⁷ Tal previsão teria sido feita, de acordo com ele, com base em uma cuidadosa análise dos ciclos passados.

Um ciclo econômico, segundo Michael Parkin, “é o movimento oscilante, para cima e para baixo, periódico mas irregular, da produção”.⁸ Esta oscilação, explica o autor, pode ser mensurada com base nas flutuações do produto interno bruto (PIB) real em relação ao PIB potencial.⁹

Paulo Sandroni, Professor na Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, complementa:

[...] a recessão, da qual tanto se fala hoje em dia nos jornais, é uma fase de retração dos negócios, de queda da produção, etc., mas, de qualquer forma, uma fase do ciclo econômico. Portanto, todo ciclo completo contém necessariamente uma fase de recessão, que pode ser superada rapidamente, como também pode aprofundar-se, transformando-se numa depressão prolongada. Embora não exista consenso entre os economistas sobre as mais imediatas causas das crises, todos concordam que dificilmente encontraremos dois ciclos idênticos. Ou melhor, os ciclos são como os sambas do Martinho da Vila: parecidos, mas não iguais.¹⁰

⁷ “Foi em 1980 que revelei, pela primeira vez, a minha previsão de que outra grande depressão iria atingir o mundo no fim da década.” (BATRA, 1988, p.21).

⁸ PARKIN, Michael. **Macroeconomia**. 5.ed. São Paulo: Addison Wesley, 2003. p.96.

⁹ O PIB real é a denominação dada ao valor da produção total de um país durante o período de um ano. O PIB potencial, por sua vez, é o valor da produção quando todos os recursos econômicos foram empregados em sua plenitude. Um resultado em que o PIB real se mostra inferior ao PIB potencial significa que houve um subaproveitamento de um ou mais recursos. Na mão inversa, se o PIB real é superior ao PIB potencial, está-se diante de uma situação de superutilização de algum recurso.

¹⁰ SANDRONI, Paulo. **O que é recessão**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1984. p.16-17.

O fato é que vivemos uma economia global dotada de extrema complexidade.¹¹
Neste sentido, George Soros comenta:

Sob alguns aspectos, a versão do século XIX do sistema capitalista global era mais estável que a atual. Havia uma moeda única, o ouro; hoje, há três grandes moedas (o dólar, o iene e o euro) entrecrocando-se como placas tectônicas. Naquela época, as potências imperiais, sobretudo a Inglaterra, extraíam benefícios suficientes do sistema para justificar o envio de cachoneiras para lugares distantes a fim de preservar a paz e cobrar dívidas; hoje, os Estados Unidos recusam-se a atuar como força policial do mundo. Mais importante, as pessoas eram mais enraizadas em valores fundamentais que hoje. A realidade ainda era considerada algo externo, e o pensamento ainda era visto como um meio de adquirir conhecimento. Certo e errado, verdadeiro e falso eram reputados critérios objetivos dos quais se podia depender. A iência oferecia explicações e previsões deterministas. Sem dúvida, havia conflitos entre os preceitos religiosos e científicos, mas, juntos, ofereciam um guia confiável para o mundo. Produziram uma civilização que, a despeito de suas contradições internas, dominou o mundo.¹²

É exatamente a complexidade do sistema econômico que leva uma crise originada em território norte-americano a produzir efeitos por todo o mundo, alcançando, por exemplo, o Brasil.

A crise econômica que estourou em 2008 merece especial análise por duas principais razões: a primeira, e evidente, é o fato de ter sido ela o mais recente episódio externo a impactar a economia brasileira; a segunda refere-se ao fato de ter sido ela relacionada por professores, financistas e instituições ao *crash* de 1929, a mais grave crise ocorrida nos últimos séculos.

Em 06 de outubro de 2008 o jornal O Globo trouxe a seguinte manchete: “Crise pode ser a maior desde 1929 e não deve terminar tão cedo, avalia Mantega”.¹³ No dia 11 do mesmo mês a revista *The Economist* trouxe uma série especial de reportagens sobre a crise econômica. Uma delas trazia a seguinte manchete: “*The worst financial crisis since the Depression is redrawing the boundaries between*

¹¹ “Vivemos em uma economia global, caracterizada não apenas pelo livre comércio de bens e serviços mas, ainda mais, pelo livre movimento de capitais. As taxas de juros e de câmbio e os preços das ações, em diversos países, são intimamente inter-relacionadas, e os mercados financeiros globais exercem uma tremenda influência sobre as condições econômicas. Dado o papel decisivo desempenhado pelo capital financeiro internacional nas fortunas de cada país, pode-se falar em um ‘sistema capitalista global’.” (SOROS, George. **A crise do capitalismo global**: os perigos da sociedade globalizada – uma visão crítica do mercado financeiro internacional. Tradução de Cristiana Serra. Rio de Janeiro: Campus, 2001. p.169).

¹² *Ibid.*, p.193.

¹³ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2008/10/06/crise_pode_ser_maior_desde_1929_nao_deve_terminar_tao_cedo_avalia_mantega-548575774.asp>. Acesso em: 26 jan. 2011.

government and markets [...].¹⁴ No dia 13, a revista *Época* publicou: “O dólar dispara e o governo – enfim – começa a se preocupar com a maior crise na história do capitalismo desde 1929. Não há como escapar dela”.¹⁵

Um relatório publicado pela Organização Internacional do Trabalho assim afirmou: “*La economía mundial está enfrentando la peor desaceleración económica y el colapso más intenso del comercio internacional desde la llamada Gran Depresión en el siglo pasado*”.¹⁶

Daniel McFadden, vencedor do Prêmio Nobel de Economia em 2000, em entrevista dada à Revista *Indústria Brasileira* em dezembro de 2008, afirmou:

Eu diria que o que está acontecendo no mercado financeiro global é comparável ao que ocorreu no começo da Grande Depressão. O mercado de capitais não caiu tanto – ainda. Mas a contração do mercado de crédito é semelhante à que ocorreu em 1930.¹⁷

Outra comparação é feita por Ramiro González: “Quase dois PIBs americanos desapareceram num intervalo de 12 meses. Os dados coletados até o momento permitem avaliar que essa crise só é menor que a de 29. Menor em intensidade, pois em velocidade não há precedentes”.¹⁸

Soros também é bastante pragmático neste sentido.

Estamos em meio a uma crise financeira de intensidade que não se via desde a Grande Depressão nos anos 1930. Não se trata, é certo, do prelúdio de uma nova Grande Depressão. A história não se repete. As autoridades não permitirão que o sistema bancário entre em colapso, como ocorreu em 1932, exatamente porque seu colapso, então, causou a Grande Depressão. Ao mesmo tempo, a crise atual não pode ser comparada às crises periódicas que afligiram segmentos específicos do sistema financeiro desde os anos 1980 – a crise bancária internacional de 1982, a crise do setor de poupança e empréstimos nos Estados Unidos em 1986, a derrocada do seguro a carteiras de investimento em 1987, a falência da Kidder Peabody em 1994, a crise dos mercados emergentes em 1997, a quebra de Long-

¹⁴ A SPECIAL report on the world economy. **The Economist**, v.389, n.8601, p.71, 11 ago. 2008.

¹⁵ CLEMENTE, Isabel; RAMOS, Murilo. O Brasil aguenta? **Época**, edição 543, p.36, 13 ago. 2008.

¹⁶ “*La economía mundial está enfrentando la peor desaceleración económica y el colapso más intenso del comercio internacional desde la llamada Gran Depresión en el siglo pasado.*” (OIT. **Panorama Laboral 2009: América Latina Y el Caribe**. Peru: Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2009a. p.21).

¹⁷ MCFADDEN, Daniel, *apud* PINTO, Paulo Silva. Oito anos de recuperação. **Indústria Brasileira**, v.8, n.94, p.14, dez. 2008. (revista mensal da Confederação Nacional da Indústria).

¹⁸ GONÇALEZ, Ramiro. **Que crise é essa?** Curitiba: Juruá, 2009. p.19.

Term Capital Management em 1998, a bolha da tecnologia em 2000. Esta crise não está confinada a uma determinada empresa ou a um segmento específico do sistema financeiro; ela levou o sistema como um todo à beira do colapso, e está sendo contida com a maior dificuldade. Isso terá consequências de longo alcance. Não poderemos continuar como antes; uma era acabou.¹⁹

Considerando a relevância destas comparações – bem como o peso de seus autores –, passa-se a uma breve análise do contexto que desencadeou na Grande Depressão da década de trinta para, então, adentrarmos aos fatos da crise econômica de 2008.

2.1 A GRANDE DEPRESSÃO DE 1929

2.1.1 A origem da crise

*Simplesmente acontecia que o mercado acionário passava por um estrondoso boom, que, como todos os booms, teria de terminar.*²⁰

Para que se possa compreender o mecanismo que causou o colapso da bolsa de valores em 1929 e a conseqüente depressão econômica que se sucedeu, é preciso ponderar que a década de vinte foi marcada por uma profunda prosperidade econômica.

John Kenneth Galbraith²¹, na obra “1929: o colapso da bolsa”, narra como era a vida nos Estados Unidos na década que antecedeu a Grande Depressão:

A produção e o emprego eram altos, e continuavam a elevar-se. Os salários não subiam muito, mas os preços eram estáveis. Embora muita gente fosse ainda muito pobre, era maior do que nunca o número das pessoas confortavelmente prósperas, abastadas ou ricas. Por fim, o capitalismo norte-americano atravessava, sem dúvida, uma fase vigorosa.²²

¹⁹ SOROS, George. **O novo paradigma para os mercados financeiros**: a crise atual e o que ela significa. Tradução de Lucia Boldrini e Paulo Migliacci. Rio de Janeiro: Agir, 2008. p.109.

²⁰ GALBRAITH, John Kenneth. **1929: o colapso da bolsa**. São Paulo: Pioneira, 1988. p.23.

²¹ Nascido no Canadá em 1908, Galbraith tornou-se cidadão norte-americano em 1937. Dentre outras importantes atividades, foi professor de Economia na Universidade de Harvard e editor da revista *Fortune*. Faleceu em 26 de abril de 2006.

²² GALBRAITH, *op. cit.*, p.4.

O povo norte-americano estava tomado por um forte desejo de enriquecer rapidamente e com o menor esforço possível. Uma primeira demonstração a evidenciar este sentimento coletivo registrou-se na Flórida.

Em meados da década de vinte observou-se um gigantesco *boom* imobiliário na região. Na Flórida, o inverno era incomparavelmente mais agradável do que em Nova York ou Chicago, por exemplo. Além disso, a elevação das rendas e a maior eficiência dos transportes tornavam esta região cada vez mais acessível para outros estados.

Com base neste elemento concreto indispensável, homens e mulheres começaram a construir um mundo de simulação especulativa, mundo esse habitado não por gente que precisa ser persuadida a acreditar, mas por gente que quer uma desculpa para acreditar. [...] Evidentemente, o clima da Flórida não garantia que isso acontecesse; mas permitia que as pessoas que assim quisessem acreditar que acreditassem.²³

No decorrer de 1925, a ganância pela riqueza sem esforço levou à Flórida cada vez um maior número de pessoas. A cada semana novas áreas eram loteadas, mais e mais distantes. “O que era chamado de praia ficava a dez, vinte ou trinta quilômetros da onda mais próxima”.²⁴

O fluxo de pessoas interessadas em investir na região era tamanho que o tráfego que adentrava à Flórida no outono de 1925 gerou congestionamentos infinitos (a ponto de obrigar ferrovias a recusar cargas consideradas não essenciais).

Terrenos mudavam de dono constantemente, sempre por um preço superior ao pago pelo proprietário anterior. Muitos destes lotes eram pouquíssimo atraentes, em brejos e pântanos, mas ainda assim super valorizados: os compradores não pretendiam neles estabelecer suas residências de veraneio, mas sim vendê-los por um valor bastante acima daquele pago.

Na primavera de 1926, entretanto, os novos compradores – fundamentais à realidade dos preços em ascensão – começaram a declinar. De qualquer forma, nas palavras de Galbraith, “esse *boom* não ruiu em consequência de seu próprio peso”.²⁵

No outono daquele ano, dois furacões devastaram a região, destelhando milhares de casas, deixando milhares de desabrigados e matando centenas de pessoas (apenas

²³ GALBRAITH, 1988, p.5-6.

²⁴ *Ibid.*, p.6.

²⁵ *Ibid.*, p.7.

um deles – o mais violento, ocorrido em 18 de setembro – matou quatrocentas pessoas). Era o fim da bolha imobiliária na Flórida.

Este relato interessa ao presente estudo porque consiste na “primeira indicação da disposição de espírito da década de vinte a da convicção de que Deus desejava que a classe média norte-americana fosse rica”²⁶, disposição esta que não morreu com o colapso da Flórida. No mesmo momento em que desmoronou o *boom* imobiliário, a ilusão do enriquecimento sem esforço passou a ser visualizada no mercado mobiliário.

Paulo Sandroni explica:

O enriquecimento fácil e rápido era a ilusão de todos os norte-americanos. Especialmente aqueles que viviam em Nova Iorque, mas próximos da caixinha mágica onde estas maravilhas aconteciam – a Bolsa de Valores –, estavam contaminados pelo perigoso vírus da especulação.²⁷

Não é fácil precisar quando o *boom* do mercado acionário iniciou. Galbraith conta que durante os seis últimos meses de 1924 a cotação dos títulos mobiliários começou a subir e esta trajetória se manteve por todo o ano de 1925.

O ano de 1926 foi marcado por uma oscilação negativa das cotações, registrando-se em março um colapso brusco. Ao final daquele ano, contudo, as ações já estavam mais ou menos no ponto em que se encontravam em seu início.

Já em 1927, “o aumento assumiu aspecto mais violento. Dia após dia, mês após mês, a cotação das ações subia”.²⁸ Neste sentido, extremamente esclarecedora a seguinte explicação dada pelo autor:

Até o início de 1928, mesmo um homem mais cauteloso podia achar que a cotação das ações ordinárias estava subindo em virtude do crescimento dos lucros das empresas, das perspectivas de novas elevações, da paz e tranqüilidade daqueles tempos, e da certeza de que o governo, firmemente no poder em Washington, não tomaria em impostos sobre os lucros mais do que o necessário. No princípio de 1928, a natureza do *boom* se modificou. [...] como em todos os períodos de especulação, chegara a hora em que as pessoas não procuravam convencer-se da realidade das coisas, mas sim encontrar desculpas para fugir em busca do novo mundo da fantasia.²⁹

²⁶ GALBRAITH, 1988, p.8.

²⁷ SANDRONI, 1984, p.8.

²⁸ GALBRAITH, *op. cit.*, p.9.

²⁹ *Ibid.*, p.12.

A Bolsa de Valores já não subia mais a passos lentos e firmes, mas em saltos acrobáticos (eventualmente ocorriam quedas no mesmo modelo, das quais o mercado logo se recuperava e voltava a saltitar). À medida que o *boom* se expandia, ganhavam destaque os grandes negociadores profissionais (a história depois demonstra que muitos destes negociadores profissionais manipularam o mercado – lícita e/ou ilícitamente – e, grande parte deles, afundaram junto com suas ações quando ocorreu o *crash*³⁰).

O dia 12 de março de 1928 registrou um recorde absoluto em *Wall Street*: 3.875.910 ações foram negociadas. No final do mês, contudo, esta movimentação já se tornara corriqueira. Em 12 de junho do mesmo ano 5.052.790 ações mudaram de dono. Ao todo, a Bolsa de Valores de Nova York negociou 920.550.032 ações em 1928 (contra “apenas” 576.990.875, em 1927).³¹

Era cada vez maior o número de empréstimos concedidos por bancos às corretoras, e por estas aos clientes, com intuito de possibilitar a especulação na Bolsa de Valores. As garantias, muitas vezes, eram as próprias ações adquiridas.

Alguns dos ocupantes dos cargos de responsabilidade perceberam que havia sido desencadeada uma especulação desenfreada: alguns acreditavam que algo deveria ser feito para contê-la; outros, que também estavam lucrando com a supervalorização das ações, desejavam que o *boom* continuasse.

É fácil estourar uma bolha; tarefa bem delicada, porém, é introduzir nela uma agulha que a faça diminuir de tamanho gradativamente. Entre os que percebiam o que estava acontecendo no início de 1929 havia certa esperança mas não confiança de que poderiam fazer diminuir o boom. A verdadeira escolha era entre um colapso imediato, deliberadamente planejado, e um desastre mais sério depois.³²

Medidas foram tomadas, não com o objetivo de estourar a bolha, mas com o intuito de frear o mercado. Todas, sem exceção, foram ineficientes – seja por que não produziram quaisquer efeitos, seja porque os efeitos produzidos foram tão insignificantes que no dia seguinte à medida a movimentação da bolsa já havia recuperado o vigor.

³⁰ São exemplos desta situação, segundo Galbraith (1988, p.13-14): John J. Raskob, William Crago Durant, Arthur W. Cutten e os irmãos Fisher.

³¹ *Ibid.*, p.15-17.

³² *Ibid.*, p.24.

O ano de 1929 foi permeado por algumas intensas oscilações negativas no mercado mobiliário, mas para cada queda logo se verificava uma elevação em dobro. Foram criados consórcios para investimento³³, proliferou-se o conceito de alavancagem³⁴ e de janeiro a outubro a bolsa de valores decolou.

Especialmente depois de 1.º de junho de 1929, toda hesitação desapareceu. Nunca antes, ou de lá para cá, tantos haviam se tornado tão maravilhosamente ricos, tão facilmente e tão rapidamente. [...] Não houve calma em Wall Street no verão daquele ano. Paralelamente à constituição dos grandes consórcios de investimento, o mercado mostrou-se o mais animado de todos os tempos. As cotações subiam diariamente, e quase nunca baixavam. [...] Alguns observadores apavoravam-se, pois parecia que Wall Street pretendia engolir o dinheiro do mundo todo.³⁵

A Bolsa de Valores em 1929 influenciou mais do que a economia: passou a integrar a cultura do povo norte-americano.

No verão de 1929, a Bolsa não dominava só o noticiário jornalístico. Dominava também a cultura. A minoria requintada que em outros tempos proclamava seu interesse por Santo Tomás de Aquino, Proust, psicanálise e medicina psicossomática, falava agora da United Founders Corporation e na United States Steel Corporation. Apenas os tipos excêntricos mais egressivos conservavam sua indiferença em relação ao mercado acionário e seu interesse pela auto-sugestão ou pelo comunismo.³⁶

³³ “A ideia de consórcios de investimento é velha, embora, por estranho que pareça, tenha chegado tarde aos Estados Unidos. Desde a década de 1880 que na Inglaterra e na Escócia os investidores, principalmente os de pequeno porte, juntavam seus recursos para comprar ações de empresas de investimentos. Estas, por sua vez, aplicavam o dinheiro assim arrecadado. Um consórcio típico possuía títulos de quinhentas a mil empresas produtoras. Em consequência, uma pessoa com poucas libras ou, digamos, com algumas centenas delas, podia minimizar muito mais seu risco do que se investisse pessoalmente. [...] O risco reduzido e a informação mais exata compensavam sobremaneira a modesta remuneração paga aos administradores dos consórcios. [...] Estima-se que em 1928 foram criados 186 consórcios de investimento; nos primeiros meses de 1929, organizou-se, em média, um a cada dia útil, e o total do ano chegou a 265”. (GALBRAITH, 1988, p.43-45.)

³⁴ “Nos consórcios de investimento, a ‘força de alavancagem’ se conseguiu emitindo debêntures, ações preferenciais, bem como ações ordinárias para se adquirir, mais ou menos exclusivamente, uma carteira de ações ordinárias. Quando as ações ordinárias adquiridas subissem, tendência então admitida como certa, o valor das debêntures e ações preferenciais do consórcio quase não se alteraria. Eram papeis de valor fixo, em decorrência do rendimento predeterminado. Todo, ou quase todo o lucro decorrente da valorização dos títulos componentes da carteira, era então canalizado para as ações ordinárias do consórcio, as quais, por conseguinte, subiam de maneira assombrosa. [...] Era essa a mágica da ‘força de alavancagem’. Mas havia mais. Se as ações ordinárias tão miraculosamente valorizadas pertencessem a outro consórcio possuidor de ‘força de alavancagem’ do mesmo naipe, as ações ordinárias desse consórcio subiriam de 700 a 800 por cento, em consequência daquela vantagem inicial [...]”. (*Ibid.*, p.51-52.)

³⁵ *Ibid.*, p.38, 59, 61.

³⁶ *Ibid.*, p.66.

O dia 03 de setembro marca, unanimemente, o fim da grande alta da década de vinte. Nesta ocasião uma voz dissonante foi ouvida em meio à multidão: era Roger Babson, importante teórico e empreendedor da primeira metade do século XX.

Naquele 5 de setembro, discursando perante a Conferência Anual das Empresas Nacionais, Roger Babson observou: 'Mais cedo ou mais tarde o colapso virá, e pode ser tremendo'. Lembrou que ocorreria em Wall Street o que acontecera na Flórida [...]. [...] concluiu afirmando que 'fábricas fecharão... seus empregados serão despedidos... o círculo vicioso funcionará a pleno vapor e o resultado final será uma grave depressão econômica.'³⁷

Outros grandes nomes de *Wall Street*, da Academia e até do governo já haviam outras vezes profetizado o colapso iminente.³⁸ Pela primeira vez, contudo, declarações neste sentido tiveram a atenção do mercado, fato este que se constitui ainda hoje num grande enigma.

As declarações de Babson provocaram quedas na Bolsa de Valores, às quais deu-se o nome de "Baixa de Babson". No dia seguinte (sexta-feira, 06 de setembro) o mercado já havia se recuperado, mostrando-se firme no sábado. No início da semana seguinte, entretanto, os preços voltaram a despencar.

O comportamento da Bolsa permaneceu irregular, ora em alta, ora em baixa. Visto sob uma perspectiva mais ampla, contudo, o mercado estava indubitavelmente em queda. Era o fim, embora ainda não se pudesse perceber claramente.

³⁷ GALBRAITH, 1988, p.75.

³⁸ Já haviam se manifestado no sentido da existência de um *boom* na Bolsa de Valores o Senador Carter Glass, do *Federal Reserve*; a Sociedade de Economia de Harvard, grupo extracurricular composto por professores de Economia da *Harvard University*, Paul M. Warburg, do *International Acceptance Bank*; bem como serviços e periódicos financeiros consagrados, tais como a *Standard & Poor's* e a *The Commercial and Financial Chronicle*.

2.1.2 O desenrolar dos fatos

Um aspecto comum marcara todas as crises anteriores: uma vez ocorridas, elas passavam. O pior era racionalmente reconhecido como tal, e assim superado. A singularidade do Grande Colapso de 1929 foi que o pior ficava cada vez pior. O que em um dia parecia ser o fim mostrava-se no dia seguinte como sendo apenas o começo. Nada podia ter sido concebido com mais engenhosidade para elevar ao máximo o sofrimento das pessoas e fazer com que o menor número delas escapasse à desgraça geral.³⁹

Segundo Thomas Wilson, no outono de 1929 a economia norte-americana encontrava-se em plena depressão. Os mais altos índices da produção industrial e de manufaturas foram alcançados no mês de junho, para cair a partir de então. A produção de aço entrou em declínio e as cargas ferroviárias reduziram-se. A construção civil apresentava queda há vários anos e reduziu-se ainda mais em 1929. Com a economia em crise, chegou a vez do mercado acionário. Em outras palavras, a queda do mercado “refletiu, principalmente, a transformação que já se evidenciava na situação industrial”.⁴⁰

Kenneth Galbraith, por outro lado, sustenta que o colapso da Bolsa de Valores não decorre do declínio da atividade industrial. Segundo ele, até o final de setembro de 1929 esta queda da atividade econômica era bastante moderada, semelhante a movimentos já acontecidos anteriormente (em 1927, por exemplo).

Do que acabamos de expor segue-se que o Colapso não sobreveio – como sustentam alguns – pelo ato de o mercado ter percebido, de repente, que uma grave depressão estava a caminho. Nenhuma depressão, séria ou não, poderia ter sido prevista no momento em que a Bolsa caiu. Resta ainda a possibilidade de que o declínio dos índices tenham assustado os especuladores, levando-os a descarregar suas ações, estourando assim uma bolha que de qualquer maneira teria de ser estourada um dia. Isso já é mais plausível.⁴¹

Descobrir quais as verdadeiras razões que levaram a bolha acionária de 1929 ao estouro, contudo, é tarefa de importância secundária. Isso porque é da própria natureza do *boom* especulativo entrar em colapso por qualquer motivo. “Diante de

³⁹ GALBRAITH, 1988, p.97.

⁴⁰ WILSON, Thomas *apud Ibid.*, p.79.

⁴¹ *Ibid.*, p.81.

qualquer abalo sério na confiança geral, os especuladores, que sempre esperam pular fora do barco antes do desastre final, mas não sem antes colher tudo o que for possível, podem começar a desfazer-se de suas ações”.⁴²

Independentemente dos motivos, o fato é que nos meses de setembro e outubro de 1929 *Wall Street* começou a apresentar significativas perdas. Em 21 de outubro (segunda-feira) daquele ano o volume de ações negociadas representou o terceiro maior número da história da Bolsa: 6.091.870. Os preços eram cada vez mais baixos.

O dia 24 de outubro, conhecido como Quinta-Feira Negra, é o primeiro episódio relacionado pelos historiadores ao pânico de 1929. Nesta data, 12.894.650 ações foram negociadas, grande parte delas a preços baixíssimos. “As ações eram agora vendidas por nada. As Bolsas de Chicago e Buffalo tinham fechado. Uma onda de suicídios estava em curso; onze conhecidos especuladores já haviam posto fim à vida”.⁴³

Na Bolsa de Nova York, o pânico foi controlado ao meio-dia:

Às doze horas chegou aos repórteres a notícia de uma reunião no número 23 da Wall Street, os escritórios da J. P. Morgan and Company. E logo souberam também quem lá estavam: Charles E. Mitchell, o executivo-chefe do National City Bank; Albert H. Wiggin, presidente do Chase National Bank; William C. Potter, presidente da Guaranty Trust Company; Seward Prosser, presidente da Bankers Trust Company; e o dono da casa, Thomas W. Lamont, sócio principal da Morgan. Segundo a lenda, no transcurso do pânico de 1907 o velho Morgan terminara com as discussões sobre se deveriam ou não salvar a oscilante Trust Company of American, declarando que o local para deter o pânico era ali mesmo. E o pânico foi detido. Agora, vinte e dois anos após, repetia-se o drama. O velho Morgan estava morto. Seu filho encontrava-se na Europa. Mas outros homens de igual capacidade de decisão estavam entrando em ação. Eram os financistas mais poderosos do país. [...] A simples notícia de sua intervenção acabaria com o temor que se apossara da população. Foi o que aconteceu. Rapidamente os banqueiros resolveram reunir recursos para apoiar o mercado.⁴⁴

Na sexta-feira as transações continuaram intensas (pouco mais de 6 milhões de ações negociadas). Graças ao “apoio organizado”, como se denominou a intervenção dos banqueiros, as cotações mantiveram-se firmes, com leve alta.

⁴² GALBRAITH, 1988, p.81.

⁴³ *Ibid.*, p.90.

⁴⁴ *Ibid.*, p.90-91.

Na segunda-feira (dia 28 de outubro), contudo, teve início o verdadeiro desastre. Negociaram-se cerca de 9.250.000 ações, mas as perdas foram ainda mais profundas do que na Quinta-Feira Negra. Aliás, neste único dia as perdas sofridas corresponderam à totalidade da semana anterior. Os banqueiros, que se autorresponsabilizaram pelo “apoio organizado”, viram-se impotentes para controlar e contornar a situação.

Mais difícil ainda foi o cenário que se estabeleceu na terça-feira.

29 de outubro, terça-feira, foi o dia mais devastador da história de todos os mercados. Ele reuniu todos os aspectos ruins de todos os dias ruins anteriores. O volume negociado foi imensamente maior que o da Quinta-Feira Negra; as cotações caíram quase tanto quanto haviam caído na segunda-feira. A incerteza e o temor foram tão avassaladores quanto em qualquer daqueles dois dias. [...] Os ‘vácuos’ que os banqueiros não queriam ver criados abriram-se por completo. Repetidamente e em muitos setores havia uma plethora de ações para vender e ninguém para comprar.⁴⁵

No dia 30 de outubro (quarta-feira), a fim de inspirar confiança aos investidores e estancar o sangramento em *Wall Street*, John D. Rockefeller pronunciou-se: “Acreditando que as condições fundamentais do país são sólidas... meu filho e eu estamos há dias adquirindo ações ordinárias de boas empresas”.⁴⁶ Uma reação positiva do mercado mobiliário foi observada na sequência.

Apesar disso, a semana encerrou com a primeira grande falência: o Grupo *Foshay*, de Minneapolis, cujo capital era de U\$ 20.000.000. Na segunda-feira, 04 de novembro, outra baixa espantosa. Sandroni ironiza o episódio:

Um pânico na Bolsa, ou uma corrida aos bancos, é como água de morro abaixo, ou fogo de morro acima: ninguém segura. No entanto, contrariando o refrão, os maiores banqueiros norte-americanos e alguns renomados financistas tentaram, inicialmente, evitar que o pânico se alastrasse. O que estava em jogo não era simplesmente uma violenta turbulência no mercado de ações que poderia afundar a Bolsa de Valores, mas também a credibilidade pessoal de todos os ‘heróis’ daquela época dourada, e, em última análise, a de todo o sistema apoiado na sociedade por ações. Depois de um efêmero êxito inicial, no entanto, todos perceberam que mesmo os grandes banqueiros e financistas, e as ‘reservas morais’ do capitalismo norte-americano, como Rockefeller, eram impotentes para impedir a catástrofe.⁴⁷

⁴⁵ GALBRAITH, 1988, p.100.

⁴⁶ ROCKEFELLER, John D. *apud Ibid.*, p.149.

⁴⁷ SANDRONI, 1984, p.9.

Os grandes vilões destas novas baixas em *Wall Street* eram os consórcios de investimento e suas forças de alavancagem. Se, em tempos de prosperidade, a força de alavancagem multiplicara os lucros de maneira inimaginável, em tempos de recessão esta mesma força somou prejuízos de forma avassaladora.

Este cenário permaneceu por todo o final de ano de 1929. No primeiro trimestre de 1930 o mercado acionário apresentou considerável recuperação. Em abril este recobrimento perdeu vigor e, em junho, ocorreu outra grande queda. “A seguir, com poucas exceções, o mercado passou a cair semana após semana, mês após mês e ano após ano, até junho de 1932”.⁴⁸

Sandroni brilhantemente resume o contexto da época: “A quinta-feira negra foi seguida por terças, quartas, segundas e sextas, mais negras ainda”.⁴⁹ Galbraith complementa:

A posição a que finalmente chegou fez com que se lembrasse com saudade o pior ponto atingido durante o Colapso. Como devemos lembrar, a 13 de novembro de 1929 as médias industriais do Times se situaram em 224. A 8 de julho de 1932 elas estavam em 58. [...] Na semana de 8 de julho de 1932, a revista *Iron Age* anunciou que o setor siderúrgico estava operando com 12% de sua capacidade. Era um recorde ao contrário. A produção de ferro-gusa era a mais baixa desde 1896.⁵⁰

Mas a crise na Bolsa de Valores não permaneceu a ela restrita. Frederico Mazzucchelli explica:

Todos que não foram mortalmente feridos pelo vendaval de outubro realizavam as perdas e procuravam saldar suas dívidas. O resultado foi a atrofia do circuito do gasto. Imediatamente caiu a produção: entre outubro e dezembro de 1929 a queda da produção industrial chegou a quase 10%; no caso da indústria automobilística a redução foi dramática (92.500 unidades produzidas em dezembro contra 319.000 em outubro). O fechamento das portas do crédito, por sua vez, derrubou os preços das commodities [...].As importações, também vitimadas pelo *credit squeeze*, caíram de US\$ 400 milhões em setembro para US\$ 307 milhões em dezembro.⁵¹

⁴⁸ GALBRAITH, 1988, p.126.

⁴⁹ SANDRONI, 1984, p.8.

⁵⁰ GALBRAITH, *op. cit.*, p.126 -127.

⁵¹ MAZZUCHELLI, Frederico. **Os anos de chumbo**: economia e política internacional no entreguerras. São Paulo: Editora UNESP; Campinas-SP: FACAMP, 2009. p.212.

Continua ele:

No *front* externo, as exportações e as importações norte-americanas caíram de US\$ 5,3 e US\$ 4,5 bilhões em 1929, para US\$ 1,7 e US\$ 1,5 bilhão em 1933. [...] Nesse período, o valor das exportações mundiais caiu 55%, para uma redução de 25% no *quantum* exportado.⁵²

E conclui:

O fato é que em 1932 as estatísticas registraram mais de 12 milhões de desempregados (cerca de um quarto da força de trabalho), uma queda de 25% na produção industrial, a ocorrência de um número recorde de falências e a quebra de cerca de 1500 bancos.⁵³

Sobre as consequências do *crash* no mercado de trabalho, John Kenneth Galbraith leciona:

Após o grande colapso veio a Grande Depressão, que com maior ou menor rigor durou dez anos. O Produto Nacional Bruto (produção total da economia) de 1933 reduziu-se a pouco mais de dois terços do de 1929. Só em 1937 o volume físico da produção retornou aos níveis de 1929, para, logo em seguida, voltar a cair. Até 1941 o valor da produção em dólares continuou inferior ao de 1929. De 1930 a 1940, só uma vez, em 1937, a média anual dos desempregados ficou abaixo dos oito milhões. Em 1933 havia quase treze milhões de pessoas sem emprego, ou seja, perto de uma quarta parte da força de trabalho do país. Em 1938, de cada cinco pessoas, uma ainda estava desempregada.⁵⁴

A renda dos agricultores também foi brutalmente comprometida pela recessão.

Anthony Campagna noticia:

Enquanto a produção agrícola, a produtividade e a população rural permaneciam estáveis ou cresciam ligeiramente, a renda agrícola caiu dois terços de 1929 a 1932. Enquanto os preços pagos pelos agricultores caíram 30% no período, os preços recebidos sofreram uma queda maior, de 56%. Os preços no atacado para os produtos agrícolas caíram mais de 54% de 1929 a 1932, e nunca recuperariam o nível de 1929 na década de 1930.⁵⁵

⁵² MAZZUCHELLI, 2009, p.217.

⁵³ *Ibid.*, p.221.

⁵⁴ GALBRAITH, 1988, p.149.

⁵⁵ CAMPAGNA, Anthony. **U.S. National Economy Policy 1917-1985**. Nova York: Westport; Connecticut e Londres: Praeger Publishers, 1987 *apud* MAZZUCHELLI, *op. cit.*, p.215.

Este cenário começou a ser combatido apenas em 1933, no governo de Franklin Roosevelt, com o plano econômico conhecido como *New Deal* (sustentado, basicamente, na intervenção do Estado na economia).⁵⁶ Os efeitos da crise, contudo, foram sentidos até meados da década de 1940.⁵⁷

2.2 A CRISE DE 2008

*O impacto da crise de 2008 na atividade empresarial internacional foi sério. Segundo projeções, o valor do comércio exterior em 2009 cairia até 9%. O investimento estrangeiro recuou ainda mais: depois de diminuir 15% em 2008, encolheu mais de 40% em 2009.*⁵⁸

No início do ano de 2007 uma forte turbulência nas bolsas de valores de todo o mundo ameaçou um período de prosperidade que durava anos. No dia 27 de fevereiro daquele ano o boato de que o governo chinês passaria a tributar os ganhos na bolsa de Xangai provocou uma onda de insegurança nos mercados financeiros do mundo todo.

Em um só dia a Bolsa de Xangai (SSEC) caiu 9%, registrando perdas de 72 bilhões de dólares entre 27 de fevereiro e 06 de março. A Bolsa de São Paulo (Bovespa) perdeu, no mesmo período, 43 bilhões de dólares. Estas baixas foram ainda mais alarmantes em alguns países centrais: a Bolsa de Nova York (Dow Jones) perdeu 508 bilhões naquele período e a Bolsa de Londres (FTSE) registrou perda de

⁵⁶ Em que pese a extrema relevância do tema para a compreensão da crise de 1929 como um evento completo (crash de 1929; Depressão da década de trinta; e recuperação econômica), o presente estudo se absterá da análise do *New Deal*. Isso porque o exame do referido plano econômico foge ao tema proposto para esta pesquisa, centrado na crise econômica de 2008.

⁵⁷ “A rigor, as sequelas da depressão somente iriam desaparecer com a entrada dos EUA no segundo conflito mundial: entre 1941 e 1944 o PIB cresceu 52%. Foi apenas então que o desemprego se reduziu a proporções insignificantes.” (MAZZUCHELLI, 2009, p.232).

⁵⁸ GUEMAWAT, Pankaj. Ache sua estratégia no novo cenário. **Harvard Business Review**, v.88, n.3, p.38, mar. 2010.

176 bilhões.⁵⁹ A partir de então as bolsas experimentaram enormes oscilações em todo o mundo.⁶⁰

Esta onda de insegurança ganhou força com o alerta dado por Alan Greenspan, ex-presidente do *Fed* (*Federal Reserve*, o banco central americano)⁶¹, segundo o qual se estava diante de uma possível recessão nos Estados Unidos. O motivo: o mercado americano de habitação.⁶²

Embora o setor imobiliário tenha sido um dos principais causadores do crescimento americano desta última década⁶³, sinais preocupantes do seu enfraquecimento começaram a ser percebidos no início de 2007. “De 2000 a 2005, o preço dos imóveis urbanos no país valorizou-se cerca de 70%, uma taxa altíssima, considerando-se a

⁵⁹ UM MUNDO viciado em risco. **Exame**, edição 888, v.41, n.4, p.21, 14 mar. 2007.

⁶⁰ Em 02/10/2008 o Jornal Folha Online publicou: “O Dow Jones Industrial Average (DJIA), principal indicador da Bolsa americana, caiu 3,22%, aos 10.482,85 pontos, enquanto o índice Nasdaq, de alto componente tecnológico, retrocedeu 4,48%, para 1.976,72 unidades. O índice ampliado Standard & Poor's 500, por sua vez, caiu 4,03%, terminando a 1.114,28 pontos. [...] A tensão pressionou os mercados durante toda a sessão. Pela manhã, as Bolsas asiáticas já sinalizavam o desânimo dos investidores com as perspectivas da economia americana. Na Europa, as principais Bolsas também não concluíram o expediente com desempenho melhor. Em Londres, as ações retraíram 1,80% (pelo índice FTSE), enquanto em Frankfurt, a Bolsa local recuou 2,51%.” (Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u451562.shtml>>. Acesso em: 01 ago. 2010).

Em 15/10/2008, o Jornal Zero Hora publicou: “A Bolsa de São Paulo (Bovespa) fechou em queda de 11,39% nesta quarta-feira. A maior queda registrada neste pregão foi de 14,74%, às 16h59min. O mecanismo de *circuit breaker* foi acionado às 14h25min. Em Nova York, o índice Dow Jones Industrial fechou em baixa de 7,87% e o da Nasdaq terminou retrocedendo 8,47%.” (Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1§ion=Economia&newsID=a2244576.htm>>. Acesso em: 01 ago. 2010).

⁶¹ Alan Greenspan presidiu o *Federal Reserve* de 1987 a 2006.

⁶² Kindleberg e Aliber explicam que existe uma inerente e constante relação entre bolhas nos mercados de ações e bolhas imobiliárias. “Muitas bolhas nos mercados de ações estão relacionadas a bolhas nos imóveis. Existem três diferentes tipos de conexões entre esses dois mercados de ativos. Uma é que em muitos países, especialmente os menores e aqueles nos primeiros estágios da industrialização, um montante substancial da valorização do mercado de ações consiste de empresas imobiliárias, companhias construtoras e firmas de outros setores que estão intimamente associados com imóveis, inclusive bancos. Uma segunda conexão é que os indivíduos cuja riqueza tenha crescido acentuadamente como resultado da valorização imobiliária procuram diversificar seus investimentos e então passam a comprar ações; não existem muitas outras maneiras de facilmente diversificar a riqueza. A terceira conexão é a imagem da segunda refletida no espelho; os investidores individuais que tenham obtido lucros consideráveis com a valorização no mercado de ações passam a comprar primeiras e segundas residências cada vez maiores e mais caras”. (KINDLEBERGER; ALIBER, 2009, p.136.)

⁶³ A medida adotada pelo *Fed* após a bolha na internet (facilitando a concessão de crédito a fim de incentivar o consumo) funcionou. Os consumidores voltaram a comprar, especialmente imóveis. Com o mercado imobiliário aquecido, os preços dos imóveis começaram a subir e os investimentos neste setor tornaram-se cada vez mais interessantes, o que gera uma elevação ainda maior dos preços.

inflação local. Em 2006, no entanto, a valorização das residências foi zero”.⁶⁴ Analisemos os fatos.

2.2.1 2008: a origem da crise

*A crise é o desenlace inevitável do boom.*⁶⁵

Conforme já analisado, crises econômicas são intrínsecas ao sistema capitalista. Entretanto, se, por um lado, são incontáveis todos os episódios pontuais já ocorridos no mundo ao longo da história, por outro é possível traçar uma linha cronológica da economia. Esta linha acaba, na maioria das vezes, por formar um elo de ligação – ainda que extremamente reflexo – entre uma crise e outra.

John Maynard Keynes já afirmava:

Quando o sistema evolui, por exemplo, em direção ascendente, as forças que o impelem para cima adquirem inicialmente impulso e produzem efeitos cumulativos de maneira recíproca, mas perdem gradualmente a sua potência até que, em certo momento, tendem a ser substituídas pelas forças que operam em sentido oposto e que, por sua vez, adquirem também intensidade durante certo tempo e fortalecem-se mutuamente, até que, alcançado o máximo desenvolvimento, declinam e cedem lugar às forças contrárias.⁶⁶

Michael Kalecki também leciona:

O aumento da riqueza nacional contém a semente de uma depressão no curso da qual a riqueza adicional se comprova ser apenas potencial. Isto porque uma parte considerável do capital permanece ociosa e somente torna-se útil na próxima recuperação.⁶⁷

⁶⁴ PADUAN, Roberta. Onde mora o perigo. **Exame**, edição 888, v.41, n.4, p.25-26, 14 mar. 2007.

⁶⁵ SINGER, Paul. **O Brasil na crise**: perigos e oportunidades. São Paulo: Contexto, 1999. p.63.

⁶⁶ KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**: inflação e deflação. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. p.217.

⁶⁷ KALECKI, Michael. O mecanismo da recuperação econômica. In: MIGLIOLI, Jorge (Org.). **Crescimento e ciclo das economias capitalistas**. São Paulo: Hucitec, 1977. p.27.

É exatamente o que se passou com o evento em análise. No ano de 2001 os Estados Unidos enfrentaram uma crise econômica decorrente do estouro da bolha das empresas de tecnologia, também conhecida como “crise das empresas *pontocom*”.

Sinteticamente, o que ocorreu foi o seguinte: no final da década de 1990 os Estados Unidos registraram uma forte especulação financeira e tendência de alta nas bolsas de valores em relação às novas empresas baseadas na internet. Esta euforia deveu-se à conjugação de dois fatores: altas expectativas referentes à lucratividade deste inovador segmento, aliadas às baixas taxas de juros praticadas pelo *Federal Reserve*. Falava-se em uma “Nova Economia”.

Em março de 2001 o índice Nasdaq alcançou um nível recorde: 5.132 pontos. Já nas semanas seguintes, entretanto, este nível caiu drasticamente, levando à falência grande parte das empresas *pontocom* que comercializavam suas ações na bolsa.⁶⁸

Para conter os efeitos desta crise, o *Federal Reserve* passou a reduzir as taxas de juros, a fim de facilitar empréstimos e financiamentos, incentivando com isso o consumo. Deste modo, o capital passou a circular mais livremente no mercado. Ramiro González explica:

Quando houve o estouro da bolha da tecnologia em 2000 e após o evento de 11 de setembro de 2001, o *Federal Reserve* (banco central dos Estados Unidos) reduziu a taxa de rendimento dos fundos federais a 1%, taxa baixíssima para os padrões históricos dos EUA. Para ter efeitos duradouros, essa taxa básica de juros foi mantida até junho de 2004. Dinheiro muito barato por três anos.⁶⁹

Eis o momento em que as bolhas da internet e imobiliária se cruzam. Observe-se o parecer de George Soros:

A crise demorou a chegar, mas havia anos era possível prevê-la. Tudo começou com o estouro da bolha da internet no fim do ano 2000. O Fed reagiu cortando sua taxa de juros básica de 6,5% para 3,5% no intervalo de poucos meses. Vieram então os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001. Para combater os efeitos negativos na economia, o Fed continuou baixando a taxa – até chegar a 1% em julho de 2003, a menor em meio século, patamar em que se manteve por um ano inteiro. Durante 21 meses consecutivos, a taxa de juros de curto prazo real ficou negativa.⁷⁰

⁶⁸ As razões que levaram ao estouro da bolha da internet fogem ao objeto do presente estudo, razão pela qual não serão aqui analisadas.

⁶⁹ GONÇALEZ, 2009, p.18.

⁷⁰ SOROS, 2008, p.14.

Esta medida empregada pelo *Fed* colocou em circulação grande volume de capital. Tal fato aqueceu a economia, colocando-a novamente em fase de prosperidade.

O crédito barato deu origem a uma bolha imobiliária, a uma explosão nas compras alavancadas e a outros excessos. Quando o dinheiro é de graça, o emprestador racional continua emprestando até que não haja mais ninguém a quem emprestar. As financeiras especializadas em crédito imobiliário reduziram suas exigências e inventaram novas maneiras de estimular os negócios e gerar comissões.⁷¹

Com isso, começou a se estruturar o contexto que causaria a próxima crise: a bolha imobiliária. George Soros explica:

Entre 2000 e meados de 2005, o valor de mercado das casas cresceu mais de 50%, e houve um boom de novas construções. A Merrill Lynch calculou que metade de todo o crescimento do PIB americano no primeiro semestre de 2005 estava ligada ao setor imobiliário, fosse diretamente, por meio de construção de casas e consumo relacionado, como as compras de mobília nova, ou indiretamente, pelo consumo com o dinheiro obtido com o refinanciamento das hipotecas. [...] Um estudo conduzido por Alan Greenspan em 2005 estimou que, nos anos 2000, o refinanciamento de hipotecas bancava 3% de todos os gastos pessoais. No primeiro trimestre de 2006, era responsável por quase 10% da renda pessoal disponível.⁷²

É muito comum entre os estadunidenses a contração de empréstimos bancários destinados a elevar o consumo, em que é dada a residência como garantia. Com a super valorização dos imóveis e os juros em níveis baixos, estes empréstimos tornaram-se ainda mais usuais.

Nesta fase de exuberância econômica, com muito dinheiro circulando livremente, os imóveis valorizados e os juros baixos, as instituições bancárias flexibilizaram os critérios de concessão de crédito, passando a possibilitá-lo a clientes que, em condições normais, não o teriam.

⁷¹ SOROS, 2008, p.14.

⁷² SOROS, *loc. cit.*

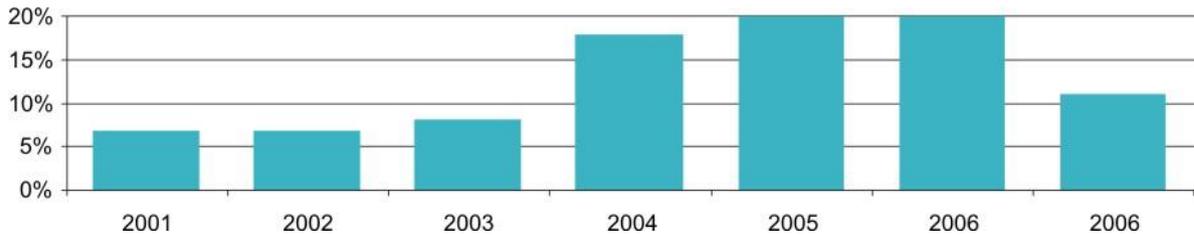


Gráfico 1 - Participação dos clientes subprime na criação de hipotecas

Fonte: Inside Mortgage Finance, 2007 até o 2.º trimestre de 2007 (SOROS, 2008, p.115)

Vale transcrever um pequeno trecho de reportagem publicada na Revista Exame em 29 de agosto de 2007:

A prosperidade que se viu nos últimos anos é fruto de muito trabalho, de níveis cada vez maiores de produtividade, aprimoramento tecnológico, sofisticação na gestão e de uma demanda emergente. Tudo isso é real e os frutos foram distribuídos. [...] Mas a partir de certo ponto o bom senso cedeu espaço à euforia e ao exagero. No auge da festa, quando o dinheiro barato já fluía até para empresas quase falidas e consumidores para os quais nenhum de nós venderia um carro velho, chegou-se a imaginar que a economia no novo milênio havia atingido tal grau de sofisticação e eficiência que os ciclos econômicos tinham sido abolidos e as crises virado coisa do passado. E então a velha e boa 'exuberância irracional' entrou em ação.⁷³

A garantia do pagamento destes empréstimos eram, em sua quase absoluta maioria, os imóveis. Com a saturação do mercado imobiliário, contudo, evidentemente os valores destes imóveis caíram, e, com isso, as garantias dos bancos perderam valor. A inadimplência destes clientes com as piores avaliações de crédito, conhecidos como *subprime*, chegou aos 25% no início de 2007.⁷⁴

Os sinais de que nem tudo ia bem como parecia começaram a brotar no início de 2007. Vejamos alguns exemplos: em 22 de fevereiro o HSBC despediu o chefe de suas operações de crédito imobiliário nos Estados Unidos, reconhecendo prejuízos de 10,8 bilhões de dólares; em 09 de março a *DR Horton* – maior construtora dos Estados Unidos – admitiu perdas com o segmento de hipotecas *subprime*; em 16 de março a *Accredited Home Lenders Holding* anunciou que seriam vendidos 2,7 bilhões de dólares em empréstimos com grande desconto, na tentativa de retomar o fluxo de caixa e continuar operando; em 02 de abril a *New Century Financial* solicitou amparo na Lei de Falências americana para obter proteção contra credores.

⁷³ LAHÓZ, André. O fim do dinheiro fácil. **Exame**, edição 900, v.41, n.16, p.23, 29 ago. 2007.

⁷⁴ PADUAN, 2007, p.26.

As evidências sobre a proximidade do fim da bolha imobiliária continuaram a despontar. Em 15 de junho o *Bear Stearns* anunciou que dois grandes fundos de hedge⁷⁵ com grande exposição a empréstimos imobiliários de alto risco passavam por dificuldades. A solução encontrada foi criar uma linha de crédito de 3,2 bilhões de dólares para socorrer um destes empréstimos e deixar que o outro, na precisa expressão de Soros, implodisse. Com isso, o patrimônio dos investidores, de cerca de 1,5 bilhões de dólares, evaporou.⁷⁶

A tempestade enfrentada pelo *Bear Stearns* provocou fortes ventanias no mercado financeiro. Na tentativa de conter as oscilações econômicas, o presidente do *Federal Reserve*, Ben Bernanke, afirmou publicamente que as dificuldades no setor de crédito *subprime* eram um fenômeno isolado. Os preços se estabilizaram.

Foi apenas no início do mês de agosto que o pânico se instalou nos mercados financeiros. O provável ponto de conversão da tendência foi o pedido de proteção contra credores feito pela *Bear Stearns* para dois fundos de hedge expostos a empréstimos *subprime*, bem como o impedimento feito pela instituição para que seus clientes sacassem de um terceiro fundo.

“Quando a crise irrompeu, os mercados financeiros desandaram com notável rapidez. Tudo que podia dar errado deu. Um número surpreendentemente elevado de pontos fracos revelou-se em período extremamente curto”.⁷⁷

E mais:

A ameaça de quebra de bancos levou imediatamente à redução drástica do crédito que os próprios bancos concedem uns aos outros – no chamado *money market* – e a uma diminuição do crédito em geral. Em decorrência da incerteza generalizada, as cotações nas bolsas começaram a despencar, o mesmo acontecendo com os preços das commodities. Os imensos prejuízos em bolsa e as perdas decorrentes da desvalorização dos imóveis, bem como a falta e a carestia do crédito, levaram consumidores e investidores a reduzirem substancialmente suas compras, ou seja provocando uma queda forte na demanda agregada pelos bens e serviços produzidos pela economia. E começou um processo, que também se auto-alimenta, mas evolui na direção oposta: menor demanda, logo menos emprego e capacidade ociosa

⁷⁵ “Em finanças, chama-se cobertura (*hedge*, em inglês) ao instrumento que visa proteger operações financeiras contra o risco de grandes variações de preço de determinado ativo. Uma estratégia de *hedging* consiste em realizar um determinado investimento com o objetivo específico de reduzir ou eliminar o risco de outro investimento ou transação.” (Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/cobertura_\(finan%c3%a7as\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/cobertura_(finan%c3%a7as))>. acesso em: 11 mar. 2011).

⁷⁶ SOROS, 2008, p.19-20.

⁷⁷ *Ibid.*, p.21.

nas empresas, e, então, menos demanda por bens de consumo e bens de investimento, e assim por diante. É a recessão econômica.⁷⁸

A partir de então houve uma sucessiva quebra de instituições bancárias, intervenções estatais no sistema econômico, injeções de dinheiro pelos bancos centrais de diversos países em todo o mundo. Uma verdadeira crise econômica.

2.2.2 O desenrolar dos fatos

O que aconteceu depois todo mundo já sabe: as famílias americanas que tinham dívidas hipotecadas deram o calote. Países inteiros quebraram, o dólar disparou, montadoras americanas ameaçam falir, recessão na Europa e Japão. [...] A cada dia, pacotes bilionários são lançados, sendo que os primeiros, lançados, não surtiram efeito.⁷⁹

O início da crise econômica de 2008 pode, segundo George Soros, ser oficialmente fixado em agosto de 2007, ocasião em que os bancos centrais se viram obrigados a intervir no sistema para proporcionar liquidez ao mercado.⁸⁰

No dia 06 de agosto, segunda-feira, uma das maiores empresas de financiamento imobiliário e hipotecas dos Estados Unidos, a *American Home Mortgage*, dispensou a grande maioria de seus empregados e pediu concordata.

Três dias depois (09 de agosto, quinta-feira), o banco francês *BNP Paribas* congelou três fundos de investimento no valor de 2 bilhões de Euros. A justificativa para tão radical procedimento foi o argumento de que o Banco já não mais possuía meios para avaliar quanto valiam os ativos dos fundos.

⁷⁸ GONÇALVES, Antonio Carlos Porto. A crise mundial. **Cenários FGV**: Política e Economia para Planejamento Financeiro e Estratégico, 25.^a edição trimestral, v.8, p.22, jan. 2009a.

⁷⁹ GONÇALEZ, 2009, p.18.

⁸⁰ SOROS, 2008, p.12.

Neste mesmo dia o Banco Central Europeu injetou 95 bilhões de euros no sistema bancário a ele subordinado, a fim de amenizar a escassez do crédito. Nos Estados Unidos, o *Federal Reserve* adotou medida semelhante. O mesmo ocorreu no Japão.

No dia seguinte, 10 de agosto (sexta-feira), ocorreu nova injeção de capital no sistema bancário europeu: o Banco Central introduziu mais 61 bilhões de euros na economia. Nos Estados Unidos, o *Fed* também anunciou que providenciaria as reservas financeiras necessárias para fazer frente à crise de liquidez.

No início da semana que se seguiu, no dia 13 de agosto de 2007, o Banco Central Europeu novamente injetou recursos no mercado financeiro: 47,7 bilhões de euros. Foi a terceira injeção de crédito em três dias úteis. Também nos Estados Unidos e no Japão os Bancos Centrais reforçaram as injeções anteriores.

Na quinta-feira, 16 de agosto, a maior organizadora de hipotecas dos Estados Unidos – *Countrywide Financial* – sacou integralmente sua linha de crédito de 11,5 bilhões de dólares. Também a financeira australiana *Rams* admitiu que passava por problemas de liquidez.

No dia 17 de agosto, sexta-feira, nos Estados Unidos, o *Federal Reserve* reduziu em meio ponto percentual a sua taxa de redesconto, ou seja, o juro cobrado nos empréstimos feitos a bancos comerciais. O objetivo, contudo, de ajudá-los a combater a escassez de crédito, não foi alcançado. Outras injeções de recursos foram futuramente efetuadas pelos bancos centrais em escalas, prazos e garantias jamais vistos na história.

Tudo isso colocou enorme pressão no sistema bancário. Os bancos tiveram de acrescentar itens aos seus balanços no momento em que suas posições estavam debilitadas por perdas inesperadas. Tinham dificuldades em avaliar seu próprio grau de exposição e dificuldades ainda maiores para avaliar o dos outros. Em consequência, relutavam em fazer empréstimos entre si e estavam ansiosos por liquidez.⁸¹

Pouco mais à frente, em 12 de setembro de 2007, tornou-se pública a condição do *Northern Rock* (maior banco de crédito mobiliário britânico): a insolvência estava a um passo. Ao fim, o banco acabou nacionalizado.

⁸¹ SOROS, 2008, p.22.

Em que pese os esforços desembolsados pelos bancos centrais para recuperar a liquidez do mercado, a crise continuou em ascensão:

A despeito da injeção de liquidez, a crise se recusou a ceder. Os *spreads* de crédito continuaram a aumentar. Quase todos os grandes bancos – Citigroup, Merrill Lynch, Lehman Brothers, Bank of America, Wachovia, UBS, Credit Suisse – anunciaram grandes reduções no valor contábil de seus ativos no quarto trimestre, e a maioria sinalizou reduções contínuas em 2008. Tanto o AIG quanto o Credit Suisse fizeram anúncios preliminares de redução para o quarto trimestre que tiveram de revisar repetidamente, passando a sensação, sem dúvida acurada, de que haviam perdido o controle de seus balanços.⁸²

No dia 22 de janeiro de 2008 o *Federal Reserve*, novamente em uma reunião de emergência, reduziu em mais 0,75 pontos percentuais a taxa de desconto dos fundos federais. Outra redução foi anunciada no dia 30 do mesmo mês: 0,5 pontos percentuais.

No dia 25 de janeiro de 2008, sexta-feira, revelou-se a existência de operações fraudulentas que haviam custado 7,2 bilhões de dólares ao *Société Générale*. Coincidência ou não, na mesma ocasião o mercado de ações vivenciou um ápice no seu volume de vendas. Ainda nesta data, o *Fed* tomou a absolutamente inédita decisão de reduzir a taxa de juros em 0,75 ponto percentual oito dias antes da reunião ordinária – oportunidade em que a taxa caiu mais 0,5 ponto percentual.⁸³

No mês de abril de 2008 o *Fed* emprestou dinheiro a fim de evitar a falência do *Bear & Stearns* – que acabou vendido ao *J. P. Morgan* por uma pequena parcela de seu valor. Em setembro do mesmo ano, o *Federal Reserve* assumiu o controle da *Fannie Mae* e da *Freddie Mac*, principais empresas do mercado de hipotecas americano. Também no mês de setembro, o *Lehman Brothers* recorreu ao Fed clamando por ajuda, mas teve o pedido negado, resultando na maior falência da história dos Estados Unidos. O que se observou depois disso foi o pânico generalizado.⁸⁴

Alan Greenspan assim comentou o cenário econômico de 2008:

A intermediação financeira global está quebrada. Esse complexo e interdependente sistema destinado a conduzir as poupanças do mundo para investimentos em capital produtivo foi severamente enfraquecida em agosto de 2007. A divulgação de que instituições financeiras altamente alavancadas estavam mantendo insolventes hipotecas americanas *subprime* chocou os participantes do mercado financeiro. Durante um ano, os bancos se esforçaram para

⁸² SOROS, 2008, p.23.

⁸³ *Ibid.*, p.22-24.

⁸⁴ LEITE, Paulo Moreira. Wall Street paga seus pecados. *Época*, edição 540, p.44-50, 22 set. 2008.

responder às demandas dos investidores por maiores reservas de capital. Mas o esforço foi insuficiente e, na esteira da quebra do Lehmann Brothers, em 15 de setembro de 2008, o sistema se partiu. A emissão de títulos corporativos, *commercial paper* e outra grande variedade de seus produtos financeiros cessaram. As atividades econômicas dependentes do crédito financiado foram trazidas a uma paralisação virtual. O mundo enfrentou uma grave crise financeira.⁸⁵

Na Europa também se verificou uma série de intervenções estatais. O maior banco belga, *Fortis*, recebeu uma injeção de 16 bilhões de dólares dos governos da Bélgica, Holanda e Luxemburgo. Com sede em Bruxelas, o banco *Dexia* também foi socorrido com 9 bilhões de dólares de dinheiro público. Na Inglaterra o *Bradford & Bingley* foi nacionalizado e este cenário pode ser observado em todas as partes do mundo.⁸⁶

Apesar das intervenções financeiras, o que se observou foi o desmoronamento do mercado financeiro dos Estados Unidos e da Europa. Tal fato gerou uma escassez do dinheiro que até então circulava livremente pelo mundo. Em outubro de 2008 a revista *Exame* publicou:

Um dos mais longos ciclos de liquidez parece ter chegado ao fim. De acordo com cálculos do Fundo Monetário Internacional, os bancos e as instituições de crédito terão perda de capital próprio de mais de 1 trilhão de dólares com a turbulência atual. Alguns analistas projetam que isso pode ter um impacto de até 10 trilhões de dólares na contratação da oferta de crédito no mundo.⁸⁷

Do mercado financeiro, a crise espalhou-se para todo o sistema econômico, comprometendo sistemas produtivos e até mesmo o PIB mundial.

⁸⁵ “Global financial intermediation is broken. That intricate and interdependent system directing the world’s saving into productive capital investment was severely weakened in August 2007. The disclosure that highly leveraged financial institutions were holding toxic securitized American subprime mortgages shocked market participants. For a year, banks struggled to respond to investor demands for larger capital cushions. But the effort fell short and in the wake of the Lehmann Brothers default on September 15th 2008, the system cracked. Banks, fearful of their own solvency, all but stopped lending. Issuance of corporate bonds, commercial paper and a wide variety of their financial products largely ceased. Credit-financed economic activity was brought to a virtual standstill. The world faced a major financial crisis.” (GREENSPAN, Alan. Banks need more capital. **The Economist**, v.389, n.8611, p.122, 20 dez. 2008).

⁸⁶ SALGADO, Eduardo; COSTA, Melina. A economia às escuras. **Exame**, edição 928, v.42, n.19, p.20-23, 08 out. 2008. p.20-23.

⁸⁷ PIMENTA, Angela. O dinheiro sumiu. **Exame**, edição 928, v.42, n.19, p.24, 08 out. 2008.

"A estimativa do FMI é que o PIB mundial sofra um recuo de 1,3% em 2009, mas que volte, entretanto, a crescer em 2010. Quanto à economia americana, a previsão é de contração de 2,8% em 2009".⁸⁸

Com isso, até mesmo os países que aparentemente permaneceriam de fora da crise foram trazidos para dentro do problema. É o caso do Brasil.⁸⁹ Segundo o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, em torno de 25% do dinheiro disponível para investimentos no Brasil é proveniente do exterior. Com a crise afetando gravemente os países de centro, aliada à instabilidade da bolsa de valores, esta fonte de recursos secou rapidamente.

A partir de setembro de 2008, a interrupção da entrada de capitais ocorreu simultaneamente à pressão de saída de recursos do país. Sobretudo por parte dos investidores não residentes, que foram levados a liquidar seus investimentos em ações e em obrigações denominadas em reais, para fazer frente às perdas verificadas nos países desenvolvidos.⁹⁰

Neste sentido, mencione-se o Panorama Laboral 2009, elaborado pela Oficina Regional da OIT para América Latina e Caribe:

*Después de seis años consecutivos de crecimiento, la crisis financiera se trasladó de los países desarrollados a los de América Latina y el Caribe, a partir del cuarto trimestre de 2008 y el primero de 2009. Ningún país pudo escapar de los efectos adversos de la crisis, que fueron transmitidos mundialmente y de manera sincronizada. La transmisión ocurrió tanto a través de las bolsas como del comercio internacional, aunque los canales de crédito, precios de materias primas y remesas reforzaron el daño general.*⁹¹

⁸⁸ GONÇALVES, Antonio Carlos Pôrto. De onde virá o crescimento econômico brasileiro? **Cenários FGV**: Política e Economia para Planejamento Financeiro e Estratégico, 27.^a edição trimestral, v.8, p.16, jul. 2009b.

⁸⁹ Em 04 de outubro de 2010, durante visita a São Bernardo do Campo, o Presidente da República Federativa do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, comentou: "Lá (referindo-se aos Estados Unidos), ela (a crise) é um tsunami; aqui, se ela chegar, vai chegar uma marolinha que não dá nem para esquiar".

⁹⁰ MOURA, Alkimar R. A crise financeira internacional e seus prováveis efeitos no sistema bancário nacional. **Cenários FGV**: Política e Economia para Planejamento Financeiro e Estratégico, v.8, p.24, 25.^a edição trimestral, jan. 2009.

⁹¹ OIT, 2009a, p.24.

Importantes empresas brasileiras registraram perdas bastante consideráveis. A Sadia S/A⁹², por exemplo, teve um prejuízo de 760 milhões de reais em razão de especulação cambial.⁹³

Variações como estas no mercado financeiro de todo o mundo, por óbvio, acabam por refletir rapidamente no mercado de trabalho. No setor de construção civil, nos Estados Unidos, estima-se que entre 2006 e 2008 cerca de 557.000 trabalhadores tenham sido dispensados.⁹⁴

Em 10 de março de 2008 o Jornal Folha Online publicou a seguinte notícia:

O banco americano de investimentos Lehman Brothers irá demitir cerca de 5% de sua força de trabalho – aproximadamente 1.400 pessoas –, em todas as suas divisões de atuação, segundo reportagem desta segunda-feira da rede americana de TV CNBC. Segundo a reportagem, os cortes devem acontecer hoje.

Fontes ouvidas pela rede disseram que a empresa deve demitir ainda mais funcionários. O banco contava com uma força de trabalho de cerca de 28.600 funcionários até 30 de novembro do ano passado, segundo o relatório mais recente do banco.

O Lehman Brothers fechou cerca de 4.000 vagas no ano passado, principalmente em sua divisão de hipotecas – a mais atingida pela crise imobiliária e de crédito em curso atualmente nos EUA.⁹⁵

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) o número de desempregados no mundo subiu de 34 milhões, em 2007, para 212 milhões em 2009.⁹⁶

No Brasil, diversas empresas concederam férias coletivas a seus empregados ou, em casos mais drásticos, adotaram a dispensa coletiva como forma de reduzir custos.⁹⁷ Mais do que nunca se ouviu falar em flexibilizar o Direito do Trabalho.

⁹² A Sadia S/A é uma empresa brasileira, considerada uma das maiores indústrias de alimentos da América Latina. De acordo com a própria empresa, emprega cerca de 55 mil trabalhadores.

⁹³ PIMENTA, 2008, p.27.

⁹⁴ ANTUNES, Luciene; GIANINI, Tatiana. Pânico, prejuízos e descontrole em Wall Street. **Exame**, edição 927, v.42, n.18, p.26, 24 set. 2008.

⁹⁵ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u380414.shtml>>. Acesso em: 30 mar. 2010.

⁹⁶ Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/topic/employment/news/news_131.php>. Acesso em: 30 mar. 2010.

⁹⁷ As fábricas da General Motors em Gravataí (RS) e São José dos Campos (SP), a fábrica da Peugeot/Citroën em Porto Real (RJ) e a montadora da Ford em Camaçari (BA) concederam férias coletivas a seus empregados como forma de paralisar a produção em razão da crise. A fábrica da Renault, em Curitiba (PR) suspendeu o contrato de trabalho de cerca de mil empregados pela mesma razão (Fonte: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u487566.shtml>>. Acesso em: 23 ago. 2010)

Em 08 de março de 2009 o jornal Folha Online anunciou que, apenas entre os meses de outubro de 2008 e janeiro de 2009, “a crise econômica global já empurrou 88 mil pessoas para o subemprego nas seis principais regiões metropolitanas do país”.⁹⁸

Segundo dados do IBGE, a taxa de desemprego subiu de 6,8% em dezembro de 2008 para 8,2% em janeiro de 2009 nas seis principais regiões metropolitanas do país.⁹⁹ O PIB brasileiro também caiu no primeiro trimestre de 2009, cerca de 1,8%.¹⁰⁰

Estes e outros efeitos desta grande crise econômica serão analisados de forma minuciosa nos próximos capítulos.

⁹⁸ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/foha/dinheiro/ult91u531068.shtml>>. Acesso em: 30 mar. 2010.

⁹⁹ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/foha/dinheiro/ult91u507099.shtml>>. Acesso em: 30 mar. 2010.

¹⁰⁰ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1384&id_pagina=1>. Acesso em: 01 jul. 2010.

3 O PACTO MUNDIAL PARA O EMPREGO E AS MEDIDAS ADOTADAS PELO GOVERNO BRASILEIRO

El Pacto plantea la necesidad de construir un marco regulador del sector financiero que sea adecuado para servir a la economía real, al tiempo que proteja los ahorros y las pensiones de las personas.¹⁰¹

No dia 19 de junho de 2009 reuniu-se a 98.^a Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho. Na ocasião, foram ouvidos os Chefes de Estado, Vice-Presidentes, Primeiros-Ministros e todos os outros participantes da Cúpula da OIT, com o intuito de deliberar acerca da crise global do emprego. Foram recebidas, ainda, propostas feitas pela Comissão plenária da Conferência sobre respostas à crise. O resultado do evento foi a adoção de uma recomendação intitulada Pacto Mundial para o Emprego.

De acordo com a publicação “Para superar a crise: um pacto mundial para o emprego”, da OIT, este Pacto é a resposta mais urgente adotada pela Organização, em seus noventa anos de existência, para enfrentar uma crise econômica. Observe-se:

O Pacto pede a governos e a organizações de trabalhadores e empregadores que trabalhem unidos para enfrentar a crise mundial de emprego com políticas que estejam alinhadas com o Programa de Trabalho Decente da OIT. O Pacto Mundial para o Emprego propõe uma série de medidas para responder à crise, as quais podem ser adaptadas às necessidades e situações específicas de cada país. Não se trata de uma solução única para todos, senão de um portfólio de propostas baseadas em exemplos exitosos, que também foram formuladas para informar e apoiar as ações no âmbito multilateral. Além disso, o Pacto pede a adoção de medidas para manter as pessoas em seus trabalhos, para apoiar as empresas e para impulsionar a geração e recuperação dos empregos, em combinação com o fortalecimento dos sistemas de proteção social, em particular para as pessoas mais vulneráveis, integrando a preocupação com a igualdade de gênero em todas essas dimensões.¹⁰²

¹⁰¹ OIT, 2009a, p.72.

¹⁰² OIT. Recomendação da Organização Internacional do Trabalho. **Para superar a crise: um pacto mundial para o emprego**. Peru: OIT/Escritório Regional da OIT para a América Latina e o Caribe, 2009b. p.2.

Nesta esteira, interessante a análise de alguns dos argumentos trazidos na própria Recomendação:

A crise econômica global e suas conseqüências significam que o mundo está confrontado a uma perspectiva de aumento prolongado do desemprego e agravamento da pobreza e da desigualdade. Normalmente, a retomada do emprego se faz somente muitos anos após a recuperação econômica. [...] As empresas e o emprego estão desaparecendo. Encontrar uma solução para essa situação deve fazer parte de uma resposta global. [...] Há necessidade de se ter opções de políticas globais coordenadas a fim reforçar os esforços nacionais e internacionais centrados no emprego, nas empresas sustentáveis, na qualidade de serviços públicos e na proteção das pessoas, preservando seus direitos, o diálogo social e a participação coletiva. Isto contribuirá para o restabelecimento econômico, para a globalização justa, a prosperidade e a justiça social. O mundo deve ter uma visão diferente após a crise.¹⁰³

O Pacto Mundial para o Emprego traz uma série de princípios que devem pautar as ações dos governos no combate aos efeitos da crise. Passamos a analisá-los.

O primeiro princípio consiste na “atenção prioritária à proteção e ao crescimento do emprego”. Este princípio deverá ser concretizado, de acordo com o próprio Pacto, por meio de empresas sustentáveis, serviços públicos de qualidade e criação de proteção social adequada para todos.

O segundo princípio é o fortalecimento da “ajuda às mulheres e aos homens vulneráveis duramente afetados pela crise”, principalmente a “juventude em risco, os trabalhadores mal-remunerados, os trabalhadores pouco qualificados, os trabalhadores informais e os trabalhadores migrantes”. Em outras palavras, o Pacto prega o mapeamento dos segmentos sociais mais fortemente impactados pela crise e o apoio aos indivíduos que se encontrem em tais grupos.

Outro princípio é a concentração em medidas focadas na manutenção do emprego, na facilitação da mobilidade profissional e no favorecimento do acesso das pessoas desempregadas ao mercado de trabalho. Este princípio praticamente confunde-se com o primeiro, na medida em que ambos têm por escopo a conservação dos postos de trabalho existentes e a criação de novos.

O quarto princípio é a criação ou fortalecimento de “serviços públicos de emprego eficazes e outras instituições do mercado de trabalho”. Não basta que os governos promovam a criação de empregos, também é preciso que oportunizem a larga divulgação

¹⁰³ OIT, 2009b.

das vagas existentes e a ampla possibilidade de participação nos processos seletivos de emprego.

O quinto princípio é a promoção da igualdade de gênero e de oportunidades quanto à melhoria de qualificação profissional para o momento pós-crise. A isonomia entre gêneros no mercado de trabalho é uma constante bandeira hasteada pela OIT.¹⁰⁴ No caso deste princípio, o Pacto preocupa-se não apenas em zelar por esta igualdade no período de crise, como ainda em garanti-la para momento futuro, por meio de iguais oportunidades de qualificação profissional.

Além disso, o Pacto prevê como princípio a fuga de “soluções protecionistas assim como as consequências prejudiciais de espirais deflacionistas dos salários e a deterioração das condições de trabalho”. Com isso, mesmo no afã de proteger seus mercados de trabalho, os Estados deverão evitar a adoção de medidas protecionistas. Também deverão ser evitadas as reduções salariais decorrentes de reajustes incompatíveis com a inflação e, ainda, o retrocesso das condições de trabalho já alcançadas no país.

Mencione-se, nesta mesma esteira, o princípio da promoção das normas fundamentais do trabalho e de outras normas internacionais que auxiliem na retomada das atividades econômicas e na reorganização do emprego. Este princípio coaduna-se com o anterior, na medida em que, na contramão da tendência natural de desregulamentar o ordenamento jurídico vigente e flexibilizar de modo extremo as leis trabalhistas, os governos deverão resgatar e promover as normas fundamentais do trabalho.

O oitavo princípio é a promoção do diálogo social por meio das negociações coletivas. A fim de evitar a permanente flexibilização do Direito do Trabalho, mas possibilitando a adequação do ordenamento às excepcionais circunstâncias fáticas verificadas por ocasião da crise, o Pacto Mundial para o Emprego valoriza ainda mais a negociação coletiva. Por meio dela é possível a redução temporária de parcelas de direitos dos trabalhadores em contrapartida à manutenção e garantia de seus empregos durante o período mais crítico para a economia.

¹⁰⁴ São exemplos desta preocupação da OIT em garantir a isonomia de gênero a Convenção n.º 100 (que prevê salário igual para trabalho de igual valor entre o homem e a mulher) e a Convenção n.º 111 (que veda a discriminação em matéria de emprego e ocupação).

Outro princípio constante no Pacto é o zelo para que “as ações tomadas a curto prazo sejam coerentes dos pontos de vista econômico, social e de sustentabilidade ambiental”. Trata-se, na verdade, de um alerta para que os países não estendam sua proteção sobre determinados aspectos ignorando os impactos de tal medida sobre os demais. Toda e qualquer política implementada para conter a crise deverá, obrigatoriamente, ponderar quais serão seus efeitos sobre a economia, a sociedade e o meio ambiente. Uma política apenas pode ser considerada adequada quando o custo-benefício entre seus benefícios e seus efeitos colaterais for positivo.

O Pacto prevê também a garantia de “criação de sinergias entre o Estado e o mercado, assim como uma regulamentação eficaz e eficiente de economias de mercado, incluindo um enquadramento jurídico e regulamentar favoráveis à criação de empresas, empresas sustentáveis e promoção da geração de emprego em diversos setores”. De forma mais simples, este princípio prega a perfeita harmonia entre o Estado e o mercado, com a intervenção daquele neste sempre que for necessário à sua estabilização. Exemplos destas situações são as regulamentações partidárias da criação de empresas e, com isso, de empregos.

Por fim, o décimo primeiro princípio é o reforço da coerência política, pela OIT, com a intensificação do apoio aos países menos desenvolvidos ou em desenvolvimento. Não apenas os Estados possuem importantes papéis para a restauração da economia e do mercado de trabalho, mas também a Organização Internacional do Trabalho deve agir oferecendo suporte aos países periféricos. O próprio Pacto Mundial para o Emprego é uma ação perpetrada pela OIT neste sentido, já que oferece as diretrizes e sugere ações que podem ser adotadas pelos governos no seu âmbito interno.

Com base nestes onze princípios, cada país poderá, de acordo com o Pacto, formular um pacote de medidas personalizado para sua situação, observadas suas prioridades. Neste sentido, o Pacto Mundial para o Emprego apresenta algumas sugestões de medidas a serem adotadas pelos países.

3.1 MEDIDAS SUGERIDAS PELO PACTO

3.1.1 Aceleração da criação de empregos

A primeira proposta apresentada pelo Pacto é “acelerar a criação de emprego, a retomada de emprego e assegurar a viabilidade das empresas”. Por meio dela, o pleno emprego produtivo e o trabalho decente são colocados no centro de todo o sistema de combate aos efeitos da crise.

Dentre outras medidas, os países deverão: elaborar um plano de retomada macroeconômica para impulsionar o mercado de trabalho; prestar auxílio às pessoas que se encontram à procura de um emprego, seja por meio de investimentos em agências públicas de emprego, seja por meio do oferecimento de programas de formação profissional; estimular o diálogo social e a negociação coletiva para evitar ou limitar as reduções dos postos de trabalho; valorizar o importante papel das micro e pequenas empresas na formação do emprego, inclusive possibilitando-se a concessão de créditos acessíveis que assegurem o seu desenvolvimento; reconhecer as cooperativas como fontes de trabalho e oferecer-lhes apoio.

3.1.2 Reforço aos sistemas de proteção social

Outra resposta a ser dada pelos países à situação de crise, conforme o Pacto, é o reforço aos sistemas de proteção social. De acordo com as necessidades particulares de cada país, deverão ser instituídos programas de distribuição de renda às camadas economicamente menos favorecidas da população, a fim de suprir suas necessidades imediatas.

Assim, não basta apenas que os governos lutem pela manutenção e criação de postos de trabalho, é preciso também amparar os trabalhadores desempregados. Isso pode ser feito, dentre outras formas, por meio do aumento da duração e da cobertura da proteção já existente.

No Brasil, como será analisado futuramente, temos exemplos de ambas as possibilidades: o seguro desemprego teve o número de parcelas aumentado para um segmento de trabalhadores que perderam seus empregos no auge da crise (exemplo de prolongação da duração da proteção social); na mesma esteira, o governo federal brasileiro ampliou o número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (alargamento da cobertura de um programa já existente).

Quando se fala em expansão da proteção social, entretanto, não se pode desconsiderar a questão da fonte de custeio e do equilíbrio atuarial do sistema.¹⁰⁵ Por isso, o próprio Pacto traz a seguinte disposição:

12.1 Nos países, convém examinar, conforme as necessidades, os seguintes pontos: v) oferecer garantia de benefícios mínimos em países onde os fundos de pensão ou o sistema de assistência à saúde correm o risco de não ter suficientes fundos para assegurar aos trabalhadores a proteção necessária, e procurar soluções para melhor proteger a poupança dos trabalhadores na concepção de regimes futuros.

Outra forma de amparo aos desempregados é assegurar que estes permaneçam ligados ao mercado de trabalho. Isso pode ser feito através da promoção de cursos de qualificação que garantam ou proporcionem a empregabilidade.

3.1.3 Reforço ao respeito às Normas Internacionais do Trabalho

As normas internacionais do trabalho devem ser observadas sempre, a fim de se evitar o nivelamento descendente das condições de trabalho ao redor do mundo.

¹⁰⁵ A Constituição Federal de 1988 determina, em seu artigo 195, parágrafo 5.º, que “nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total”. Este dispositivo visa preservar o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema de seguridade social, evitando-se, nas palavras de Fábio Zambitte Ibrahim, a “concessão ou aumento irresponsável de benefícios”. Afirma o autor: “A atuação estatal frente aos direitos sociais prestacionais é sempre limitada pela carência de recursos, dentro da ideia de *reserva do possível*” (IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 15.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2010. p.129).

Em cenários de crise, o respeito a estas normas deve ser ainda mais reforçado, a fim de que países em estágios menos avançados economicamente se utilizem do *dumping* social para atrair investimentos estrangeiros – ainda que não intencionalmente.

O chamado *dumping* social, interessante que se faça este pequeno parêntese, é um conceito relativamente recente aplicado ao comércio internacional. O *dumping lato sensu* está conceituado no Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio 1994, também chamado Acordo Antidumping (AAD).¹⁰⁶

Para as finalidades do presente Acordo, considera-se haver prática de dumping, isto é, oferta de um produto no comércio de outro país a preço inferior a seu valor normal, no caso de o preço de exportação do produto ser inferior àquele praticado, no curso normal das atividades comerciais, para o mesmo produto quando destinado ao consumo do país exportador.

O *dumping* será considerado social quando a razão que possibilitar a venda do produto a preço inferior ao normal seja a exploração de mão de obra em condições precárias. Melhor afirmando, nas palavras de Welber Oliveira Barral, é “entendido como a vantagem comparativa derivada da superexploração de mão de obra nos países em desenvolvimento”.¹⁰⁷

A este fato se refere Viviane Forrester no seguinte fragmento de sua obra “O horror econômico”:

Em certos pontos do planeta, o ‘estímulo’ ao trabalho está no auge. Nesses lugares, a penúria, a ausência de qualquer proteção social reduzem o custo da mão-de-obra e do trabalho a quase nada. Um paraíso para as firmas, ao lado dos paraísos fiscais.¹⁰⁸

Neste sentido, o Pacto Mundial para o Emprego reforça para os países a necessidade de respeito aos patamares mínimos já garantidos aos trabalhadores por meio das normas internacionais, em especial as Convenções e as Recomendações da Organização Internacional do Trabalho.

¹⁰⁶ O AAD foi promulgado no Brasil por meio do Decreto n.º 1.062, de 23 de agosto de 1995.

¹⁰⁷ BARRAL, Welber Oliveira. **Dumping e comércio internacional**. Rio de Janeiro: Forense, 2000. p.14.

¹⁰⁸ FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista (Unesp), 1997. p.99.

3.1.4 Diálogo social

No momento que surge uma crise econômica no horizonte, quando a economia e o direito ficam obrigados ao diálogo, indaga-se: como podem ser solucionados os conflitos coletivos de trabalho sem o dispêndio de tempo e dinheiro causados pelo recurso ao Judiciário? Tratando-se de matéria trabalhista, põe o direito à disposição das partes o diálogo, a negociação direta, como forma de solucionar o conflito.¹⁰⁹

Ainda mais intensamente em períodos de maior tensão social, o respeito e o acesso a esta forma de diálogo devem ser amplamente garantidos. Neste sentido, a Organização Internacional do Trabalho, por meio do Pacto Mundial para o Emprego, orienta aos países que, especialmente durante a crise, zelem pela valorização deste mecanismo.

O diálogo social é um mecanismo precioso para a concepção de políticas adaptadas às prioridades nacionais. Além disso, é uma base sólida para legitimar as propostas dos empregadores e trabalhadores levadas ao governo em vista de uma ação conjunta para superar a crise dentro de uma ótica de uma recuperação sustentável. Concluídas com êxito, as decisões oriundas de diálogo social inspiram confiança nos resultados alcançados.¹¹⁰

Neste sentido, as negociações coletivas devem ser amplamente utilizadas pelos segmentos econômicos afetados pela crise econômica, de modo a ajustar a legislação de cada país às condições fáticas ocasionadas por tal episódio.

¹⁰⁹ GUNTHER, Luiz Eduardo; GUNTHER, Noeli Gonçalves da Silva. **A crise econômica, a negociação coletiva, o princípio da solidariedade e o trabalho decente**. Trabalho apresentado na XIV Jornadas Luso-Hispano-Brasileiras de Direito do Trabalho.

¹¹⁰ OIT, 2009b, p.13.

3.2 MEDIDAS ADOTADAS PELO GOVERNO BRASILEIRO

*As crises econômicas são caracterizadas pelo fato de gerarem desemprego e subemprego como fenômenos de massa. Os governos e sindicatos de todos os países capitalistas desenvolvidos concordam que a assistência a essa massa desempregada deve ser prioritária na política governamental.*¹¹¹

Com o objetivo de minimizar os efeitos da crise na economia interna, em observância também ao Pacto Mundial para o Emprego, o governo brasileiro adotou uma série de medidas, que vão desde a injeção de liquidez no mercado de crédito até a criação de programas de qualificação profissional.

Seria absolutamente inviável a análise de todas as políticas implementadas, especialmente em se considerando que mesmo ações governamentais com objetivos alheios à contenção dos efeitos da crise poderiam, reflexamente, atuar neste sentido.

Por esta razão, optou-se pela análise daquelas medidas que, a critério do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), apresentaram maiores impactos na manutenção do emprego.

3.2.1 Injeção de liquidez no mercado de crédito

Conforme noticiado no capítulo anterior, uma das primeiras consequências da crise econômica foi a rápida escassez de crédito em nível mundial. Para combater esta situação no mercado interno, o governo brasileiro buscou aumentar o crédito doméstico.

Tal medida foi realizada, dentre outras formas, por meio da redução de exigências de depósitos compulsórios pelas instituições financeiras. Explica-se: o recolhimento compulsório é uma ferramenta da qual o Banco Central dispõe para controlar o volume de recursos disponíveis no mercado.

¹¹¹ OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.19.

Eis, de modo bastante simples, o mecanismo: diariamente os Bancos que operam no Brasil recolhem para o Banco Central um percentual incidente sobre os depósitos recebidos. Com isso, quando o Bacen precisa aumentar os recursos disponíveis no mercado para empréstimos, a parcela dos depósitos compulsórios é reduzida; quando, por outro lado, é preciso limitar o crédito que circula pelo país, tais depósitos são aumentados.

No cenário de crise, o Banco Central optou pela redução do percentual destes depósitos. Com isso, R\$ 99,8 bilhões foram injetados no mercado monetário em 2008.

Outra frente de atuação do Banco Central foram os mercados cambial e de exportação, mediante a adoção de medidas para fortalecimento dos exportadores. Houve um crescimento das concessões de crédito pelas instituições públicas.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), desde o agravamento da crise, no segundo semestre de 2008, o saldo das operações de crédito dos bancos públicos aumentou 38,8%, contrapondo-se aos bancos privados nacionais, que cresceram 7,0%, e estrangeiros, que ascenderam 2,4%. Em setembro de 2009, a participação dos bancos públicos no saldo total de créditos do Sistema Financeiro Nacional atingiu 40,59%.

Também foram criados incentivos temporários para impulsionar os empréstimos de bancos maiores para instituições pequenas e médias.

Este aumento do crédito, a partir dos bancos públicos, foi viabilizado por meio de um significativo aporte efetuado pelo Tesouro Nacional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em janeiro de 2009. Foram disponibilizados cerca de R\$ 100 bilhões, a fim de garantir os recursos necessários à manutenção dos investimentos produtivos, do capital de giro para pequenas e médias empresas, assim como para exportadores. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, o valor total disponibilizado durante a crise chegou a R\$ 1,41 trilhão, em dezembro de 2009.

3.2.2 Manutenção de investimentos com alta capacidade de geração de emprego

Uma grande ferramenta de que dispôs o Governo Federal para manter a dinâmica econômica durante o período de crise foi o Plano de Aceleração do Crescimento, conhecido como 'PAC'.

Este Programa habitualmente – e não apenas no período de crise – atua em seis frentes voltadas ao crescimento do país. São elas: estímulo ao crédito e ao financiamento, melhoria do ambiente de investimento, desoneração e administração tributária, medidas fiscais de longo prazo e medidas de gestão.

O estímulo ao crédito e ao financiamento visa, evidentemente, o aumento do capital em circulação e, conseqüentemente, do desenvolvimento econômico. Para efetivar este objetivo, o PAC conta com uma série de medidas, que vão desde a concessão de crédito, pela União à Caixa Econômica Federal, para investimento em saneamento e habitação¹¹² e a criação de um Fundo de Investimento em Infraestrutura, com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o qual recebe o nome de FI-FGTS¹¹³; até a redução da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).¹¹⁴

A melhoria do ambiente de negócios também está intimamente relacionada ao aumento do investimento. Por esta razão, o PAC inclui medidas voltadas à agilização

¹¹² A regulamentação legal para a concessão de crédito à Caixa Econômica Federal (CEF), pela União, pode ser encontrada na Lei n.º 11.485, de 13 de junho de 2007. Por meio do artigo 1.º deste diploma legal, fica a União autorizada a conceder crédito à CEF, no importe de R\$ 5.200.000.000,00 (cinco bilhões e duzentos milhões de reais).

Esta ampliação do limite do crédito para o setor público deverá necessariamente ser comprometida com saneamento básico, habitação popular (urbana e rural), bem como outras operações previstas no estatuto social da CEF.

¹¹³ Por meio da Lei n.º 11.491, de 20 de junho de 2007, fica criado o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS), caracterizado pela aplicação de recursos do FGTS. Destina-se a investimentos em empreendimentos dos setores de energia, rodovia, ferrovia, hidrovía, porto e saneamento, de acordo com as diretrizes, critérios e condições que dispuser o Conselho Curador do FGTS. A administração e a gestão do FI-FGTS são da Caixa Econômica Federal, na qualidade de Agente Operador do FGTS, cabendo ao Comitê de Investimento (CI), a ser constituído pelo Conselho Curador do FGTS, a aprovação dos investimentos.

¹¹⁴ A redução da taxa de juros de longo prazo foi feita por meio da Resolução n.º 3.498, de 27 de setembro de 2007, do Conselho Monetário Nacional (CMN). Este dispositivo fixa referida taxa em 6,25% a.a.

e facilitação da implementação de investimentos em infraestrutura, especialmente no que se refere à questão ambiental.¹¹⁵

A política de desoneração e administração tributária possui o condão de incentivar investimentos em determinados setores estratégicos. A ação do PAC, nesta frente, foca-se, dentre outros, na desoneração de obras de infraestrutura,¹¹⁶ em incentivos aos setores de televisão digital e de semicondutores,¹¹⁷ e na ampliação de benefícios tributários para os microcomputadores.¹¹⁸

No que se refere às medidas fiscais de longo prazo, todas as políticas criadas ainda se encontram em andamento. Até o momento, nenhuma delas foi efetivamente implementada. A política de longo prazo de valorização do salário mínimo, por exemplo, aguarda legislação a respeito (a Lei n.º 12.255, de 15 de junho de 2010, prevê que até 31 de março de 2011 o Poder Executivo deverá encaminhar ao Congresso Nacional projeto de lei dispendo sobre a política de valorização do salário mínimo para o período de 2012 a 2023). O controle de expansão da despesa de pessoal da União, por outro lado, é objeto do Projeto de Lei Complementar n.º 01/2007¹¹⁹, mas aguarda votação na Câmara dos Deputados.

¹¹⁵ Neste sentido, algumas das medidas que já foram implementadas pelo PAC são: aprovação do Marco Regulatório para o Setor de Saneamento (Lei n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007), abertura do mercado de resseguros (Lei Complementar n.º 126, de 15 de janeiro de 2007) e recriação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), por meio das Leis Complementares n.º 124 e n.º 125, respectivamente, ambas de 4 de janeiro de 2007.

¹¹⁶ A Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007, criou o REIDI (Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura), por meio do qual suspende-se a exigibilidade de contribuições para o PIS/Pasep e COFINS (Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, respectivamente) sobre os insumos e serviços relacionados a novos projetos de infraestrutura de longo prazo nos setores de saneamento básico, transportes, portos e energia.

¹¹⁷ Foram criados o Programa de Incentivo ao Setor da TV Digital (PATVD) e o Programa de Incentivo ao Setor de Semicondutores (Padis) por meio da Lei n.º 11.484, de 31 de maio de 2007. Ambos os programas visam o incentivo à pesquisa, desenvolvimento e produção de bens ligados à televisão digital e à microeletrônica, mediante a redução à zero das alíquotas do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), PIS, Cofins e CIDE (Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico).

¹¹⁸ O benefício tributário (alíquota zero para o PIS e o Cofins) para aquisição de microcomputadores, estabelecido pela Lei n.º 11.196/2005 (Programa de Inclusão Digital) foi ampliado por meio do Decreto n.º 6.023, de 22 de janeiro de 2007. Os limites, que até então eram de R\$ 2.500,00 e R\$ 3.000,000, para microcomputadores e notebooks, respectivamente, passaram para R\$ 4.000,00, em ambos os casos.

¹¹⁹ Trata-se de um projeto de iniciativa do Executivo, que limita, a partir do exercício de 2007 e até o término do exercício de 2016, a despesa com pessoal e encargos sociais da União, para cada Poder e órgãos da União, ao valor liquidado no ano anterior, corrigido pela variação acumulada do INPC.

Por fim, quanto às medidas de gestão propostas pelo PAC, pode-se mencionar o aperfeiçoamento da governança corporativa nas estatais¹²⁰ e a extinção de empresas estatais em processo de liquidação, tais como a Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA)¹²¹ e a Companhia de Navegação do São Francisco (Franave).¹²²

É evidente que dentre as frentes de atuação do PAC existem algumas que possuem maior relevância no aspecto de manutenção da economia aquecida. Todas, contudo, ainda que de forma secundária, contribuem para a manutenção do capital em circulação mesmo durante o período de crise.

Além das políticas do PAC, outro programa lançado pelo governo ajudou, de forma reflexa, a promover a manutenção da dinâmica econômica e dos postos de trabalho: trata-se do programa habitacional “Minha Casa, Minha Vida”. Este projeto consiste na construção de um milhão de moradias para famílias com renda mensal de até dez salários mínimos.

Em que pese o objetivo central deste projeto seja a redução do déficit habitacional no país (avaliado em 7,2 milhões de moradias), indiretamente o programa acaba por manter capital em circulação: o investimento federal é de R\$ 34 bilhões.

3.2.3 Redução da taxa de juros básica da economia

De acordo com o Relatório Anual do Banco Central, antes do estouro da crise econômica no final de 2008, a economia brasileira vinha seguindo uma trajetória de ascensão.

No início de 2008 a postura adotada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) quanto à condução da política monetária seguiu o padrão estabelecido no final de 2007: entendeu-se que “a evolução do cenário econômico mundial e a aceleração do aquecimento da economia doméstica justificavam a redução dos estímulos monetários,

¹²⁰ Instituída pelo Decreto n.º 6.021, de 22 de janeiro de 2007. Cria a Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), com a finalidade de tratar de matérias relacionadas com a governança corporativa nas empresas estatais federais e da administração de participações societárias da União.

¹²¹ Decreto n.º 6.018, de 22 de janeiro de 2007 e Lei n.º 11.483, de 31 de maio de 2007.

¹²² Decreto n.º 6.020, de 22 de janeiro de 2007.

expressos na redução acumulada de 850 pontos-base na taxa Selic¹²³, a partir de setembro de 2005”.^{124,125} Neste contexto, o Copom manteve inalterada a referida taxa nas duas primeiras reuniões do ano e aumentou-a em 250 pontos-base nas quatro reuniões seguintes, chegando a 13,75% ao ano.

Nos meses de outubro e dezembro, em virtude das novas perspectivas em relação à evolução da atividade econômica, especialmente no que tange aos efeitos da crise internacional, o Copom optou, por unanimidade, pela manutenção da taxa Selic (13,75% ao ano).

Já em 2009, a condução da política monetária foi guiada pelas conseqüências do acirramento da crise mundial sobre a atividade econômica interna. Note-se o seguinte trecho do Relatório Anual 2009 do Banco Central do Brasil:

Em resposta ao novo ambiente experimentado pela economia mundial que, caracterizado por restrições importantes no mercado de crédito, aumento da aversão ao risco e deterioração de expectativas, se traduziu em retração acentuada da atividade interna no final de 2008 e no início de 2009, o Banco Central optou pela reversão da postura mais restritiva adotada na condução da política monetária em 2008, reduzindo a taxa Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) em 500 p.b., no decorrer de 2009.¹²⁶

Nas reuniões realizadas em janeiro e março de 2009, o Copom reduziu a taxa Selic em 100 pontos-base e 150 pontos-base, respectivamente. Também nas reuniões realizadas em abril e junho o Copom optou pela redução da taxa: 100 pontos-base em ambas as ocasiões.

A continuidade do processo de introdução de estímulos monetários, observada nas reuniões mencionadas, mostrava-se consistente com os desdobramentos do cenário de desaquecimento da demanda interna e de contração da economia global, sobre o nível de utilização dos fatores de produção. Adicionalmente, foi entendido que embora a recuperação gradual da atividade econômica,

¹²³ De forma bastante simples, a taxa Selic “é o juro médio dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic). Os juros fixados na reunião do Copom, também chamados de básicos, são a meta para a Selic, a qual vigora por todo o período entre reuniões ordinárias do comitê. Se for o caso, o Copom também pode definir o viés, que é a prerrogativa dada ao presidente do Banco Central para alterar a meta para a taxa Selic a qualquer momento entre as reuniões ordinárias”. Disponível em: <[http://www.economiaonline.com.br/ template.zapp?pagina=guru14.zapp&d=guru](http://www.economiaonline.com.br/template.zapp?pagina=guru14.zapp&d=guru)>. Acesso em: 06 fev. 2011.

¹²⁴ BOLETIM do Banco Central do Brasil. Relatório Anual 2008. v.44. p.43.

¹²⁵ BOLETIM do Banco Central do Brasil, *loc. cit.*

¹²⁶ BOLETIM do Banco Central do Brasil. Relatório Anual 2009. v.45. p.43.

expressa nos indicadores de produção industrial, nas taxas de utilização da capacidade na indústria, no desempenho do mercado de trabalho e na evolução da confiança de empresários e consumidores, justificasse a manutenção da flexibilização monetária, estímulos adicionais deveriam ser implementados de maneira mais parcimoniosa.¹²⁷

Nesta esteira, na reunião realizada em julho de 2009 o Copom ponderou que as decisões concernentes à taxa básica de juros deveriam avaliar a expressão do movimento total realizado no ano. Com isso, concluiu-se que os riscos para a trajetória prospectiva central da inflação justificava um estímulo monetário residual: redução de 50 pontos-base na taxa Selic.

Nas reuniões realizadas em setembro, outubro e dezembro não foi perpetrada qualquer alteração na taxa, que se manteve em 8,75% ao ano até o final de 2009.

A redução da taxa Selic e a conseqüente queda tendencial dos juros nominais, preservando o cumprimento da meta de inflação, melhoraram a percepção de risco do País.¹²⁸ Tal fato, aliado a outros fatores, manteve o Brasil na condição de grau de investimento¹²⁹ (condição esta recebida no ano anterior, das agências *Standard & Poor's* e *Fitch Ratings*, e alcançada em 2009 segundo a classificação da *Moody's*).¹³⁰

Numa economia globalizada, a obtenção deste título significa uma maior visibilidade para investimentos estrangeiros, o que produz um aumento do volume de capitais externos ingressando no mercado financeiro interno.

Com esta medida de redução de juros o governo brasileiro demonstrou possuir uma economia forte e confiável, capaz de manter-se solvente mesmo em cenário de crise. A principal consequência foi o rápido retorno dos investimentos estrangeiros para a economia doméstica, aquecendo-a novamente.

¹²⁷ BOLETIM do Banco Central do Brasil, v.45, p.44.

¹²⁸ “O risco país é um índice denominado *Emerging Markets Bond Index Plus* (EMBI+) e mede o grau de “perigo” que um país representa para o investidor estrangeiro. [...] É calculado por agências de classificação de risco e bancos de investimentos”. Disponível em: <http://www.portalbrasil.net/economia_riscopais.htm>. Acesso em: 06 fev. 2011.

¹²⁹ O grau de investimento é uma nota, concedida pelas agências de classificação de risco (*Standard & Poor's*, *Fitch Ratings* e *Moody's*) que indica a solvibilidade de um País, ou seja, sua capacidade de pagar as dívidas internas e externas. Dentre os indicadores considerados menciona-se a solidez da economia e a estabilidade política.

¹³⁰ A título ilustrativo, o Brasil foi o primeiro país a ser “promovido” a grau de investimento após a crise econômica de 2008.

3.2.4 Desoneração do Imposto sobre Produtos Industrializados

No intuito de manter a economia aquecida, o Governo Federal reduziu a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre alguns produtos.¹³¹

Um dos principais itens que tiveram desoneração deste imposto são os veículos. Em 11 de dezembro de 2008 o governo anunciou a isenção do IPI para os carros com motores até 1.000 cilindradas (chamados 1.0) e a redução da alíquota para os carros com até 2.000 cilindradas, de forma gradativa.¹³² Esta medida perdurou até o final do mês de setembro de 2009 (foram diversas prorrogações).

Esta medida foi fundamental para a manutenção da cadeia produtiva no setor automobilístico, mantendo-se as vendas e os postos de trabalho. Neste sentido, observe-se o seguinte trecho do Anuário da distribuição de veículos automotores do Brasil – 2008, da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve), sobre o segmento de automóveis¹³³:

Esse segmento foi o mais duramente atingido no quarto último quadrimestre, com queda de 19,4% no período em relação ao quarto trimestre de 2007. No final do ano, o governo tentou estimular o setor com redução do IPI, o que de fato ajudou a evitar perdas ainda maiores de vendas no setor. No ano, o crescimento foi de ‘apenas’ 11%, depois de ter vendas com alta de 27% no ano anterior.¹³⁴

Também ressaltando a importância da medida adotada pelo governo, o seguinte fragmento do Anuário da distribuição de veículos automotores do Brasil – 2009:

O ano de 2009 terminou melhor do que o esperado, especialmente para o setor de automóveis e comerciais leves. As medidas de isenção de IPI foram fundamentais para estimular o setor ao longo do ano. No entanto, devido à atividade muito fraca, em virtude da crise internacional, os segmentos de

¹³¹ Decretos n.ºs 6.687/08, 6.809/09, 6.890/09 e 7.032/09.

¹³² Carros com até 1000 cilindradas, a álcool ou gasolina, tiveram a alíquota reduzida de 7% para 0. Carros de 1001 a 2000 cilindradas tiveram o imposto reduzido de 13% para 6,5%, no caso dos motores movidos a gasolina, e de 11% para 5,5%, no caso dos motores movidos a álcool ou flex. Picapes até 1000 cilindradas, a álcool ou gasolina, foram de 8% para 1%, e as picapes de 1001 a 2000 cilindradas, também a álcool ou gasolina, baixaram de 8% para 4%.

¹³³ A Fenabreve classifica os veículos nas seguintes categorias: automóveis, comerciais leves, caminhões, ônibus e motocicletas.

¹³⁴ FENABREVE. **Anuário da distribuição de veículos automotores do Brasil – 2008**. Disponível em: <http://www.fenabreve.org.br/principal/pub/Image/20091110191148Anual_2008.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2010.

caminhões, ônibus, motos e implementos sofreram mais. [...] Depois de o setor (*referindo-se ao setor de automóveis*) ser profundamente atingido pela crise no final de 2008, as medidas de redução do IPI foram fundamentais para recuperar o segmento ao longo de 2009. A queda de 26%, em novembro e dezembro de 2008, em relação ao mesmo período do ano anterior, foi sinalização para que o governo implementasse as medidas fiscais. A iniciativa levou a um crescimento de 12,9%, acima até da expansão observada em 2008, de 11%.¹³⁵

Ainda, completando o contexto, o Relatório Anual 2009 do Banco Central do Brasil:

Favorecidas pela redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e pela melhora nas condições de crédito, as vendas do setor automobilístico cresceram 12,7% em 2009, de acordo com a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve), enquanto as vendas de autoveículos nacionais no mercado interno, divulgadas pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), aumentaram 10%.¹³⁶

Outro segmento econômico a receber este tipo de atenção do governo federal foi o da construção civil. Mais de 40 itens de materiais de construção sofreram redução do IPI. Esta política teve início em março de 2009, com término previsto para o final daquele ano (fato que foi postergado para junho/2010, depois para dezembro/2010 e, posteriormente, para dezembro/2011).

Há que se mencionar, ainda, a chamada linha branca, que inclui geladeiras, fogões, máquinas de lavar e tanquinhos. Em 17 de abril de 2009 o governo anunciou a redução do IPI para estes bens, praticando-a até o dia 31 de janeiro de 2010.¹³⁷ De acordo com dados da Receita Federal, esta desoneração custou, ao todo, R\$ 511 milhões aos cofres públicos.

¹³⁵ FENABRAVE, 2010.

¹³⁶ BOLETIM do Banco Central do Brasil, v.45, p.27.

¹³⁷ Entre 17/04/2008 e 31/10/2008 a alíquota do IPI foi reduzida para todos os itens da linha branca: de 15% para 5%, no caso das geladeiras; 4% para zero, para os fogões; de 20% para 10%, para as máquinas de lavar; e de 10% para zero, no caso dos tanquinhos. De 01/11/2009 a 31/01/2010 passou-se a adotar uma alíquota progressiva, de acordo com a classificação do consumo de energia dos aparelhos: sobre as geladeiras a alíquota incidente era de 5% (classe A), 10% (classe B) e 15% (classes C, D e E); sobre os fogões a alíquota era de 2% (classe A), 3% (classe B) e 4% (classes C, D e E); para as máquinas de lavar, a alíquota do IPI era de 10% (classe A), 15% (classe B) e 20% (classes C, D e E); para os tanquinhos, por fim, a alíquota era de zero (classe A), 5% (classe B) e 10% (classes C, D e E);

Essas medidas socorreram dois dos segmentos econômicos mais fortemente atingidos pela recessão econômica causada pela crise: a construção civil e a indústria. Conjuntamente com outras políticas governamentais, permitiram que o capital permanecesse em circulação durante e após a crise, acelerando a retomada do crescimento iniciada a partir do segundo semestre de 2009.

3.2.5 Abertura de linha de crédito com juros reduzidos para revendedores de veículos usados, com contrapartida da manutenção dos empregos

Conforme analisado no item anterior, dentre as políticas econômicas adotadas pelo governo frente à crise está a redução do IPI para os automóveis novos. Esta decisão pautou-se na forte recessão que este segmento encontrou neste novo cenário econômico.

Com a redução tributária sobre os automóveis novos, contudo, o mercado de veículos usados acabou duplamente afetado: pela crise, que reduziu o consumo de maneira geral, e pelo fato de que, com a isenção do IPI, a relação custo-benefício dos veículos novos passou a ser muito mais interessante ao consumidor do que a mesma proporção nos automóveis usados.

De acordo com a Fenabreve, em janeiro de 2008, para cada veículo novo emplacado 3,1 automóveis usados eram negociados.¹³⁸ Já em junho do mesmo ano esta proporção caiu para 2,5 negociações de carros usados por veículo novo emplacado.¹³⁹

Após o início da redução do IPI para os veículos novos, a negociação de automóveis usados caiu ainda mais. No ano de 2009, os meses de março (2,2)¹⁴⁰, junho (2,0)¹⁴¹ e setembro (2,1)¹⁴² apresentaram os índices mais baixos de negociação.

¹³⁸ INFORMATIVO Fenabreve, v.3, n.79, 8 fev. 2008.

¹³⁹ INFORMATIVO Fenabreve, v.3, n.87, 18 jul. 2008.

¹⁴⁰ INFORMATIVO Fenabreve, v.3, n.105, 8 abr. 2009.

¹⁴¹ INFORMATIVO Fenabreve, v.3, n.111, 9 jul. 2009.

¹⁴² INFORMATIVO Fenabreve, v.3, n.117, 6 out. 2009.

Para conter esta situação e evitar que grande número de trabalhadores perdessem seus empregos, no dia 11 de fevereiro de 2009 o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) aprovou uma linha de crédito de até R\$ 200 milhões, com recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

Esta medida, formalizada por meio da Resolução n.º 588, do Codefat, teve por objetivo prover o capital de giro necessário às revendedoras de carros usados para contornar a crise, em contrapartida ao compromisso formalmente assumido por elas de não efetuarem dispensa de trabalhadores.

Esta contraprestação devida pelas revendedoras para recebimento do crédito está prevista no parágrafo 2.º do artigo 2.º da referida Resolução. *In verbis*:

Art. 2.º, § 2.º As empresas que desejarem ter acesso ao financiamento da linha FAT - GIRO SETORIAL de que trata esta Resolução deverão assinar contrato com o agente financeiro constando cláusula na qual ficará estabelecido seu compromisso de gerar e/ou manter postos de trabalho durante a vigência do financiamento, sob pena de vencimento antecipado do respectivo contrato.

Com esta medida as vendas de carros usados deixaram de cair ainda mais. Conforme se observou acima, de acordo com os informativos da Fenabreve, o ano de 2009, de forma geral, foi bastante delicado para as revendedoras. De todo modo, a concessão de crédito pelo Codefat foi fundamental para viabilizar a manutenção das atividades empresariais neste segmento.

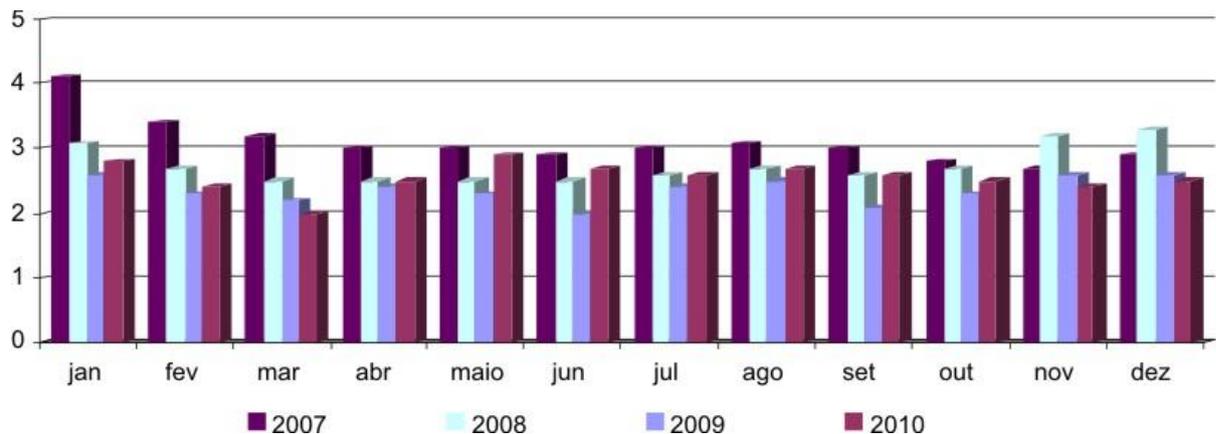


Gráfico 2 - Proporção de veículos usados negociados para cada carro novo emplacado
Fonte: Informativos Fenabreve

Se essa política não provocou uma aceleração no ritmo deste segmento, assim como a redução do IPI significou para o mercado de carros novos, ao menos garantiu a permanência dos postos de trabalho nesse ramo de atividade.

3.2.6 Ampliação da rede de atendimento do microcrédito produtivo orientado

O Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), instituído pela Lei n.º 11.110, de 25 de abril de 2005, tem por finalidade o incentivo à geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares.

Para tanto, este programa, instituído no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, disponibiliza recursos para o microcrédito produtivo orientado, assim considerado:

Art. 10, § 3.º [...] o crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica, devendo ser considerado, ainda, que:

I - o atendimento ao tomador final dos recursos deve ser feito por pessoas treinadas para efetuar o levantamento socioeconômico e prestar orientação educativa sobre o planejamento do negócio, para definição das necessidades de crédito e de gestão voltadas para o desenvolvimento do empreendimento;

II - o contato com o tomador final dos recursos deve ser mantido durante o período do contrato, para acompanhamento e orientação, visando ao seu melhor aproveitamento e aplicação, bem como ao crescimento e sustentabilidade da atividade econômica; e

III - o valor e as condições do crédito devem ser definidos após a avaliação da atividade e da capacidade de endividamento do tomador final dos recursos, em estreita interlocução com este e em consonância com o previsto nesta Lei.

Os recursos empregados pelo PNMPO são provenientes: I - do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); II - da parcela dos recursos de depósitos à vista destinados ao microcrédito, de que trata o art. 1.º da Lei n.º 10.735, de 11 de setembro de 2003; III - do orçamento geral da União ou dos Fundos Constitucionais de Financiamento, somente quando forem alocados para operações de microcrédito produtivo rural efetuadas com agricultores familiares no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); e IV - de outras fontes

alocadas para o PNMPO pelas instituições financeiras ou instituições de microcrédito produtivo orientado, de que tratam os §§ 5.º e 6.º deste artigo, respectivamente.

De acordo com o Relatório de Análise dos Dados Consolidados do PNMPO – Ano 2008¹⁴³, o microcrédito produtivo orientado naquele ano atingiu R\$ 1,8 bilhão.¹⁴⁴

Em 2009¹⁴⁵, ano marcado pelos efeitos da crise econômica, o PNMPO realizou mais de 1,6 milhões de operações de Microcrédito Produtivo Orientado. O valor dos empréstimos ultrapassou R\$ 2,2 bilhões, o que representa um aumento de 26,39% em comparação com o ano anterior.

Tabela 1 - Dados consolidados PNMPO

ANO	OPERAÇÕES DE MICROCRÉDITO (em unidade)	ÍNDICE ⁽¹⁾ (%)	VALOR NOMINAL CONCEDIDO ⁽²⁾ (R\$)	ÍNDICE ⁽³⁾ (%)	VALOR REAL CONCEBIDO ⁽⁴⁾ (R\$)
2005	632.106	100,00	602.340.000,00	100,00	466.072.565,00
2006	828.847	131,12	831.815.600,80	138,10	671.545.367,92
2007	963.459	152,42	1.100.375.829,94	182,68	952.706.310,93
2008	1.247.296	201,60	1.807.071.717,91	300,01	1.689.320.589,70
2009	1.605.515	253,99	2.283.955.244,22	379,18	2.283.955.244,22
TOTAL	5.304.223		6.625.558.392,87		6.063.600.077,76

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado

(1) Índice da quantidade de operações de microcrédito produtivo orientado.

(2) Valores nominais.

(3) Índice do volume de crédito concedido para microcrédito produtivo orientado. Ano base 2005 = 100,00

(4) Valores reais. Base: 4. trimestre 2009 = 100,00. Deflator implícito INPC/IBGE.

Por meio deste instrumento, o governo federal colocou em circulação um significativo montante de capital, contribuindo mais um pouco para a manutenção do aquecimento econômico e, em consequência, da estabilidade do mercado de trabalho.

3.2.7 Manutenção da política de valorização do salário mínimo

Conforme mencionado anteriormente, a política de valorização do salário mínimo encontra-se em andamento (aguarda-se legislação a respeito, posto que a Lei n.º 12.255/10 prevê que até 31 de março de 2011 o Poder Executivo deverá

¹⁴³ Disponível em: <http://www.mte.gov.br/pnmpo/Relatorio_2008.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2010.

¹⁴⁴ Este valor representa um grande aumento, se comparado aos anos anteriores: R\$ 1,1 bilhão em 2007, R\$ 831 milhões em 2006 e R\$ 602 milhões em 2005, ano da criação do programa.

¹⁴⁵ RELATÓRIO de Análise dos Dados Consolidados do PNMPO, ano 2009, 4.º trimestre. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/pnmpo/Relatorio_4trim2009.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2010.

apresentar Projeto de Lei dispondo sobre a política de valorização do salário mínimo para o período de 2012 a 2023).

Apesar disso, metas estabelecidas para majoração do valor e antecipação do seu reajuste vêm sendo cumpridas: a política prega (i) o repasse da inflação do período entre as suas correções, mais um aumento real pela variação do PIB, (ii) a antecipação da data-base de sua correção, a cada ano, até ser fixada em janeiro.

Em maio de 2005 o salário mínimo passou de R\$ 260,00 para R\$ 300,00; em abril de 2006 foi corrigido para R\$ 350,00; em abril de 2007 foi elevado para R\$ 380,00; em março de 2008 ficou em R\$ 415,00; em fevereiro de 2009 passou para R\$ 465,00; e, por fim, em janeiro de 2010 foi fixado em R\$ 510,00.

O valor fixado para o salário mínimo em 2010 (R\$ 510,00) significou uma variação nominal de 9,68%, o que, considerando a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo IBGE, representa aumento real de 6,02% no período.

Tabela 2 - Reajuste do salário mínimo 2003-2010

PERÍODO	SALÁRIO MÍNIMO (R\$)	REAJUSTE NOMINAL (%)	INPC (%)	AUMENTO REAL (%)
Abril de 2002	200,00			
Abril de 2003	240,00	20,00	18,54	1,23
Mai de 2004	260,00	8,33	7,06	1,19
Mai de 2005	300,00	15,38	6,61	8,23
Abril de 2006	350,00	16,67	3,21	13,04
Abril de 2007	380,00	8,57	3,30	5,10
Abril de 2008	415,00	9,21	4,98	4,03
Março de 2009	465,00	12,05	5,92	5,79
Fevereiro de 2010	510,00	9,68	3,45	6,02
TOTAL PERÍODO		155,00	65,93	53,67

Fonte: Dieese

O Departamento Intersindical de Estatísticas do Trabalho (Dieese) estima que a majoração do salário mínimo em 2010 beneficiou cerca de 46,1 milhões de pessoas que possuem rendimentos nele referenciados. Com isso, 26,6 bilhões de reais foram injetados na economia.¹⁴⁶

¹⁴⁶ DIEESE. Política de valorização do salário mínimo: considerações sobre o valor a vigorar a partir de 1.º de janeiro de 2010. **Nota Técnica**, n.86, jan. 2010 (revisada e atualizada). Disponível em: <http://www.dieese.org.br/esp/notatec86_SALARIOMINIMO2010.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2010.

3.2.8 Ampliação da cobertura do Programa Bolsa Família

Criado pelo governo Lula¹⁴⁷ (Lei n.º 10.836, de 9 de janeiro de 2004), o programa Bolsa Família integra um pacote maior denominado Fome Zero. Tem por escopo a transferência direta de renda a famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza, sujeita a condicionalidades.

As condicionalidades são os compromissos assumidos pelas famílias beneficiárias do programa e pelo poder público para ampliar o acesso daquelas a seus direitos sociais básicos (a família que deixe de cumprir suas obrigações não mais receberá o benefício¹⁴⁸). Existem condicionalidades no âmbito da saúde, da educação e da assistência social.

No que tange à saúde, as famílias beneficiárias assumem o compromisso de seguir corretamente o cartão de vacinação e acompanhar o crescimento e desenvolvimento das crianças com idade até sete anos. Além disso, as mulheres com idade entre quatorze e quarenta e quatro anos também obrigam-se a realizar acompanhamento médico e, quando gestantes ou lactantes, devem fazer o pré-natal e o acompanhamento da saúde própria e do bebê.

Quanto à educação, todas as crianças e os adolescentes com idade entre seis e dezessete anos devem estar devidamente matriculados na escola. No caso dos estudantes entre seis e quinze anos exige-se frequência escolar mensal de, no mínimo, 85% da carga horária, ao passo que para os jovens entre dezesseis e dezessete anos a frequência mínima será de 75% das aulas.

¹⁴⁷ Luís Inácio Lula da Silva foi eleito Presidente da República Federativa do Brasil em 2002, com mandato de 2003 a 2006. Foi reeleito em 2006, para exercer mandato de 2007 a 2010.

¹⁴⁸ O poder público averiguará as razões de não cumprimento das condicionalidades e implementará ações de acompanhamento das famílias em descumprimento, tidas como em situação de maior vulnerabilidade social. A família com dificuldades no cumprimento das condicionalidades deverá buscar orientações com o gestor municipal do Bolsa Família e procurar o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) ou, ainda, a equipe de assistência social do município. O intuito é fornecer auxílio à família para superação das dificuldades enfrentadas. Exauridas as possibilidades de reverter o descumprimento das condicionalidades, a família terá o benefício bloqueado, suspenso ou até mesmo cancelado.

No que se refere à assistência social, crianças e adolescentes com idade até quinze anos, em situação de risco ou retiradas do trabalho infantil pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), obtendo frequência mínima de 85% da carga horária mensal.

Em janeiro de 2009, em virtude da crise econômica que atingiu o Brasil, o governo federal decidiu expandir a cobertura do programa para mais cerca de um milhão de famílias (os beneficiados, até então, somavam 11,1 milhões de famílias).¹⁴⁹

A alteração permitiu que famílias com renda mensal per capita máxima de R\$ 137,00 passassem a receber a bolsa (o valor que vigorava anteriormente era de R\$ 120,00).

Com isso, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no ano de 2010 mais de 12 milhões de famílias foram beneficiadas em todo o território nacional. De acordo com a renda familiar *per capita*, o número e a idade dos filhos, o valor do benefício pode variar entre R\$ 22,00 e R\$ 200,00.¹⁵⁰

Desta forma, o valor total injetado pelo programa na economia brasileira no ano de 2009 foi de 12,35 bilhões de reais (cerca de 9% a mais do que em 2008).¹⁵¹

3.2.9 Concessão de parcelas extras do seguro-desemprego aos trabalhadores dispensados dos setores mais fortemente impactados pela crise

O seguro-desemprego, direito constitucionalmente garantido aos trabalhadores por meio do inciso II do art. 7.º (CRFB de 1988), encontra regulamentação na Lei n.º 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e na Resolução n.º 375 do Codefat, de 19 de dezembro de 2003.

¹⁴⁹ Disponível em: <[http://www.fomezero.gov.br/noticias/bolsa-familia-comeca-a-pagar-aos-novos-beneficiarios-do-programa/?searchterm=bolsa AND família AND crise](http://www.fomezero.gov.br/noticias/bolsa-familia-comeca-a-pagar-aos-novos-beneficiarios-do-programa/?searchterm=bolsa%20AND%20familia%20AND%20crise)>. Acesso em: 06 fev. 2011.

¹⁵⁰ Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 06 dez. 2010.

¹⁵¹ Fonte: <[http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?tl=1&id=852381&tit=Ampliacao -do-Bolsa-Familia-e-acao-anticrise-diz-Paulo-Bernardo](http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?tl=1&id=852381&tit=Ampliacao-do-Bolsa-Familia-e-acao-anticrise-diz-Paulo-Bernardo)>. Acesso em: 06 fev. 2011.

Trata-se de um programa mantido pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que visa, nos termos do art. 2.º da Lei n.º 7.998/90, “prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta, e ao trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo” (inciso I), bem como “auxiliar os trabalhadores na busca ou preservação do emprego, promovendo, para tanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional” (inciso II).

Em condições normais o Seguro-Desemprego é concedido ao trabalhador desempregado, por um período máximo variável entre três e cinco meses, contínua ou alternadamente, a cada período aquisitivo de dezesseis meses (art. 5.º da Resolução n.º 375 do Codefat).^{152,153}

Considerando, contudo, que no auge da crise econômica uma grande massa de obreiros passou involuntariamente à condição de desemprego, o governo decidiu prolongar o seguro-desemprego para os trabalhadores de alguns segmentos econômicos que perderam seus postos de trabalho no mês de dezembro/2008, por meio do pagamento de até duas parcelas extras.

Assim, em 11 de fevereiro de 2009, o Codefat publicou a Resolução n.º 592, que aprova os critérios técnicos de orientação ao prolongamento do prazo do benefício aos setores mais atingidos pelo desemprego, identificados pelo MTE por meio do Caged. Estes setores tiveram o seguro-desemprego prolongado por até duas parcelas extras.

¹⁵² É observada a seguinte relação: a) três parcelas, caso o trabalhador comprove vínculo empregatício com pessoa jurídica ou pessoa física a ela equiparada de no mínimo seis e no máximo onze meses, nos últimos trinta e seis meses; b) quatro parcelas, se o trabalhador comprovar mencionado vínculo no mínimo doze e no máximo vinte e três meses no período de referência; e c) cinco parcelas, se o trabalhador comprovar tal vínculo de no mínimo vinte e quatro meses no período de referência.

¹⁵³ O valor do benefício do seguro-desemprego é fixado e atualizado por meio de Resoluções do Codefat. Atualmente a matéria encontra-se disciplinada na Resolução n.º 658, de 30 de dezembro de 2010, cujo artigo 1.º reza: “a partir de 1.º de janeiro de 2011, o valor do benefício do Seguro-Desemprego terá como base de cálculo a aplicação do percentual de 5,8824%. Parágrafo único. Para cálculo do valor do benefício do Seguro-Desemprego, segundo as faixas salariais a que se refere o artigo 5.º, da Lei n.º 7.998/1990, e observando o estabelecido no § 2.º do mencionado artigo, serão aplicados os seguintes critérios: (I) Para a média salarial até R\$ 891,40 (oitocentos e noventa e um reais e quarenta centavos), obtida por meio da soma dos 3 (três) últimos salários anteriores à dispensa; o valor da parcela será o resultado da aplicação do fator 0,8 (oito décimos); (II) Para a média salarial compreendida entre R\$ 891,41 (oitocentos e noventa e um reais e quarenta e um centavos) e R\$ 1.485,83 (um mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e oitenta e três centavos), aplicar-se-á o fator 0,8 (oito décimos) até o limite do inciso anterior e, no que exceder, o fator 0,5 (cinco décimos). O valor da parcela será a soma desses dois valores; (III) Para a média salarial superior a R\$ 1.485,83 (um mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e oitenta e três centavos), o valor da parcela será, invariavelmente, R\$ 1.010,34 (um mil e dez reais e trinta e quatro centavos).”

Neste sentido, em 30 de março de 2009 o Codefat publicou a Resolução n.º 595, por meio da qual foram elencadas as atividades – por unidade da Federação – cujos trabalhadores fariam jus às parcelas extras do seguro desemprego.¹⁵⁴

Exemplifica-se. No estado do Paraná, possuem direito ao seguro desemprego prolongado os trabalhadores das indústrias do material de transporte; do papel, papelão, editorial e gráfica; e da indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários e perfumaria. Em São Paulo esta medida se aplica aos trabalhadores das indústrias metalúrgica, mecânica, do material de transporte; da borracha, fumo, couros, peles, similares, indústrias diversas; química de produtos farmacêuticos, veterinários e perfumaria; e a indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecido.

Nesta mesma esteira, em 27 de maio de 2009 foi publicada a Resolução n.º 606, também do Codefat, por meio da qual ampliou-se o leque das atividades abrangidas pela medida.¹⁵⁵ Onserve-se.

No Paraná, passaram a fazer jus a este benefício prorrogado os trabalhadores das indústrias metalúrgica, mecânica, de material de transporte, de madeira e mobiliário, de papel e química, gráfica e de calçados. Já no estado de São Paulo o rol de atividades é maior: estão abarcados pela proteção estendida os trabalhadores das indústrias metalúrgica, mecânica, de minerais não metálicos, de material elétrico e comunicações, de material de transporte, de madeira e mobiliário, de borracha, de fumo, de couro, química, têxtil e de produtos alimentícios e bebidas.

¹⁵⁴ Resolução n.º 595/2009, Codefat: “O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – Codefat, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do art.19 da Lei n.º 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e tendo em vista o que estabelece a Lei n.º 8.900, de 30 de junho de 1994, resolve: Art. 1.º Prolongar por até mais dois meses a concessão do Seguro-Desemprego aos trabalhadores dispensados por empregadores dos subsetores de atividade econômica e unidades da Federação elencados no anexo desta Resolução, dentro das condições previstas no art. 2.º da Lei n.º 8.900/94. Parágrafo único. Terão direito ao benefício de que trata o *caput* deste artigo os beneficiários do Seguro-Desemprego cuja dispensa tenha ocorrido no mês de dezembro de 2008”.

¹⁵⁵ Resolução n.º 606/2009, CODEFAT: “O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do art.19 da Lei n.º 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e tendo em vista o que estabelece a Lei n.º 8.900, de 30 de junho de 1994, resolve: Art. 1.º Prolongar por até mais dois meses a concessão do Seguro-Desemprego aos trabalhadores dispensados por empregadores dos subsetores de atividade econômica e Unidades da Federação elencados no anexo desta Resolução, dentro das condições previstas no art. 2.º da Lei n.º 8.900/94. Parágrafo único. Terão direito ao benefício de que trata o *caput* deste artigo os beneficiários do Seguro-Desemprego cuja dispensa tenha ocorrido no mês de dezembro de 2008, não abrangidos pela Resolução do Codefat n.º 595, de 30 de março de 2009.”

Ampliando ainda mais o leque dos trabalhadores beneficiados pela medida, a Resolução do Codefat n.º 607, daquela mesma data (27/05/2009), prolongou o seguro-desemprego também para trabalhadores dispensados em janeiro de 2009.

Esta Resolução traz, em seu anexo, o rol das atividades econômicas incluídas nesta expansão. No estado do Paraná foram beneficiados os trabalhadores das indústrias metalúrgica, de material de transporte, química, e de papel e gráfica. O estado de São Paulo foram inseridos na medida os trabalhadores das indústrias metalúrgica; mecânica; de material elétrico e comunicações; de material de transporte; de madeira e mobiliário; de borracha, fumo e couro; química; e, por fim, têxtil.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, mais de 320,2 mil trabalhadores foram beneficiados pela prolongação das parcelas de seguro-desemprego: 103,7 mil na primeira fase (dezembro/2008), e 216,5 mil trabalhadores na segunda (143.140 em dezembro/2008 e 73.360 em janeiro/2009).¹⁵⁶

Cerca de R\$ 390 milhões foram gastos pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para custear os benefícios (R\$ 126,3 milhões na primeira fase e R\$ 263,7 milhões na segunda).¹⁵⁷

Com esta medida, o governo cumpriu seu objetivo de oferecer amparo aos trabalhadores vítimas da crise econômica e, ainda, colocou capital em circulação para compensar aquele que secou em virtude da recessão econômica.

3.2.10 Criação do Microempreendedor Individual (MEI)

Outra medida para amenizar os efeitos da crise econômica sobre a sociedade laboral brasileira foi a criação do MEI (Microempreendedor Individual), com vigência a partir de 01 de julho de 2009 (Lei Complementar n.º 128, de 19 de dezembro de 2008).

¹⁵⁶ Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/sgcnoticiaAudio.asp?IdConteudoNoticia=5230&PalavraChave=SEGURO DESEMPREGO, lupi, crise](http://www.mte.gov.br/sgcnoticiaAudio.asp?IdConteudoNoticia=5230&PalavraChave=SEGURO%20DESEMPREGO,%20lupi,%20crise)>. Acesso em: 08 dez. 2010.

¹⁵⁷ Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/sgcnoticiaAudio.asp?IdConteudoNoticia=5563&PalavraChave=seguro desemprego](http://www.mte.gov.br/sgcnoticiaAudio.asp?IdConteudoNoticia=5563&PalavraChave=seguro%20desemprego)>. Acesso em: 08 dez. 2010.

Este programa possibilita a formalização de trabalhadores informais, tais como ambulantes, artesãos e outros cuja renda mensal não seja superior a R\$ 3.000,00 (três mil reais).¹⁵⁸

O trabalhador que se inscrever terá uma série de benefícios, a saber: cobertura previdenciária com contribuição mensal reduzida (11% sobre o salário mínimo); possibilidade de contratação de até um empregado, com redução de encargos (3% relativo à Previdência Social e 8% relativo ao FGTS, incidentes sobre o salário mínimo¹⁵⁹); isenção de taxas para o registro da empresa; redução da carga tributária (valores mensais fixos para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e o Imposto Sobre Serviços (ISS): R\$ 1,00 e R\$ 5,00, respectivamente); apoio técnico do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)¹⁶⁰ na organização do negócio (cursos e planejamento de negócios com o fim de capacitar os empreendedores que assim o desejarem); dentre outros.

De acordo com a Agência Sebrae de Notícias, em novembro de 2010 eram mais de 737 mil os trabalhadores formalizados por intermédio do MEI.¹⁶¹

Sob o aspecto da circulação de capital, pouco contribui esta medida para amenizar os efeitos da crise econômica. Entretanto, nasce a possibilidade de um trabalhador que perde seu emprego viabilizar, por conta própria, uma nova atividade que lhe garanta a subsistência. E mais, que lhe ampare perante a Previdência Social.

¹⁵⁸ A lista das atividades que permitem a formalização por meio do MEI pode ser encontrada na internet, no Portal do Empreendedor, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/modulos/entenda/quem.php>).

¹⁵⁹ O empregado deverá contribuir com 8% de seu salário-de-contribuição para a Previdência Social.

¹⁶⁰ “O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) é uma entidade privada sem fins lucrativos criada em 1972 com a missão de promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de micro e pequeno porte. A instituição atua também com foco no fortalecimento do empreendedorismo e na aceleração do processo de formalização da economia por meio de parcerias com os setores público e privado, programas de capacitação, acesso ao crédito e à inovação, estímulo ao associativismo, feiras e rodadas de negócios”. (Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/customizado/sebrae/institucional/quem-somos/sebrae-um-agente-de-desenvolvimento>>. Acesso em: 08 dez. 2010).

¹⁶¹ Disponível em: <<http://www.agenciasebrae.com.br/noticia.kmf?canal=448&cod=10984003&indice=0>>. Acesso em: 08 dez. 2010.

3.2.11 Implementação de programas de qualificação profissional

Em um cenário de crescimento da taxa de desemprego, o governo de um país deve não apenas batalhar pela manutenção e crescimento do número de postos de trabalho, como também empenhar-se em manter as condições de empregabilidade das pessoas que se encontram fora do mercado de trabalho. Uma das formas de se fazer isso é promovendo a qualificação profissional.

No Brasil, o Ministério do Trabalho e Emprego possui um Plano Nacional de Qualificação (PNQ), composto por: Planos Setoriais de Qualificação (PlanSeQs)¹⁶², Planos Territoriais de Qualificação (PlanTeQs)¹⁶³ e Projetos Especiais de Qualificação (ProEsQs)¹⁶⁴.

O Plano Nacional de Qualificação é financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), está regulamentado pela Resolução n.º 575 do Codefat, de 28 de abril de 2008, e tem por objetivos:

O PNQ tem como objetivo estabelecer uma articulação entre o Trabalho, a Educação e o Desenvolvimento, considerando a qualificação social e profissional um direito do trabalhador e instrumento indispensável à sua inclusão e aumento de sua permanência no mundo do trabalho. (Resolução n.º 575, CODEFAT. Art. 1.º, § 2.º).

Neste sentido, o governo brasileiro iniciou, em 2009, o desenvolvimento de diversos Planos Setoriais de Qualificação (PlanSeQs). Foram publicadas algumas

¹⁶² Firmados em parceria com sindicatos, empresas, movimentos sociais, governos municipais e estaduais, os PlanSeQs visam ao atendimento de demandas emergenciais, estruturantes ou setorializadas de qualificação.

¹⁶³ Firmados em parceria com estados, municípios e entidades sem fins lucrativos, os PlanTeQs destinam-se ao atendimento de demandas por qualificação identificadas com base em critério geográfico.

¹⁶⁴ Firmados em parceria com entidades do movimento social e organizações não-governamentais, os PlanSeqs objetivam o desenvolvimento de metodologias e tecnologias de qualificação social e profissional.

dezenas de Avisos de Chamada Pública de Parceria SPPE/MTE^{165,166} e dez Planos foram firmados para qualificação de mais de 215 mil trabalhadores. Com isso, até o mês de novembro daquele ano 45 mil trabalhadores já haviam sido beneficiados por este programa.¹⁶⁷

De acordo com Adriana Maria Giuberti, redatora do Boletim n.º 2 da Crise Financeira no Brasil, do Ministério do Trabalho e Emprego, os Planos Territoriais de Qualificação (PlanTeQs) “têm sido executados em todo o Brasil, com a qualificação, em 2009, de 50 mil trabalhadores, resultado de convênios/aditivos firmados ainda em 2008”.¹⁶⁸

Também se encontra em andamento uma série de Projetos Especiais de Qualificação (ProEsQs), como por exemplo o Projeto “Desenvolvimento de Metodologia de Qualificação para a Economia Solidária e Autogestão” e o Projeto “Educação Profissional e Trabalho para Pessoas com Deficiências Intelectual e Múltipla - Plano Orientador para Gestores e Profissionais”.¹⁶⁹

A intensificação da implementação da qualificação profissional no Brasil durante o período de crise é uma forma de manter os trabalhadores que se encontram em situação de desemprego ligados, de certa maneira, ao mercado de trabalho. Isso

¹⁶⁵ A sigla SPPE designa a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, do MTE.

¹⁶⁶ Avisos de Chamada Pública de Parceria SPPE/MTE PlanSeQ n.º 02/2009 (Profissionais de Educação Física – CE); 06/2009 (Emergencial Vale do Assú – Construção Civil – RN); 07/2009 (Emergencial Vale do Assú – Fruticultura – RN); 008/2009 (Comércio e Serviços – AL); 009/2009 (Turismo – AL); 010/2009 (Emergencial Portuário – SC); 011/2009 (Comércio e Serviços Para Profissionais Afro-Descendentes - nacional); 012/2009 (Trabalho Doméstico Cidadão - nacional); 013/2009 (Serviços – Nacional); 014/2009 (Têxtil – CE); 015/2009 (Construção Civil – RS); 016/2009 (Vestuário – GO); 017/2009 (Artesanato – SC); 018/2009 (Serviços São José - SC); 019/2009 (Siderurgia – RJ); 020/2009 (Social Produção Rural - Agroecologia, Agroextrativismo e Pesca Artesanal – RO); 021/2009 (Trabalhadores Pólo Industrial de Manaus/AM); 022/2009 (Motofrete – nacional); 023/2009 (Estética e Beleza – RJ); 024/2009 (Vigilantes – SC); 025/2009 (Bares, Hotéis e Restaurantes – Nacional); 026/2009 (Telemarketing – Nacional); 027/2009 (Comércio Varejista de Combustíveis – nacional); 028/2009 (Turismo – Nacional); 029/2009 (Indústria do Carnaval - Segmento Escola de Samba); 030/2009 (Construção Civil Pesada); 031/2009 (Comércio de Shopping Center – DF); 032/2009 (Tecnologia da Informação – Nacional); 033/2009 (Comércio São Paulo e Ceará); 34/2009 (Profissionais de Educação Física); 35/2009 (Populações do Campo – Nacional).

¹⁶⁷ GIUBERTTI, Adriana Maria. **Boletim n.º 2 da Crise Financeira no Brasil**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/observatorio/boletim_02_Crise_Financeira_Brasil_2010.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2010.

¹⁶⁸ *Ibid.*, p.18.

¹⁶⁹ Todos os Projetos em andamento podem ser visualizados no sítio do Ministério do Trabalho e Emprego na internet: <http://www.mte.gov.br/pnq/ProEsQs_Publicacao.pdf>.

porque a qualificação profissional majora as chances de rápida contratação destes indivíduos assim que os efeitos da devastação econômica comecem a ser amenizados e superados. E mais, com mão de obra melhor qualificada a produtividade em geral aumenta, favorecendo duplamente a recuperação econômica do país.

3.2.12 Concessão de bolsa de qualificação a trabalhadores com contrato de trabalho suspenso

Uma alternativa à dispensa de trabalhadores em período de crise é a suspensão de seus contratos de trabalho. Esta possibilidade está expressamente prevista na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no artigo 476-A.¹⁷⁰

Para o sustento dos trabalhadores neste período, a Lei n.º 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regulamenta o seguro-desemprego, permite a utilização deste benefício como Bolsa de Qualificação.

¹⁷⁰ CLT, art. 476-A. O contrato de trabalho poderá ser suspenso, por um período de dois a cinco meses, para participação do empregado em curso ou programa de Qualificação Profissional oferecido pelo empregador, com duração equivalente à suspensão contratual, mediante previsão em convenção ou acordo coletivo de trabalho e aquiescência formal do empregado, observado o disposto no art. 471 desta Consolidação. § 1.º Após a autorização concedida por intermédio de convenção ou acordo coletivo, o empregador deverá notificar o respectivo sindicato, com antecedência mínima de quinze dias da suspensão contratual. § 2.º O contrato de trabalho não poderá ser suspenso em conformidade com o disposto no *caput* deste artigo mais de uma vez no período de dezesseis meses. § 3.º O empregador poderá conceder ao empregado ajuda compensatória mensal, sem natureza salarial, durante período de suspensão contratual nos termos do *caput* deste artigo, com valor a ser definido em convenção ou acordo coletivo. § 4.º Durante o período de suspensão contratual para participação em curso ou programa de Qualificação Profissional, o empregado fará jus aos benefícios voluntariamente concedidos pelo empregador. § 5.º Se ocorrer a dispensa do empregado no transcurso do período de suspensão contratual ou nos três meses subseqüentes ao seu retorno ao trabalho, o empregador pagará ao empregado, além das parcelas indenizatórias previstas na legislação em vigor, multa a ser estabelecida em convenção ou acordo coletivo, sendo de, no mínimo, cem por cento sobre o valor da última remuneração mensal anterior à suspensão do contrato. § 6.º Se durante a suspensão do contrato não for ministrado o curso ou programa de Qualificação Profissional ou o empregado permanecer trabalhando para o empregador, ficará descaracterizada a suspensão, sujeitando o empregador ao pagamento imediato dos salários e dos encargos sociais referente ao período, às penalidades cabíveis previstas na legislação em vigor, bem como às sanções previstas em convenção ou acordo coletivo. § 7.º O prazo limite fixado no *caput* poderá ser prorrogado mediante convenção ou acordo coletivo de trabalho e aquiescência formal do empregado, desde que o empregador arque com o ônus correspondente ao valor da Bolsa Qualificação Profissional no respectivo período.

De forma bastante simples, eis o que acontece. Regra geral o seguro-desemprego é pago aos trabalhadores que perdem o emprego de forma involuntária, isto é, são dispensados sem justa causa. Entretanto, a Lei n.º 7.998/90 autoriza que, em condições especiais, se o trabalhador tiver seu contrato de trabalho suspenso, poderá ele receber o seguro-desemprego – em que pese a existência do vínculo empregatício.

Para tanto, dois aspectos devem ser observados. O primeiro deles é a necessidade de negociação coletiva versando sobre o assunto. Neste sentido, observe-se a explicação do Ministério do Trabalho e Emprego:

Na execução do benefício Seguro-Desemprego, modalidade Bolsa de Qualificação Profissional, é necessário, previamente, que exista acordo entre o empregador e representante dos empregados, ou seja:

- a) deve existir dispositivo tratando do assunto em acordo ou convenção coletiva de trabalho, devidamente aceita pela entidade representativa da classe trabalhadora;
- b) o acordo ou a convenção coletiva exige homologação nas unidades locais do Ministério do Trabalho e Emprego, ou seja, nas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (antigas Delegacias Regionais do Trabalho).¹⁷¹

O outro requisito é a matrícula do trabalhador em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador. Neste sentido, veja-se a Resolução n.º 591 do Codefat, de 11 de fevereiro de 2009:

Art. 10. Os cursos ou programas de qualificação a serem oferecidos pelo empregador deverão assegurar qualidade pedagógica, carga horária compatível, frequência mínima e estar relacionados com as atividades da empresa.

§ 1.º Os cursos de qualificação profissional deverão observar a carga horária mínima de:

- I. cento e vinte horas para contratos suspensos pelo período de dois meses;
- II. cento e oitenta horas para contratos suspensos pelo período de três meses;
- III. duzentas e quarenta horas para contratos suspensos pelo período de quatro meses;
- IV. trezentas horas para contratos suspensos pelo período de cinco meses.

§ 2.º Será exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas.

§ 3.º Os cursos a serem oferecidos pelo empregador deverão estar relacionados, preferencialmente, com as atividades da empresa e observar:

- I. mínimo de 85% (oitenta e cinco por cento) de ações formativas denominadas cursos ou laboratórios;
- II. até 15% (quinze por cento) de ações formativas denominadas seminários e oficinas.

¹⁷¹ MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Departamento de Emprego e Salário. **Bolsa de qualificação profissional**. Brasília: MTE, SPPE, DES, CGSAP, fev. 2009.

Como se vê, esta é uma excelente ferramenta da qual trabalhadores e empregadores podem se valer para evitar dispensas em períodos economicamente críticos. Não foi especificamente criada para combater a crise de 2008, mas foi extremamente útil neste período.

Além disso, assim como ocorre com a medida analisada no item anterior, lembre-se que a melhor qualificação dos trabalhadores brasileiros contribui para o progresso do país. Com isso, esta política governamental se torna ainda mais interessante.

3.2.13 O Brasil e o Pacto Mundial para o Emprego

Durante a crise, geramos 1,7 milhão de empregos formais, enquanto EUA perderam 6,5 milhões de empregos e Europa perdeu 10,2 milhões de empregos em 2009. No Brasil tivemos também um ganho real de 64% no salário acima da inflação, e 36% de ganho real no salário de admissão.¹⁷²

O governo brasileiro foi bastante diligente no combate à recessão econômica ocorrida nos anos de 2008 e 2009. Diversas medidas já existentes foram utilizadas com este fim e tantas outras foram implementadas.

Os onze princípios estabelecidos no Pacto Mundial para o Emprego foram respeitados. Destes, cinco foram extremamente valorizados, a saber: a atenção prioritária à proteção e ao crescimento do emprego (1.º princípio analisado); a ajuda às pessoas duramente afetadas pela crise, principalmente, dentre outros, os trabalhadores mal-remunerados (2.º princípio); a manutenção do emprego e o favorecimento do acesso das pessoas desempregadas ao mercado de trabalho (3.º); a fuga de soluções que gerem conseqüências prejudiciais de espirais deflacionárias e deterioração das condições de trabalho (6.º); e a eficiente regulamentação de economias de mercado (10.º).

¹⁷² MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Lupi fala sobre os desafios do Brasil para os próximos anos**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/sgcnoticia.asp?IdConteudoNoticia=7389&PalavraChave=salário mínimo, geração de empregos>>. Acesso em: 12 out. 2010.

Das quatro medidas sugeridas pela OIT para contenção da devastação provocada pela crise nos mercados de trabalho, duas foram amplamente empregadas pelo governo brasileiro: a aceleração da criação de empregos, tanto pela elaboração de um plano macroeconômico de retomada da economia, como pelo oferecimento de programas de formação profissional e pela valorização das micro e pequenas empresas na formação do emprego; e o reforço aos sistemas de proteção social, seja pela instituição de programas de distribuição de renda, seja pela promoção de cursos de qualificação que garantam a empregabilidade.

Das políticas implementadas no Brasil que aqui se analisaram, nenhuma se encontra em desacordo com o apregoado pela OIT. Tanto a primeira como a segunda delas, referentes à injeção de liquidez no mercado de crédito e à manutenção de investimentos com alta capacidade de geração de emprego, direta ou indiretamente auxiliaram a manter os postos de trabalho existentes e alimentar a criação de novos (primeiro e terceiro princípios trazidos pelo Pacto).

A terceira medida adotada pelo governo brasileiro (redução da taxa de juros básica da economia) vai ao encontro do décimo princípio previsto no Pacto (a eficaz regulamentação da economia de mercado) e a quarta política implementada (desoneração do IPI) abarca todos os princípios compreendidos pelas medidas anteriores (primeiro, terceiro e décimo).

A quinta política instituída pelo Brasil para conter a crise, referente à abertura de linha de crédito com juros reduzidos para revendedores de veículos usados, não apenas participou da regulação do mercado (décimo princípio), como também, na medida em que consignou a compensatória obrigação de manutenção de empregos, colaborou para a promoção do primeiro e do terceiro princípios.

A sexta medida brasileira aqui analisada (ampliação da rede de atendimento do microcrédito produtivo orientado) observou dois dos princípios elencados no Pacto (primeiro e terceiro), e, ainda, se encaixou perfeitamente em uma das sugestões de ações nele contidas. A OIT propõe que os países acelerem a criação de empregos por diversos meios, dentre os quais pela valorização do importante papel das micro e pequenas empresas no mercado de trabalho. Uma das formas de se fazer isso, segundo o próprio Pacto, é possibilitando-se a concessão de créditos acessíveis aos microempreendedores – exatamente o que foi feito em nosso país.

Outro dos artifícios empregados pelo Brasil foi a manutenção da política de valorização do salário mínimo. Novamente a ação do governo brasileiro coaduna-se ao disposto no Pacto da OIT: seja porque protege, especialmente, os trabalhadores mal-remunerados (segundo princípio); seja porque ajuda a evitar que as demais medidas adotadas tenham como consequência a deflação dos salários (sexto princípio); seja, por fim, porque encaixa-se à segunda sugestão de ação contida no referido documento (reforço aos sistemas de proteção social).

Tanto a oitava como a nona medida implementadas pelo Brasil (ampliação do Programa Bolsa Família e concessão de parcelas extras do seguro-desemprego), além de proteger as pessoas vulneráveis mais fortemente afetadas pela crise (segundo princípio), consiste em um reforço a um sistema de proteção social já existente (segunda sugestão de ação prevista do Pacto).

A criação do Microempreendedor Individual (décima política brasileira aqui examinada), na medida em que possibilitou a contratação de até um empregado com encargos reduzidos, também auxiliou na manutenção dos postos de trabalho já existentes e na criação de novos (primeiro e terceiro princípios). Mais do que isso, esta medida inseriu-se na primeira sugestão elaborada pelo Pacto: a valorização do papel das micro e pequenas empresas na construção do mercado de trabalho.

Por fim, a décima primeira política brasileira estudada neste trabalho – concessão de bolsa de qualificação a trabalhadores com contrato de trabalho suspenso – insere-se no terceiro princípio elencado no Pacto (conservação dos empregos existentes) e na segunda medida sugerida (reforço aos sistemas de proteção social por meio da promoção de cursos de qualificação que garantam ou proporcionem a empregabilidade).

Deste modo, é possível afirmar com segurança que o governo brasileiro atendeu satisfatoriamente às diretrizes da OIT para proteção e restauração do mercado do trabalho. Em que pese as críticas e censuras a que o governo brasileiro está ou possa estar sujeito, ao menos no que se refere ao combate aos efeitos da crise e ao restabelecimento do crescimento e da estabilidade econômica, o êxito das políticas adotadas é inquestionável.

4 ANÁLISE DE DADOS

Com base nas considerações já tecidas nos capítulos anteriores, é possível passarmos à análise dos efeitos produzidos pela crise na economia brasileira. O primeiro elemento que deve ser examinado é a interferência da crise imobiliária de 2008 no crescimento econômico do Brasil.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), no ano de 2007 o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 5,4%, alcançando R\$ 2,6 trilhões. Este resultado foi bastante festejado, uma vez que dava seguimento a uma série histórica de crescimento.

Neste sentido, observe-se o seguinte trecho do Relatório Anual 2007, do Banco Central do Brasil (Bacen):

A economia brasileira apresentou em 2007, pelo segundo ano consecutivo, intensificação do ritmo de seu crescimento. O resultado anual, que se constituiu no terceiro melhor dos últimos 20 anos, seguiu evidenciando o maior dinamismo da demanda interna, expresso tanto na aceleração significativa dos investimentos como na manutenção do crescimento do consumo das famílias. O padrão de sustentação do atual ciclo de expansão da economia brasileira segue, portanto, apresentando características favoráveis à sua manutenção.¹⁷³

O excelente desempenho do PIB em 2007 decorreu, segundo o Banco Central, “de expansões generalizadas em seus componentes”: a produção agropecuária cresceu 5,3%, a atividade industrial aumentou 4,9% e o setor de serviços cresceu 4,7%.

Além disso, conforme informações divulgadas pelo IBGE, o consumo interno aumentou 6,5% em 2007, registrando o quarto ano consecutivo de expansão. As principais causas desta elevação teriam sido o acréscimo de 3,6% na massa salarial dos trabalhadores e o aumento de 28,8% no saldo de operações de crédito do sistema financeiro com recursos livres para pessoas físicas.

¹⁷³ BOLETIM do Banco Central do Brasil. Relatório Anual 2007. v.43. p.15.

Após o estouro da bolha imobiliária norte-americana, no ano de 2008, também de acordo com o IBGE, o PIB brasileiro cresceu 5,1%, alcançando R\$ 2,9 trilhões. A análise trimestral dos números, contudo, demonstra uma retração no segundo semestre daquele ano.

Se nos três primeiros trimestres do ano a economia brasileira cresceu a taxas elevadas, o quarto trimestre evidenciou os impactos da crise financeira internacional na circulação de capital: houve a redução de 3,6% do PIB em comparação com o trimestre anterior.

Neste sentido, observe-se o Relatório Anual 2008 do Bacen:

Nesse cenário, o PIB, mesmo recuando 3,6% no trimestre encerrado em dezembro, em relação ao finalizado em setembro, após ajuste sazonal, registrou alta de 5,1% no ano, refletindo o dinamismo experimentado pela economia nos nove primeiros meses do ano.¹⁷⁴

Nesta mesma esteira, analisem-se os dados divulgados pelo IBGE:

Em relação ao terceiro trimestre de 2008, o PIB caiu 3,6%, o maior recuo da série iniciada em 1996: - 3,6% na comparação do quarto trimestre contra o terceiro trimestre de 2008, na série com ajuste sazonal. Entre os setores, a Indústria registrou a maior queda (-7,4%), seguida pela Agropecuária (-0,5%) e pelos Serviços (-0,4%). Para a Indústria, esse foi o maior recuo desde o quarto trimestre de 1996 (-7,9%).¹⁷⁵

Assim como ocorreu em 2007, o crescimento do PIB em 2008 emanou da expansão generalizada dos seus componentes: 5,8% de crescimento na produção agropecuária, 4,3% de expansão na atividade industrial e 4,8% de aumento no setor de serviços.

Também no início do ano de 2009 o Brasil registrou um menor crescimento econômico. Segundo o IBGE, o PIB teve uma redução de 0,8% no primeiro trimestre daquele ano, em relação ao quarto trimestre de 2008 na série com ajuste sazonal.

¹⁷⁴ BOLETIM do Banco Central do Brasil, v.44, p.15.

¹⁷⁵ Dados divulgados pelo IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1330&id_pagina=1>. Acesso em: 01 jul. 2010.

Ainda na comparação do primeiro trimestre de 2009 com o último de 2008, na série com ajuste sazonal, a maior redução ocorreu na indústria (-3,1%), seguida pela agropecuária (-0,5%), enquanto os serviços apresentaram elevação de 0,8%.¹⁷⁶

Veja-se, ainda, o Relatório Anual 2009 do Banco Central:

O breve período recessivo que sucedeu as alterações no ambiente econômico internacional se traduziu – consideradas estatísticas dessazonalizadas e variações em relação ao trimestre anterior – em retrações respectivas do PIB de 3,5% e 0,9% nos trimestres encerrados em dezembro de 2008 e em março de 2009. Vale ressaltar que essa evolução refletiu, fundamentalmente, os impactos da deterioração das expectativas e das condições de crédito sobre o dinamismo da indústria e dos investimentos e sobre os níveis dos estoques. A produção do setor industrial assinalou recuos respectivos de 7,6% e 4,2%, nos trimestres mencionados.

A partir do segundo trimestre de 2009, o nível da atividade da economia passou a registrar recuperação progressiva, expressa nos aumentos respectivos de 1,4%, 1,7% e 2% assinalados pelo PIB nos trimestres finalizados em junho, setembro e dezembro. Esse movimento foi impulsionado pela retomada da demanda interna, pelas medidas temporárias de renúncia fiscal do governo federal e, na segunda metade do ano, pela intensificação dos investimentos.¹⁷⁷

A recessão do PIB em 2009 proveio de recuos setoriais em alguns de seus componentes: a atividade industrial contraiu 5,5%, ao passo que o setor de serviços cresceu 2,6%.

Nos Estados Unidos, onde surgiu a bolha imobiliária que ocasionou a crise econômica em questão, a situação foi muito mais dramática: não apenas uma diminuição no ritmo do crescimento econômico, mas uma verdadeira recessão.

No quarto trimestre de 2008 o PIB norte-americano caiu 6,2%, representando a maior contração desde 1982. Foram apenas três momentos em que os Estados Unidos tiveram uma retração de tal magnitude desde a Grande Depressão de 1929: 1957, 1980 e 1982.

A principal causa da queda foi a contração do consumo das famílias, que representa 70% do PIB dos Estados Unidos. Entre outubro e dezembro, meses imediatamente subsequentes à fase aguda da crise (com a quebra do banco *Lehman Brothers*, em 15 de setembro de 2008), o consumo caiu 4,3%.¹⁷⁸

¹⁷⁶ Dados divulgados pelo IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1384&id_pagina=1>. Acesso em: 01 jul. 2010.

¹⁷⁷ BOLETIM do Banco Central do Brasil, v.45, p.17.

¹⁷⁸ Neste sentido, matéria publicada no Jornal Gazeta do Povo em 28/02/2009. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?id=862254>>. Acesso em: 05 ago. 2010.

Esta recessão na economia norte-americana é relevante não apenas pelo seu tamanho, mas pelo fato de a ela se vincular a economia global. Apenas a título ilustrativo, os americanos são responsáveis por 25% de toda a riqueza produzida no mundo a cada ano. Desta forma, uma crise na economia norte-americana influencia diretamente a economia mundial.

Sob a perspectiva do mercado de trabalho, um dado divulgado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) é bastante emblemático: o número de desempregados no mundo subiu de 34 milhões, em 2007, para 212 milhões em 2009.¹⁷⁹

No Brasil, de acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), para o período de dezembro de 2008 eram esperadas aproximadamente 350 mil dispensas. Entretanto, em razão desse novo contexto de crise, 750 mil dispensas foram registradas, o que correspondeu a uma queda de 2,3% dos empregos formais.

Imperiosa se faz a análise dos dados relativos às admissões e dispensas em todo o território nacional no período imediatamente antecedente, contemporâneo e posterior à crise. Observem-se as estatísticas do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, do MTE).

Em janeiro de 2008 registrou-se um saldo de 142.921 novos postos de trabalho no Brasil¹⁸⁰, o que representa uma variação de 0,49% no número de empregos. Este cenário evoluiu em fevereiro, março e abril do mesmo ano, com 204.963 novos empregos (variação de 0,70%), 206.556 (0,70%) e 294.522 (0,99%), respectivamente. No mês de maio o saldo de novos empregos foi de 202.984 (variação de 0,68%).

O auge do crescimento dos empregos no Brasil durante o ano de 2008 ocorreu no mês de junho, quando o saldo chegou a 309.442, representando uma variação de 1,03%.

Em julho a variação foi de 0,67% (saldo de 203.218 novos empregos), em agosto foi de 0,78% (saldo de 239.123) e em setembro foi de 0,91% (saldo de 282.841). A partir de então os primeiros – e fortes – impactos da crise passaram a ser sentidos.

¹⁷⁹ Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/topic/employment/news/news_131.php>. Acesso em: 30 mar. 2010.

¹⁸⁰ Número de total de admissões menos o número de dispensas ocorridas.

No mês de outubro de 2008 o saldo de novos empregos foi de apenas 61.401, o que representa uma variação de 0,20%. O setor mais fortemente impactado foi a agropecuária, com variação negativa de 2,17% no número de postos de trabalho. A construção civil, que teve crescimento sempre acima de 1,70% em todos os meses do ano, encerrou outubro com apenas 0,11%.

Em novembro a situação foi ainda mais crítica, com o recuo do número de postos de trabalho existentes no Brasil. Foram extintos 40.821 empregos, o que representa uma variação negativa de 0,13%. A agropecuária, a construção civil e a indústria de transformação tiveram variações negativas de 2,91%, 1,20% e 1,06%, respectivamente.

No mês de dezembro testemunhou-se o auge da crise econômica no Brasil (sob o aspecto do mercado de trabalho). No balanço geral, mais de 650.000 postos de trabalho foram fechados (exatos 654.946, de acordo com o Caged). Isso representa uma variação negativa de 2,08% no volume de ocupações existentes no país. Na mesma esteira do mês de novembro, os setores mais fortemente atingidos foram a agropecuária, a construção civil e a indústria de transformação, com variações negativas de 7,92%, 4,38% e 3,63%.

O ano de 2009 iniciou neste contexto altamente instável. No mês de janeiro 101.748 postos de trabalho foram extintos, representando uma variação negativa de 0,32%. A agropecuária perdeu 12.101 postos de trabalho (-0,78%), a indústria de transformação perdeu 55.130 empregos (-0,75%) e o comércio apresentou perda de 50.781 ocupações (-0,72%). A construção civil apresentou uma significativa reação, com o saldo positivo de 11.324 postos de trabalho (variação de 0,59%).

Em fevereiro o mercado de trabalho começou a reagir. No saldo de empregos o resultado foi positivo, com 209.425 novas vagas (variação positiva de 0,63%). Em março, abril e maio o saldo de novos empregos foi de 34.818 (0,11%), 106.205 (0,33%) e 131.557 (0,41%).

Nos meses subsequentes não se verificou qualquer modificação significativa. Em junho o saldo de empregos foi de 119.495 (variação positiva de 0,37%), em julho o saldo foi de 138.402 (0,43%) e em agosto foi de 242.126 (0,74%). Setembro, outubro e novembro tiveram saldo de 252.617 (0,77%), 230.956 (0,70%) e 246.695 (0,74%).

Apenas em dezembro de 2009 observou-se uma nova queda nos empregos existentes no Brasil: 415.192 postos de trabalho a menos (-1,23%). Esta tendência,

entretanto, já foi revertida no início de 2010, mantendo-se os números positivos durante todo o primeiro semestre do ano.¹⁸¹

Os dados acima expostos demonstram que o mercado de trabalho brasileiro sofreu impactos desta crise econômica. Os meses de novembro e dezembro de 2007, assim como o mês de janeiro de 2008, registraram um significativo decréscimo dos postos de trabalho. Os segmentos econômicos mais atingidos foram a agropecuária, a construção civil e a indústria de transformação, nesta ordem.¹⁸²

Considerando a diversidade de contextos entre os vários segmentos econômicos e a extensão territorial brasileira, não se deve analisar o comportamento do mercado de trabalho apenas sob o aspecto unitário. Deste modo, passa-se ao estudo fragmentado dos impactos da crise econômica na sociedade laboral brasileira.

4.1 ANÁLISE DE DADOS SEGMENTADA: PRINCIPAIS SETORES ECONÔMICOS

As atividades de produção são basicamente classificadas em três categorias: primárias, secundárias e terciárias. As atividades primárias são aquelas em que se destaca o fator terra, tais como a agropecuária. Nas secundárias prepondera o fator capital, como, por exemplo, a indústria extrativa mineral, de transformação e de construção. As atividades terciárias, por fim, são caracterizadas pela maior intensidade do fator trabalho, a saber: comércio, intermediação financeira, transportes, etc.¹⁸³

Com base nesta classificação, passa-se à análise de dados fragmentados de acordo com os segmentos econômicos. Para tanto, elegeram-se os três principais setores da economia brasileira, um primário, um secundário e um terciário.

¹⁸¹ Até o fechamento deste estudo os dados referentes ao número de empregos nos meses do segundo semestre de 2010 ainda não haviam sido disponibilizados pelo Caged.

¹⁸² Para melhor visualização dos dados analisados acima, consultar Anexo A.

¹⁸³ ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 19.ed. São Paulo: Atlas, 2002. p.143.

4.1.1 Agropecuária

De acordo com o Relatório Anual 2007 do Banco Central do Brasil, neste ano a safra de grãos atingiu 132,9 milhões de toneladas. Isso representa um aumento anual de 13,6%, resultado do crescimento de 14,1% na produtividade e a redução de 0,4% na área colhida. Os grandes destaques foram as culturas de trigo, algodão herbáceo, milho e soja, no aspecto positivo, e as culturas de feijão e de arroz, em sentido negativo.¹⁸⁴

“Ressaltem-se os desempenhos das safras das regiões Sul e Centro-Oeste, as mais importantes do país, que cresceram 23,3% e 10,8%, respectivamente, representando, na ordem, 45,1% e 33,1% da produção agrícola nacional”.¹⁸⁵

Para que melhor se visualize a importância das regiões mencionadas na produção agrícola brasileira, observe-se a seguinte imagem:

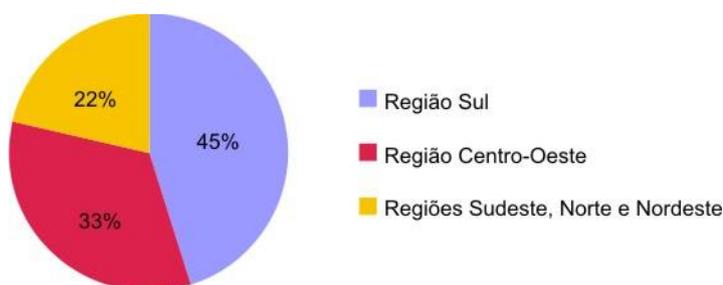


Gráfico 3 - Produção de grãos no ano de 2007 por região
Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil. Relatório Anual 2007. v.43

A cultura de soja foi a mais produtiva dentre as praticadas no Brasil, responsável por 58,2 milhões das toneladas de grãos produzidas no ano (o que representa um aumento anual de 13,6% em comparação com 2006). A safra de milho foi a segunda mais produtiva, com 51,5 milhões de toneladas, fruto de um aumento de 10,5% na produtividade média da cultura e de 9,4% na área cultivada.

¹⁸⁴ BOLETIM do Banco Central do Brasil, v.43, p.29.

¹⁸⁵ BOLETIM do Banco Central do Brasil, *loc. cit.*

Observe-se a participação de cada cultura no total de grãos produzidos pelo Brasil em 2007:

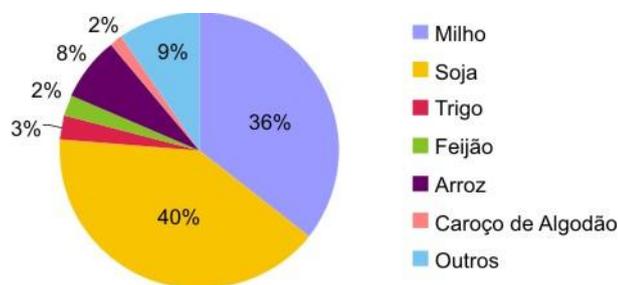


Gráfico 4 - Produção agrícola 2007: principais culturas
Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil. Relatório Anual 2007. v.43

Não se pode deixar de destacar o fato de que mais de 75% dos grãos produzidos no Brasil são de milho e de soja, aspecto que denota a profunda importância destas culturas para a economia do país.

Já no ano de 2008, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA)¹⁸⁶, divulgado pelo IBGE juntamente com a Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, a safra de grãos totalizou 145,8 milhões de toneladas.

O crescimento anual foi de 9,6%, decorrente da elevação de 5,3% na produtividade média e de 4,1% na área colhida, “com ênfase nas participações das produções das regiões Centro-Oeste, 34,8%, e Sul, 42%, cujas produções elevaram-se, na ordem, 15,5% e 1,9% no ano”.¹⁸⁷

Neste ano foram produzidas 59.9 milhões de toneladas de soja, ou seja, 3,4% a mais do que em 2007. De acordo com o Relatório Anual do Bacen para 2008, este crescimento se deve à estabilidade da produtividade e à expansão da área colhida.

A produção de milho, segunda principal cultura praticada no Brasil, também cresceu em 2008: 58,7 milhões de toneladas. Este aumento (13,3% em comparação com 2007) é reflexo do crescimento de 4,1% na área colhida e de 8,9% na produtividade.

¹⁸⁶ O LSPA é uma pesquisa mensalmente realizada pelo IBGE, desde 1972, que “obtem informações mensais sobre previsão e acompanhamento de safras agrícolas, com estimativas de produção, rendimento médio e áreas plantadas e colhidas, tendo como unidade de coleta os municípios”. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/default.shtm>>. Acesso em: 09 jan. 2011.

¹⁸⁷ BOLETIM do Banco Central do Brasil, v.44, p.28.

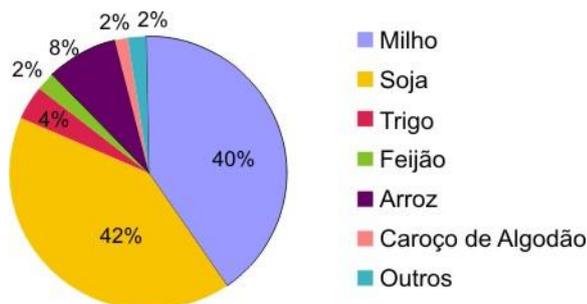


Gráfico 5 - Produção agrícola 2008: principais culturas
 Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil. Relatório Anual 2008. v.44

Em 2009, a safra de grãos reduziu 8,3%, de acordo com o LSPA, caindo para “apenas” 133,8 milhões de toneladas. “O rendimento médio, impactado pela ocorrência de condições meteorológicas adversas à época do plantio e/ou desenvolvimento de importantes culturas, decresceu 8,2% no ano enquanto a área colhida recuou 0,2%”.¹⁸⁸

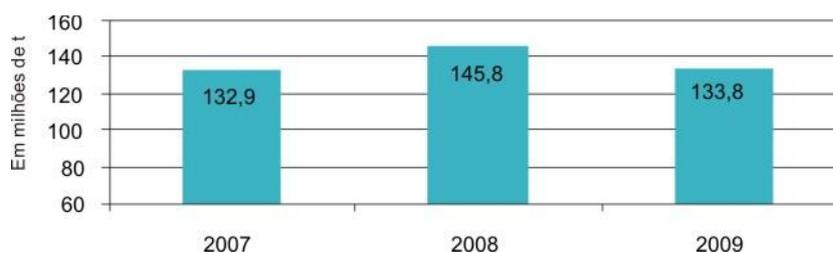


Gráfico 6 - Produção agrícola: safra total de grãos
 Fonte: Boletins do Banco Central do Brasil. Relatórios Anuais 2007, 2008 e 2009

Neste ano foram produzidas 57 milhões de toneladas de soja. Trata-se de uma queda de 4,8% na produção, decorrente de uma retração de 6,8% na produtividade média e do crescimento de 2,2% na área colhida.

A produção de milho também teve um recuo: 13,5% em comparação com o ano de 2008 (devido, em sua maior parte, a uma redução de 9,3% na produção média). Foram colhidas 51 milhões de toneladas.

O destaque foi a colheita de arroz, que, na contramão de todos os demais grãos, teve um crescimento anual de 4,2%, chegando a 12,6 milhões de toneladas. Esta expansão na produção deveu-se, segundo o Relatório Anual do Banco Central, a elevações de 3,2% na produtividade média e de 0,9% na área colhida.

¹⁸⁸ BOLETIM do Banco Central do Brasil, v.45, p.29.

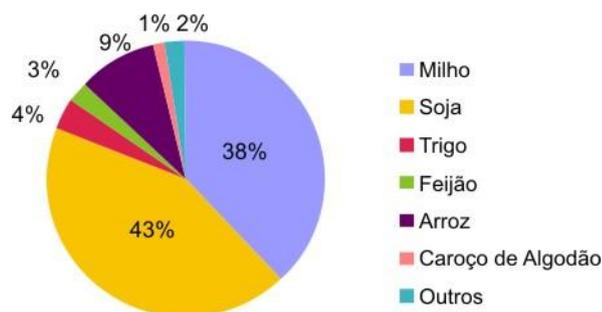


Gráfico 7 - Produção agrícola 2009: principais culturas
 Fonte: Boletins do Banco Central do Brasil. Relatório Anual 2009. v.45

Em que pese a forte queda na produção de grãos no Brasil no ano de 2009, os estudos realizados demonstram que a crise econômica teve mínima responsabilidade pelo ocorrido. O grande vilão para a agricultura, em 2009, foram as condições meteorológicas.

Neste sentido, observe-se o Relatório Anual 2009, do Banco Central:

A safra de grãos atingiu 133,8 milhões de toneladas em 2009, apresentando redução anual de 8,3% [...]. O rendimento médio, impactado pela ocorrência de condições meteorológicas adversas à época do plantio e/ou desenvolvimento de importantes culturas, decresceu 8,2% no ano, enquanto a área colhida recuou 0,2%. [...]

Vale mencionar que embora as cotações do produto (referindo-se ao feijão) se mostrassem atrativas à época da primeira safra, constituindo em estímulo à intensificação da produção, a irregularidade meteorológica se traduziu em recuo anual de 8% na produtividade média da leguminosa. [...]

A expressiva retração de 17,7% observada no rendimento médio da cultura (referindo-se ao trigo) refletiu, fundamentalmente, os efeitos desfavoráveis do alto índice pluviométrico registrado na época do desenvolvimento da lavoura.¹⁸⁹

Desta forma, ao menos em princípio, não se pode estabelecer uma relação consistente entre a crise econômica e a queda da produtividade na agricultura brasileira no ano de 2009. Se foi a crise responsável pelo recuo na produção agrícola deste período, esta responsabilidade é compartilhada com as condições climáticas.

No que se refere à pecuária, segundo a Pesquisa Trimestral de Abate de Animais¹⁹⁰, do IBGE, a produção brasileira cresceu em 2007. Foram produzidas 7 milhões de toneladas bovinas, o que representa um aumento de 1,8% em comparação com

¹⁸⁹ BOLETIM do Banco Central do Brasil, v.45, p.29-30.

¹⁹⁰ A Pesquisa Trimestral de Abate de Animais é realizada pelo IBGE com o fim de investigar e quantificar os abates de animais (espécies bovina, suína e de aves) ocorridos no Brasil.

2006. A produção de aves atingiu 9 milhões de toneladas (aumento de 10,1%) e de suínos chegou a 2,4 milhões de toneladas (crescimento de 6%).¹⁹¹

Em 2008, de acordo com a mesma pesquisa, a produção de carne bovina recuou: 6,6 milhões de toneladas, o que representa uma variação anual de -6,1%. Na contramão, as produções de aves e suínos cresceram. Foram produzidas 10,1 milhões de toneladas de carnes de aves (variação de 13,2%) e 2,6 milhões de toneladas de carne suína (crescimento de 6,2%).

No ano de 2009, ainda segundo a Pesquisa Trimestral de Abate de Animais, as produções bovinas e suínas cresceram, ao passo que a de aves recuou. Foram produzidas 6,6 milhões de toneladas de carne bovina, 9,9 milhões de toneladas de carnes de aves e 2,9 milhões de toneladas de carne suína. Isto representa variações de 0,3%, -2,7% e 10,9%, respectivamente.

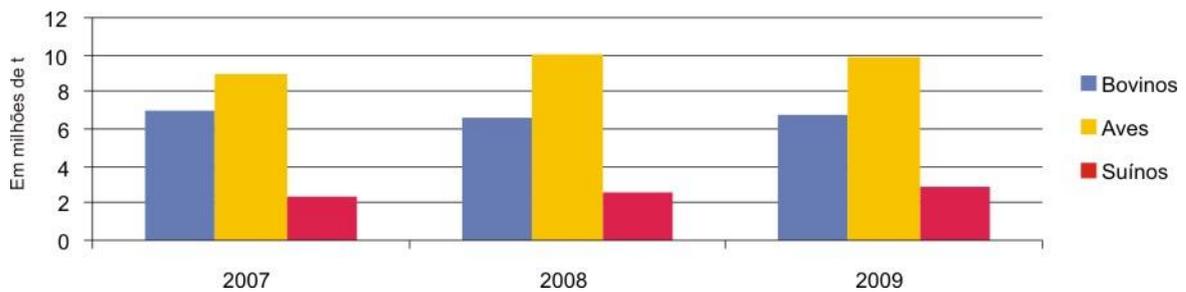


Gráfico 8 - Produção animal

Fonte: Boletins do Banco Central do Brasil. Relatórios Anuais 2007, 2008 e 2009

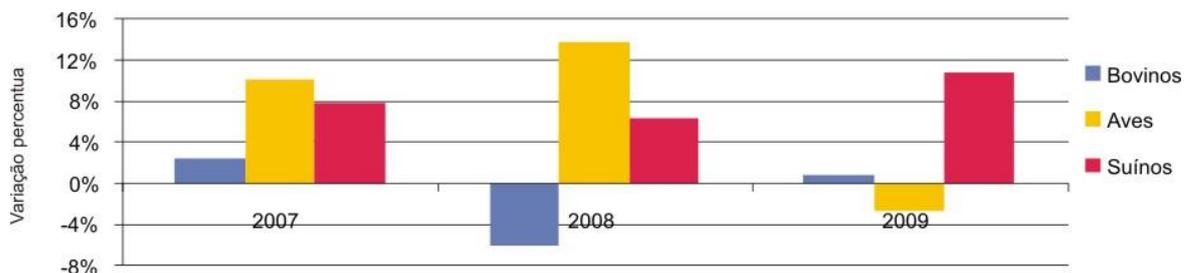


Gráfico 9 - Produção animal - variação percentual

Fonte: Boletins do Banco Central do Brasil. Relatórios Anuais 2007, 2008 e 2009

¹⁹¹ IBGE (Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=42>).

Diferentemente do que se verificou com a agricultura, ao se analisar o comportamento da pecuária brasileira nos anos de 2007, 2008 e 2009 é possível vislumbrar uma correlação entre a queda da produção e a crise econômica.¹⁹²

Neste sentido, observe-se o seguinte parecer do IBGE:

Desde o primeiro trimestre de 2006 o número de cabeças abatidas manteve-se acima dos 7,0 milhões, com exceção do 4º trimestre de 2008 e dos dois primeiros de 2009. O 4º trimestre de 2009 foi o terceiro trimestre consecutivo de crescimento do abate bovino, reflexo da recuperação nas transações com o mercado externo e da demanda interna.

E mais:

Comparando-se 2008 e 2009 quanto ao desempenho mês a mês do abate de bovinos, observam-se dois períodos bem distintos: de janeiro a julho de 2009 o número de cabeças abatidas foi sempre menor do que o de 2008, enquanto que, de agosto a dezembro, passou a ser positivo e crescente. O resultado comparativo de junho (-1,9%) e julho (-0,5%) já demonstravam uma recuperação no número de animais abatidos, sinalizando que os efeitos da crise financeira internacional estavam mais amenos. Dezembro apresentou 2.560 milhões de animais abatidos, patamar equivalente aos meses de melhor desempenho em 2008. [...]

¹⁹² A análise que se segue refere-se aos principais segmentos da pecuária: produção de carne bovina, suína e de aves. Em que pese outros produtos integrem este setor produtivo, tais como a produção de ovos de galinha e a produção de leite, foge ao escopo do presente estudo a análise do comportamento de cada uma destas atividades durante o período de crise, razão pela qual limitar-se-á às criações principais. Entretanto, apenas a título ilustrativo, demonstra-se que existem atividades pecuárias que não foram impactadas pela crise. É o caso dos ovos de galinha. Em 2008 todos os meses registraram produção maior do que no correspondente período em 2007. A região Sudeste liderou a produção, com 51,2% do total, seguida pela região Sul, com 23%. O estado de São Paulo, principal produtor, respondeu sozinho por 31,7% do total. No quarto trimestre do ano foram produzidas 574,8 milhões de dúzias, o que representa um aumento de 3,4% em relação ao mesmo período do ano anterior e uma queda de 0,4% em relação ao terceiro trimestre de 2008. (Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=1340>. Acesso em: 10 jan. 2011).

A produção em 2009 foi 3,4% maior do que a de 2008, com números crescentes em todos os meses do ano. O estado de São Paulo foi responsável por 30,6% do total, e Minas Gerais por 12,7%. No quarto trimestre do ano foram produzidas 600,8 milhões de dúzias (aumento de 4,2% sobre o mesmo período de 2008 e quase estabilidade quanto ao terceiro trimestre de 2009). (Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1578&id_pagina=1>. Acesso em: 10 jan. 2011.).

Quanto ao ano de 2010, até o fechamento do presente trabalho apenas os dados relativos terceiro trimestre estavam concluídos pelo IBGE. Até setembro, todos os meses do ano registraram produção crescente. “No acumulado do ano de 2010 (janeiro a setembro) a produção atingiu o patamar de 1,839 bilhão de dúzias, 4,5% superior ao mesmo período de 2009”. Mais da metade da produção concentrou-se na região Sudeste, e os estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná foram os maiores produtores nacionais. (Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1789&id_pagina=1>. Acesso em: 10 jan. 2011.).

Em relação aos frangos (-2,4% em relação a 2008), o abate mensal em 2009 esteve por nove meses inferior àquele obtido no ano anterior. A principal região em abate de frangos é a Sul, com 60,2% da produção nacional, seguida pelo Sudeste (22,6%). O Paraná contribui com 26,0% do total de frangos abatidos.¹⁹³

De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)¹⁹⁴, o percentual referente ao custo com mão de obra no montante total da produção de suínos para abate subiu em 2009 (em comparação com 2008).¹⁹⁵

Referentes ao ano de 2008 foram divulgadas as planilhas de onze estados brasileiros. No Ceará, 5,059% do custo de produção de suínos para abate foi comprometido com a mão de obra. No Espírito Santo, Goiás, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul a proporção foi semelhante: 5,320%, 5,757%, 5,819% e 5,859%, respectivamente.

Nos estados do Mato Grosso, Minas Gerais e Pernambuco, o custo com mão de obra comprometeu 6,401%, 6,506% e 6,874%, respectivamente, do custo total de produção suína.

Os mais altos custos com pessoal foram registrados nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo: 8,103%, 9,657% e 9,681%, na ordem.

A divulgação dos dados relativos ao ano de 2009 foi severamente mais restrita: apenas quatro unidades da federação. Em todas elas, contudo, houve considerável aumento no custo com mão de obra.

Em Santa Catarina, 7,785% do custo de produção suína referiu-se à mão de obra. No Rio Grande do Sul e no Paraná esta proporção subiu para 10,466% e 10,808%, respectivamente. O mais alto custo com mão de obra foi novamente registrado no estado de São Paulo: 11,345%.

Paralelamente ao aumento do custo da mão de obra na pecuária, foi possível verificar indícios consistentes de que o número de empregos na agropecuária¹⁹⁶ recuou em virtude da crise.

¹⁹³ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1578&id_pagina=1>. Acesso em: 10 jan. 2011.

¹⁹⁴ A Conab e a Embrapa fazem parte do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

¹⁹⁵ Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1274&t=2>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

¹⁹⁶ Análise conjunta da agricultura e pecuária.

A crise econômica obrigou os produtores rurais a reduzirem seus quadros de empregados. Neste sentido, referindo-se ao 2.º trimestre de 2009, o IBGE:

Como vinha ocorrendo durante o primeiro trimestre, grandes frigoríficos ainda estão tendo que equilibrar seus custos à nova realidade, ajustando suas escalas de produção, que trabalham num cenário ainda de baixa, impossibilitando a recuperação das recentes demissões ocorridas no setor.¹⁹⁷

Uma análise comparativa entre os anos de 2007, 2008 e 2009 demonstra que a queda do nível de emprego na agropecuária no último trimestre do ano é sazonal, ou seja, ocorre todos os anos. Conforme se pode observar no gráfico abaixo, existe um comportamento padrão entre as linhas representativas de cada um destes anos.

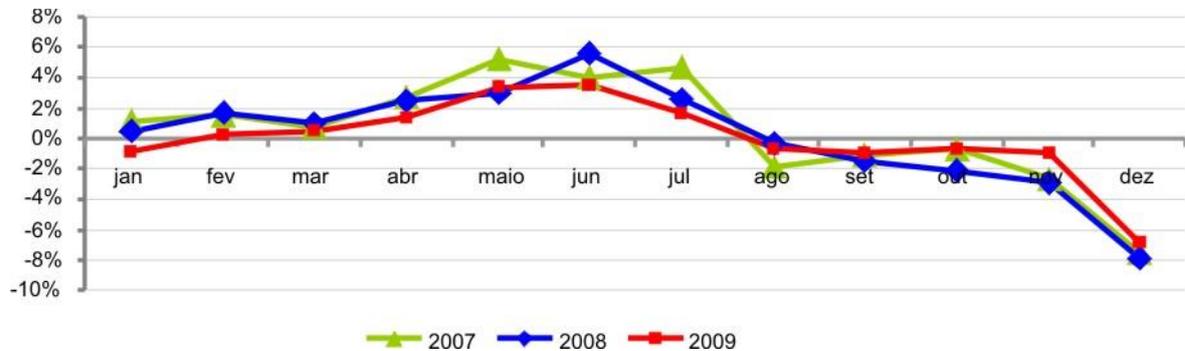


Gráfico 10 - Variação do emprego no setor agropecuário
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Evolução do Emprego do CAGED – EEC

Em que pese seja habitual a diminuição dos postos de trabalho nos meses de outubro, novembro e dezembro, no ano de 2008 este fenômeno foi relativamente mais intenso.

Se no último trimestre de 2007 foram fechados 176.161 postos de trabalho, neste mesmo período de 2008 o saldo de empregos (número de admissões menos o número de dispensas) foi de -223.431 empregos. Já em 2009, as vagas de trabalho foram reduzidas à razão de 145.413. Observe-se:

¹⁹⁷ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=1465>. Acesso em: 10 jan. 2011.

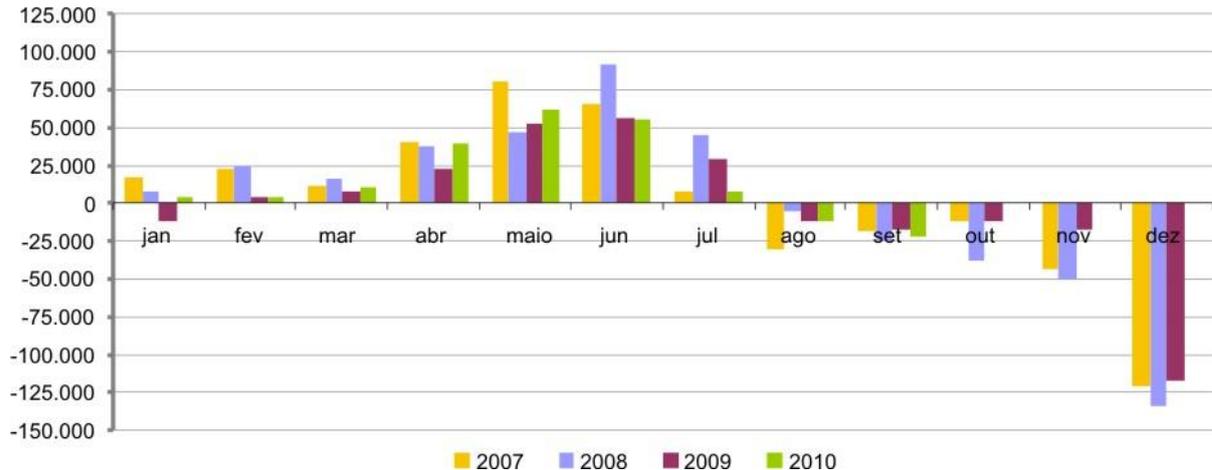


Gráfico 11 - Evolução do emprego no setor agropecuário

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Evolução do Emprego do CAGED – EEC

Nota: Até o fechamento do presente estudo os dados relativos ao quarto trimestre de 2010 ainda não haviam sido disponibilizados.

Apesar da similitude das tendências visualizadas no gráfico, não se pode ignorar a considerável majoração no volume de empregos encerrados no final do ano de 2008. Foram 47.270 a mais do que em 2007, e 78.018 a mais do que em 2009.

Infelizmente não existe qualquer estudo oficial setorizado sobre o mercado de trabalho agropecuário, discriminando o comportamento na agricultura e o desempenho da pecuária separadamente. Esta deficiência dificulta – ou até mesmo inviabiliza – que se estabeleçam conclusões precisas sobre os efeitos da crise econômica neste segmento.

O que se pode perceber com relativa segurança é que a pecuária brasileira certamente foi impactada pela crise: houve um aumento nos custos de mão de obra, aliado à drástica queda do número de empregos na agropecuária como um todo, e, principalmente, sem qualquer outra forte razão externa para tanto.

Já sobre a agricultura pode-se concluir que houve uma queda na produtividade e uma redução no número de postos de trabalho. Considerando, contudo, que as condições meteorológicas do período foram bastante críticas, não é possível saber qual das variáveis levou à outra: diminuiu a produtividade e por isso reduziram-se os postos de trabalho; ou cortaram-se os custos com mão de obra, diminuindo os postos de trabalho, e isso levou à queda da produtividade.

Na primeira hipótese seriam possíveis duas teorias. A primeira argumentaria que as condições climáticas prejudiciais teriam comprometido a produção agrícola,

razão pela qual se tornou desnecessária a mão de obra. Neste caso, a crise econômica em nada teria influenciado o mercado deste segmento. A segunda teoria sustentaria que a crise econômica teria prejudicado o mercado de consumo, por essa razão a produção agrícola teria sido intencionalmente reduzida para evitarem-se perdas, sendo, novamente nesta abstração, desnecessária a mão de obra. Nesta possibilidade, a crise econômica teria, de forma indireta, contribuindo para a redução dos postos de trabalho na agricultura.

Por outro lado, na segunda hipótese, tem-se que a redução dos custos com mão de obra teria sido a responsável pela queda da produtividade agrícola. Neste caso, a razão preponderante para a oscilação negativa no número de empregos do setor teria sido a crise econômica: em cenário de crise os produtores teriam reduzido custos para evitar prejuízos. Dispensados os trabalhadores, reduziram-se os custos e, também, a produção.

4.1.2 Indústria

Segundo o Relatório Anual 2007 do Banco Central do Brasil, de acordo com o índice de produção física da indústria geral, desenvolvido pela Pesquisa Industrial Mensal (PIM)¹⁹⁸, do IBGE, a produção física da indústria aumentou 6% em 2007 (crescimento de 6% na indústria de transformação e de 5,9% na extrativa).¹⁹⁹

Já em 2008, segundo dados desta mesma pesquisa, a produção industrial teve sua taxa de crescimento reduzida para apenas 3,1%.²⁰⁰ Esta queda pela metade no ritmo de crescimento é um nítido efeito da crise econômica.

¹⁹⁸ A “Pesquisa Industrial Mensal Produção Física – Brasil” é um estudo mensalmente realizado pelo IBGE desde a década de 1970. Produz indicadores referentes ao comportamento do produto real das indústrias de transformação e extrativa.

¹⁹⁹ BOLETIM do Banco Central do Brasil, v.43, p.23.

²⁰⁰ *Id.*, v.44, p.22.

Neste sentido, leia-se o seguinte trecho do Relatório Anual 2008 do Banco Central do Brasil

A evolução anual da indústria pode ser claramente posicionada nos períodos pré-crise e pós-crise. Nesse sentido, a taxa de crescimento do índice da produção industrial, após registrar crescimento acumulado de 6,4% até o terceiro trimestre de 2008, em relação a igual período do ano anterior, assinalou redução de 6,2% no último trimestre do ano, ante igual período de 2007. Esse movimento é ratificado pelas variações trimestrais do indicador, que atingiram, em sequência, 0,4%, 0,8%, 2,5% e -9,4% ante os trimestres imediatamente anteriores.²⁰¹

Nesta mesma esteira, especificamente no que tange à indústria automobilística, observe-se fragmento do Anuário da Distribuição de Veículos Automotores no Brasil – 2008, da Fenabreve:

O ano de 2008 pode ser dividido em: antes e depois da crise iniciada no Brasil em outubro. Até a crise, havia uma percepção de desaceleração muito gradual e o ano poderia ter fechado com crescimento entre 20% e 25%. Números ainda respeitáveis, dada a evolução econômica até aquele momento nos países desenvolvidos. A partir de outubro, tudo mudou, e a crise afetou o setor automobilístico de forma intensa, com queda de 15% nas vendas do quarto trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior. Por conta disso, o resultado do ano fechou aquém do que se imaginava 14,1%, metade do que havia alcançado em 2007.²⁰²

Em 2009, diferentemente de outros setores que esboçaram sinais de reação²⁰³, o segmento industrial apresentou recessão ainda mais intensa. Se no ano de 2008 a produção física das indústrias teve seu crescimento reduzido pela metade (em comparação com 2007), no ano de 2009 houve um efetivo recuo no índice da produção. Trata-se do primeiro resultado negativo desde 1999, com uma redução anual de 7,4%.

²⁰¹ BOLETIM do Banco Central do Brasil, v.44, p.22.

²⁰² Disponível em: <http://www.fenabreve.org.br/principal/pub/Image/20091110191148Anual_2008.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2010.

²⁰³ Como se verá mais adiante, de acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), do IBGE, o volume de vendas no comércio apresentou aumento anual de 6,9% em 2009.

Neste sentido, observe-se o gráfico referente à produção industrial no Brasil nos anos de 2007, 2008 e 2009:

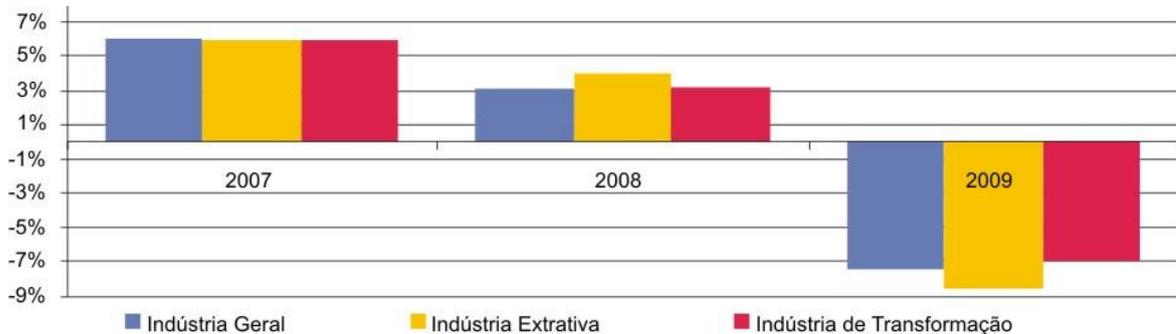


Gráfico 12 - Produção industrial brasileira

Fonte: Boletins do Banco Central do Brasil. Relatórios 2007, 2008 e 2009

A análise segmentada do resultado anual de 2007 demonstra que o crescimento foi generalizado. A produção de bens de capital²⁰⁴ cresceu 19,5% no ano, o que representa o segundo melhor resultado desde 1991²⁰⁵. A produção de bens de consumo²⁰⁶ e de bens intermediários²⁰⁷ também cresceu em 2007: 9,1% e 4,9%, respectivamente.

Beiram a ironia as razões apresentadas pelo Relatório Anual do Banco Central – 2007 para justificar o crescimento do setor industrial.

Nesse cenário, a produção de bens de capital cresceu [...], evolução impulsionada pelo ambiente favorável proporcionado pelo nível de confiança dos empresários em relação à continuidade do quadro macroeconômico estável e pelas trajetórias das taxas de juros e dos mercados de crédito e de trabalho.²⁰⁸

²⁰⁴ Os bens e serviços de capital são aqueles “destinados a suprir as necessidades de acumulação do aparelho de produção”. “Destinam-se a este fim os equipamentos infra-estruturais, econômicos sociais; as construções e edificações; as máquinas, os equipamentos, os instrumentos e as ferramentas”. (ROSSETTI, 2002, p.146.)

²⁰⁵ O melhor resultado foi registrado em 2004: 19,7%.

²⁰⁶ “Os bens e serviços de consumo, duráveis ou de uso imediato, destinam-se à satisfação das necessidades do contingente demográfico. Eles satisfazem a necessidades não apenas biofisiológicas, mas também a diversificados e crescentes complexos de requisições, que mobilizam praticamente todo o aparelho produtor da economia.” (ROSSETTI, *loc. cit.*).

²⁰⁷ “Os bens e serviços intermediários são constituídos por insumos destinados a reprocessamento. Esses bens reingressam no aparelho de produção da economia, para que sejam transformados em bens capazes de atender a necessidades finais. As sementes, as fibras naturais ou sintéticas, ou minérios e uma multiplicidade de outros bens da mesma natureza são identificados como intermediários.” (ROSSETTI, *loc. cit.*).

²⁰⁸ BOLETIM do Banco Central do Brasil, v.43. p.24.

O crescimento da produção industrial pôde ser verificado em vinte e uma das vinte e sete atividades abrangidas pela pesquisa do IBGE (PIM), com destaque para aquelas mais proximamente associadas ao segmento de bens de capital.²⁰⁹

Sob o aspecto geográfico, este segmento econômico teve resultados favoráveis nas treze unidades da federação abrangidas pela pesquisa. Os destaques são os estados de Minas Gerais (expansão anual de 8,6%); Espírito Santo (7,5%); Rio Grande do Sul (7,4%); Paraná (6,7%) e São Paulo (6,2%). Os mais baixos desempenhos foram observados nos estados do Ceará (0,3%); Bahia (2%); Rio de Janeiro (2,1%) e Goiás (2,3%).^{210,211}

Em comparação com 2007, o ritmo de crescimento da produção física da indústria em 2008 foi bem menos acelerado. A taxa de crescimento anual foi de 3,1%, a produção de bens de capital foi elevada em 14,4%, a produção de bens de consumo cresceu 1,9% e a de bens intermediários aumentou 1,6%.

Dentre as vinte e sete atividades abrangidas pela pesquisa do IBGE, apenas dezesseis tiveram taxas positivas de crescimento ao ano, a exemplo do segmento outros equipamentos de transporte (42,2%), equipamentos médico-hospitalares (15,7%) e setor farmacêutico (12,6%). Em contraposição, nove atividades apresentaram recessão, tais como as atividades madeireiras (-10,2%), máquinas e equipamentos de informática e escritório (-9%) e fumo (-7%).

As indústrias de alimentos e veículos automotores – as duas principais atividades da indústria geral – foram fortemente impactadas pela crise nos três primeiros trimestres do ano, mas apresentaram significativa reação no último trimestre. A indústria de alimentos, que teve uma desaceleração de 1,2% até o mês de setembro, fechou o ano com taxa de crescimento positiva: 0,5%. A indústria automobilística, por sua vez,

²⁰⁹ Tais como máquinas e equipamentos (17,7%), veículos automotores (15%), máquinas e equipamentos de informática e escritório (14,4%) e máquinas/aparelhos/materiais elétricos (14%).

²¹⁰ BOLETIM do Banco Central do Brasil, v.43, p. 25.

²¹¹ Outras informações interessantes sobre a indústria brasileira no ano de 2007: (i) o número de ocupações na indústria também aumentou 2,2% neste ano, representando o maior crescimento desde 2001; (ii) as maiores expansões foram apresentadas nos estados de São Paulo e Paraná: 3,5% e 3,1%, respectivamente; (iii) a folha de pagamento real da indústria aumentou 5,4% neste ano (destacando-se o crescimento de 8,4% registrado no Rio Grande do Sul); (iv) de forma segmentada, as indústrias extrativas apresentaram o mais representativo aumento nas folhas de pagamento reais (16,5%), seguidas pelas indústrias de refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool (12,7%) e produtos químicos (12%).

registrou queda de 17,5% em sua produção nos três primeiros trimestres, mas encerrou o ano com expansão de 8,2%.

Quanto aos índices por unidades da federação, dos treze estados pesquisados apenas Santa Catarina teve resultado negativo. Este desempenho desfavorável deve-se, em grande parte, à forte recessão enfrentada pelos mercados de madeira e de máquinas e equipamentos. Os estados com melhores resultados foram Goiás (8,1%) e Paraná (8,6%).

No ano de 2009 a produção física recuou 7,4% no ano, segundo a Pesquisa Industrial Mensal do IBGE.²¹² Entretanto, este cenário não é tão dramático quanto sugere. Observe-se o seguinte trecho do Relatório Anual do Bacen – 2009:

É importante enfatizar que a indústria brasileira, embora registrasse retração anual, apresentou recuperação consistente ao longo do ano, após o movimento de retração intensa observado ao final de 2008. Nesse sentido, o índice de produção física da indústria geral acumulou aumento de 19,5%, de dezembro de 2008 a outubro de 2009, trajetória interrompida apenas no último bimestre do ano, quando o indicador recuou 1,2%.²¹³

Isso denota que o fato de ter a indústria encerrado o ano de 2009 com um recuo de sua produção física não significa que o ano em análise tenha sido de todo ruim para o segmento. A questão é que, no auge da crise (final de 2008 e início de 2009), a recessão para o setor foi tão intensa que, apesar do crescimento apresentado ao longo de 2009, o balanço do ano foi negativo.

Este decréscimo na produção real foi significativamente mais intenso para os bens de capital (-17,4%), seguidos pelos bens intermediários (-8,8%), do que para os bens de consumo (-2,7%).

Das vinte e sete atividades pesquisadas pelo IBGE, vinte e três apresentaram retração, em especial aquelas relativas a material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicação (-25,5%) e máquinas/aparelhos/materiais elétricos (-19,9%). Apresentaram

²¹² Curiosidade: Trata-se do primeiro resultado negativo desde 1999.

²¹³ BOLETIM do Banco Central do Brasil, v.45, p.23.

crescimento os segmentos: farmacêutico (7,9%), bebidas (7,1%), perfumaria, e produtos de limpeza (4,7%) e outros equipamentos de transporte (2,3%).²¹⁴

Quando se analisa o comportamento da indústria no Brasil, imperiosa se faz a análise do índice de Confiança na Indústria (ICI), indicativo elaborado pelo Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que sintetiza a expectativa dos industriais.

No ano de 2007 o índice chegou à marca dos 123,4 pontos no mês de outubro.²¹⁵ Em 2008, a mais alta pontuação foi alcançada no mês de agosto, com 119,2 pontos. Com o estouro da crise econômica este índice caiu drasticamente no final daquele ano: 104,4, 83,9 e 74,7 pontos nos meses de outubro, novembro e dezembro, respectivamente.

No primeiro semestre de 2009 a confiança na indústria brasileira permaneceu abalada, com média de 81,58 pontos. No segundo semestre, especialmente no último trimestre do ano, o ICI começou a refletir o otimismo do mercado em relação a este segmento econômico. O ano fechou com 113,4 pontos, em dezembro.

Observe-se o trajeto seguido por este índice nos anos de 2008 a 2010:

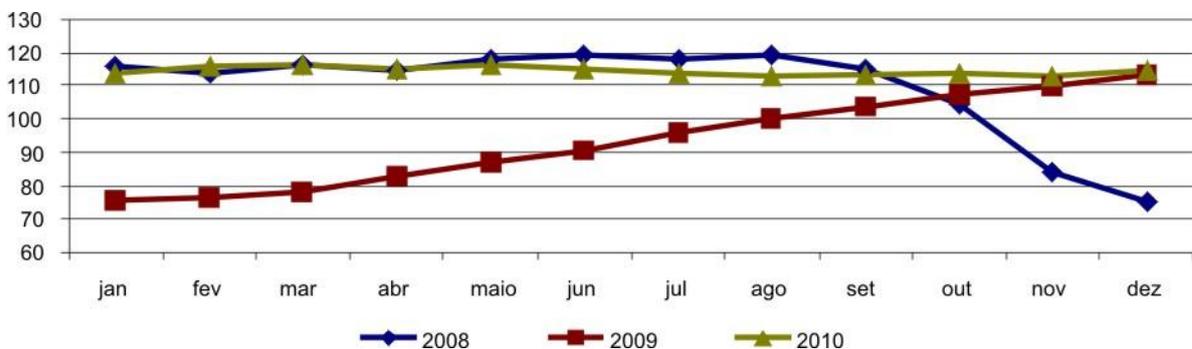


Gráfico 13 - Sondagem da indústria de transformação: índice de confiança da indústria (considerado o ajuste sazonal)

Fonte: Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), da Fundação Getúlio Vargas (FGV)

O nível de ocupação na indústria também foi fortemente influenciado pela crise econômica. Em que pese a tendência sazonal de redução dos postos de trabalho no

²¹⁴ Outra informação interessante sobre a indústria brasileira no ano de 2009: o número de ocupações na indústria também neste ano, com retração anual de 5,2%. Importante observar, contudo, que esta redução do número de ocupações concentrou-se principalmente no primeiro semestre do ano. Isso porque a recuperação do volume da produção, retomada a partir do segundo trimestre do ano, produziu reflexos na retomada do número de empregos a partir do segundo semestre.

²¹⁵ Disponível em: <http://www.fgv.br/noticias_internet/ARQ/11977.PDF>. Acesso em: 14 dez. 2010.

setor industrial no último trimestre de cada ano, o cenário observado em 2008 foi muito mais assustador.

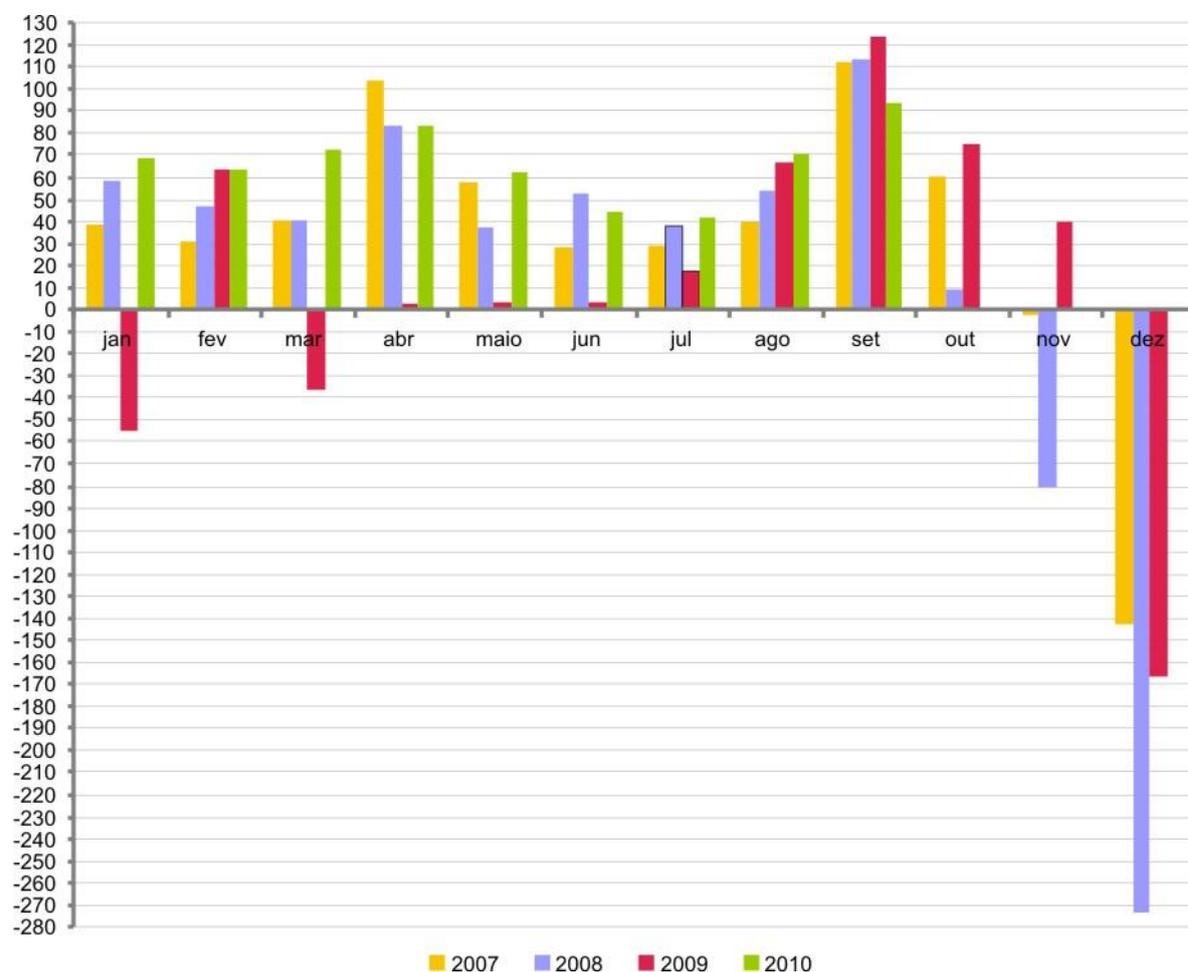


Gráfico 14 - Evolução do emprego no setor industrial (x 1.000)

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Evolução do Emprego do CAGED – EEC

Nota: Até o fechamento do presente estudo os dados relativos ao quarto trimestre de 2010 ainda não haviam sido disponibilizados.

Se no último trimestre de 2007 registrou-se uma baixa de 85.432 postos de trabalho (aumento de 60.034 em outubro e recuo de 2.496 e 142.976 em novembro e dezembro, respectivamente), no mesmo período do ano de 2008 foram eliminados 345.299 empregos (criação de 8.730 em outubro; redução de 80.789 e 273.240 em novembro e dezembro, na ordem). No ano de 2009, por sua vez, o último trimestre encerrou com 51.894 postos de trabalho a menos (apesar da criação de 74.552 e 39.594 empregos, em outubro e novembro, o mês de dezembro registrou um recuo de 166.040).

Para melhor visualizar estas variações, observe-se o seguinte gráfico:

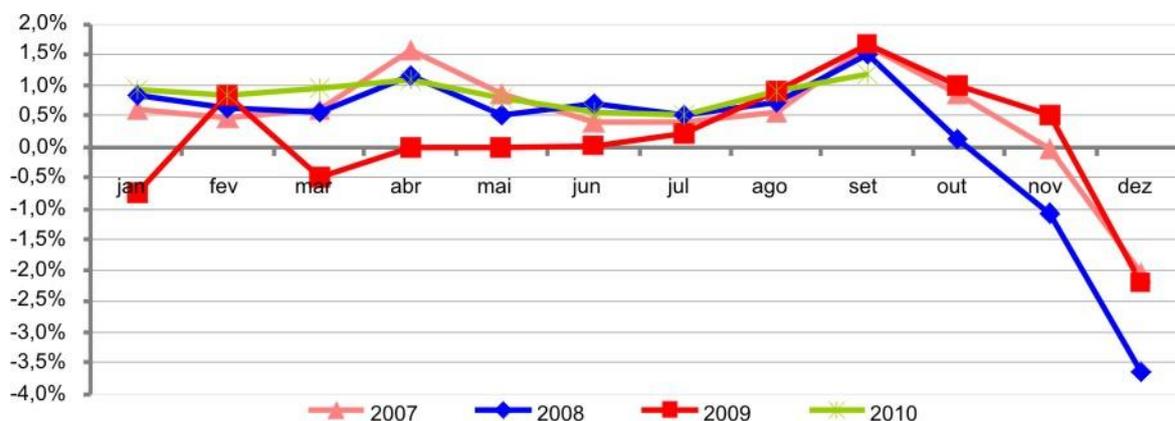


Gráfico 15 - Variação do emprego no setor industrial

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Evolução do Emprego do CAGED – EEC

Nota: Até o fechamento do presente estudo os dados relativos ao quarto trimestre de 2010 ainda não haviam sido disponibilizados.

Indiscutivelmente, o segmento industrial foi extremamente impactado pela crise econômica. Esta conclusão pode ser alcançada por meio de uma análise conjugada da oscilação da produção física (o crescimento registrado em 2007, de 6%, caiu para apenas 3,1% em 2008, e reverteu-se num recuo de 7,4% em 2009), da variação do índice de Confiança na Indústria (os mais baixos índices dentre os analisados estão localizados nos meses de novembro e dezembro de 2008, e ao longo do primeiro semestre de 2009) e do comportamento do mercado de trabalho (nos três últimos meses de 2008 345.299 postos de trabalho foram fechados, 259.867 a mais do que em 2007 e 293.405 a mais do que 2009).

4.1.3 Comércio

No ano de 2007, de acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC)²¹⁶ do IBGE, o Índice de Volume de Vendas no Varejo cresceu 9,9% (com ajuste sazonal).

²¹⁶ “A Pesquisa Mensal de Comércio produz indicadores que permitem acompanhar o comportamento conjuntural do comércio varejista no país, investigando a receita bruta de revenda nas empresas formalmente constituídas, com 20 ou mais pessoas ocupadas, e cuja atividade principal é o comércio varejista”. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/comercio/pmc/default.shtm>>. Acesso em: 17 jan. 2011.

^{217,218} Registrou-se aumento das vendas nos oito elementos que compõem o índice geral. Neste sentido, leia-se trecho do Relatório Anual 2007 do Bacen:

Os principais indicadores de vendas do comércio varejista registraram taxas de crescimento robustas em 2007, reflexo de desempenhos significativos tanto nos setores cujas vendas dependem mais fortemente do nível da renda disponível dos consumidores como naqueles em que as condições de crédito constituem-se no elemento determinante para a sua evolução.²¹⁹

Os destaques foram os equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (crescimento anual de 29,5%); outros artigos de uso pessoal e doméstico (aumento anual de 22,7%); móveis e eletrodomésticos (elevação de 15,4% em comparação com 2006); e tecidos, vestuário e calçados (crescimento de 10,6%).

Este aumento ocorreu de forma generalizada em todas as regiões do Brasil: a mais elevada taxa de crescimento foi registrada na Região Sudeste (10,6%) e a mais baixa ocorreu na Região Sul (8%). Observe-se:

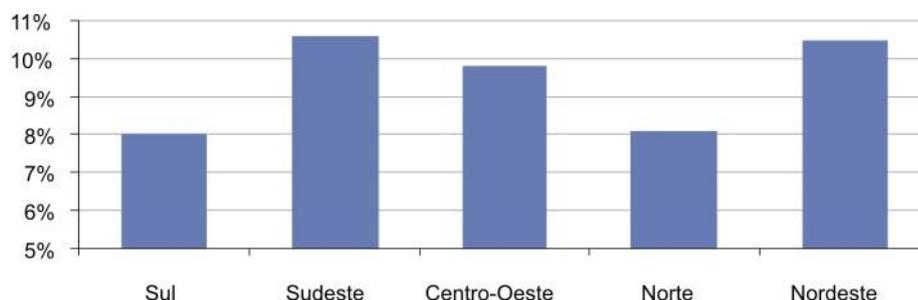


Gráfico 16 - Aumento das vendas: comércio varejista - 2007

Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil. Relatório Anual 2007. v.43, p.27

Com relação ao chamado comércio varejista ampliado, conceito que inclui os segmentos de 'automóveis, motocicletas, partes e peças' e de 'materiais de construção', as vendas em 2007 cresceram 13,5%, refletindo crescimentos respectivos de 22,6% e 10,8% nestes dois setores. Regionalmente, as taxas de crescimento do comércio ampliado superaram às do conceito restrito, chegando a 18,8% na região Norte.

²¹⁷ IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=37>.

²¹⁸ Trata-se, segundo o Relatório Anual do Banco Central para 2007, da maior taxa anual registrada desde que a pesquisa passou a ter abrangência nacional, em 2000.

²¹⁹ BOLETIM do Banco Central do Brasil, v.43, p.27.

Em 2008, segundo a Pesquisa Mensal do Comércio, o índice de Volume de Vendas do comércio ampliado subiu 9,9%. Observe-se o disposto no Relatório Anual 2008 do Banco Central do Brasil: "Vale mencionar que de janeiro a setembro, antes do agravamento do quadro econômico mundial, a taxa de crescimento acumulada do comércio ampliado atingia 13,8%, em relação a igual período do ano anterior".²²⁰

As vendas cresceram em todos os segmentos que integram o indicador, com destaque para as de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (aumento de 33,5%); outros artigos de uso pessoal e doméstico (elevação de 15,6%); móveis e eletrodomésticos (15,1%); e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (13,3%).

Os segmentos de automóveis, motocicletas, partes e peças, e de materiais de construção, após expandirem-se 20,7% e 11,5%, respectivamente, nos nove primeiros meses do ano, encerraram 2008 com crescimento de 11,9% e 7,8%, na ordem. Tal disparidade reflete os resultados negativos obtidos no último trimestre de 2008.

Geograficamente, o aumento das vendas no comércio ampliado aconteceu de modo generalizado em todas as regiões do Brasil. A mais alta taxa de crescimento foi registrada no Centro-Oeste (11,3%) e, a mais baixa, no Norte (7,6%).

Curioso é o comportamento das vendas no Comércio Ampliado na região Norte, que chegou a ter um crescimento de 18,8% em 2007, o maior dentre as regiões do país, e encerrou 2008 com o pior resultado: apenas 7,6%.

Já no ano de 2009, conforme a Pesquisa Mensal do Comércio, do IBGE, o índice de Volume de Vendas no Comércio Ampliado apresentou um crescimento anual de 6,9%. Sobre este saldo, o Relatório Anual 2009 do Bacen: "Esse resultado, embora inferior aos observados em 2008 e 2007, evidencia a trajetória consistente do consumo privado, registrando-se resultados favoráveis nas vendas dependentes da evolução da massa salarial e das condições do mercado de crédito".²²¹

Oito dos dez segmentos pesquisados tiveram números positivos em 2009. Os melhores resultados foram registrados nas vendas de artigos farmacêuticos, médicos,

²²⁰ BOLETIM do Banco Central do Brasil, v.44, p.26.

²²¹ *Id.*, v.45, p.26.

ortopédicos, perfumaria e cosméticos, com crescimento de 11,8% no ano. Na sequência, aparecem o segmento de automóveis, motocicletas, partes e peças, com aumento de 11%; equipamentos e materiais para escritório e comunicação, com 10,6%; e livros, jornais, revistas e papelaria, com 9,6%. Na contramão, as vendas dos segmentos de material de construção e tecidos, vestuário e calçado tiveram decréscimo, na ordem, de 5,9% e 2,8%.

Tabela 3 - Volume de vendas do comércio varejista e do comércio varejista ampliado, segundo grupos de atividade

ATIVIDADES	VOLUME DE VENDAS (%)		
	2007	2008	2009
Comércio Varejista	9,6	9,1	5,9
1. Combustíveis e Lubrificantes	5,1	9,3	0,8
2. Hiper, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo	6,4	5,5	8,3
2.1 Super e Hipermercados	6,8	5,3	8,1
3. Tecidos, Vestuário e Calçados	10,7	4,9	-2,8
4. Móveis e Eletrodomésticos	15,4	15,1	2,1
5. Artigos Farmacêuticos, Médicos, Ortopédicos e de Perfumaria	8,9	13,3	11,8
6. Equipamentos e Materiais para Escritório, Informática e Comunicação	29,4	33,5	10,6
7. Livros, Jornais, Revistas e Papelaria	7,1	11,1	9,6
8. Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico	22,2	15,6	3,4
Comércio Varejista Ampliado	13,5	9,9	6,9
9. Veículos, Motocicletas, Partes e Peças	22,6	11,9	11,1
10. Material de Construção	10,8	7,8	-5,9

Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio

Nota: Dados disponíveis em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=1090> (2007); <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=1322> (2008); e <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=1558> (2009). Acessos em: 11 jan. 2011.

Sob o aspecto geográfico, o mais alto crescimento das vendas no comércio ampliado foi registrado na região Nordeste: 8,5%. Na sequência vêm as regiões Sudeste (7,6%); Centro-Oeste (6%); Sul (5,8%); e Norte (3,6%).

Observe-se o gráfico comparativo entre a variação nas vendas do comércio ampliado, por região brasileira, nos anos de 2008 e 2009:

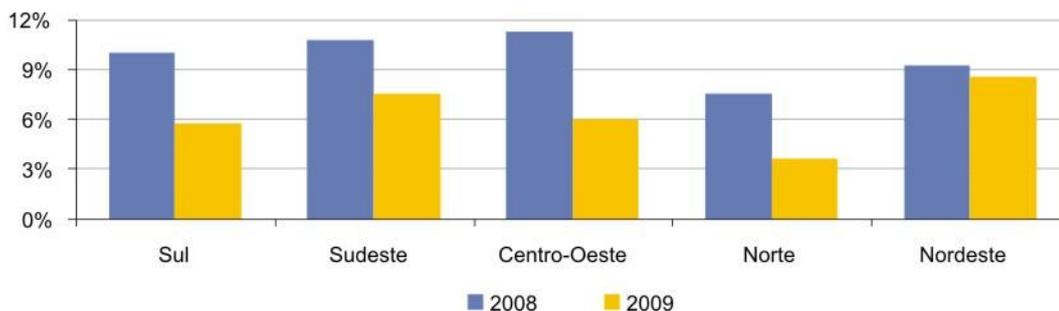


Gráfico 17 - Variação das vendas: comércio varejista

Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil. Relatórios Anuais 2007, 2008 e 2009

No que tange ao mercado de trabalho, cerne do presente estudo, pode-se observar um intenso recuo do número de postos de trabalho existentes no setor de comércio durante o período da crise econômica.

Uma análise sistemática do comportamento sazonal do comércio demonstra que habitualmente o mês de novembro é o mais próspero sob o ponto de vista do mercado de trabalho. Na posição oposta encontra-se o mês de janeiro, com constante saldo negativo entre o número de admissões e o número de dispensas. Durante o ápice da crise econômica, contudo, ocorreu uma forte oscilação nesta tendência natural.

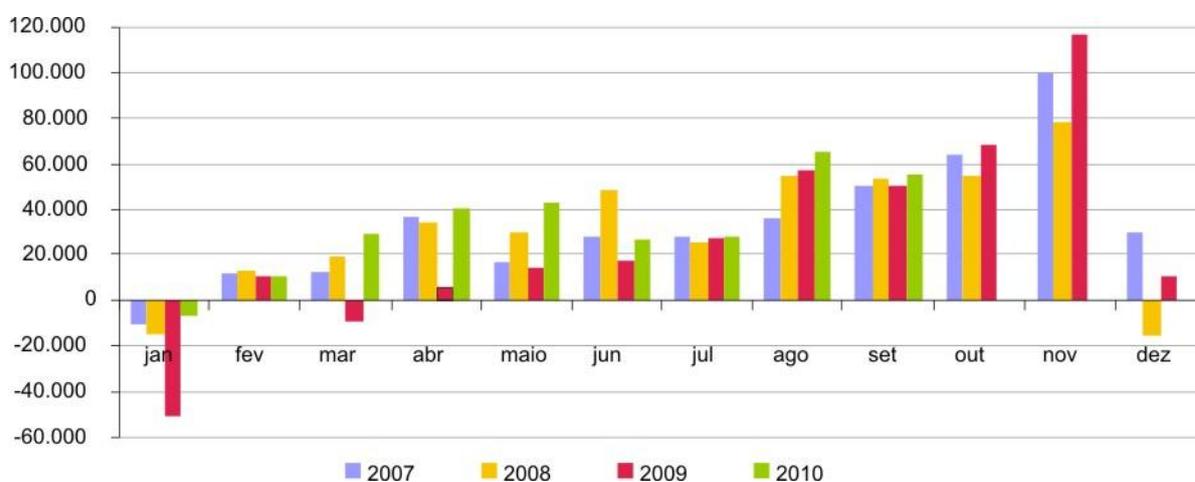


Gráfico 18 - Evolução do emprego no comércio

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Evolução do Emprego do CAGED – EEC

Nota: Até o fechamento do presente estudo os dados relativos ao quarto trimestre de 2010 ainda não haviam sido disponibilizados.

No mês de outubro de 2008 o saldo de empregos foi de 54.590, contra 63.773, em 2007, e 68.516, em 2009. Em novembro deste mesmo ano o cenário foi o mesmo: saldo de 77.885 novos postos de trabalho, contra 99.677 e 116.571 em 2007 e 2009, respectivamente.

Em dezembro de 2008 os números começam a se distanciar ainda mais da média dos demais anos: -15.092, contra 30.129, em 2007, e 10.598, em 2009. No mês de janeiro de 2009 a recessão no mercado de trabalho do segmento do comércio continuou. Houve um saldo negativo de 50.781 empregos, contra os também negativos saldos de 2007 (-9.899), 2008 (-14.144) e 2010 (-6.787).

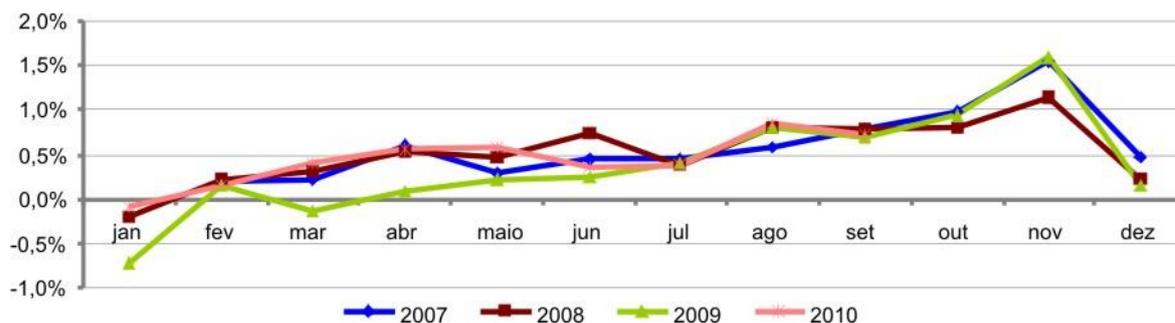


Gráfico 19 - Variação do emprego no comércio

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Evolução do Emprego do CAGED – EEC

Nota: Até o fechamento do presente estudo os dados relativos ao quarto trimestre de 2010 ainda não haviam sido disponibilizados.

Deste modo, pode-se concluir que a crise econômica interferiu diretamente no mercado de trabalho deste setor econômico. Em que pese o volume de vendas do comércio não tenham sido tão fortemente impactadas quanto, por exemplo, a produção física da indústria, ainda assim houve um considerável recuo nos números – especialmente no comércio varejista ampliado, que inclui os segmentos de carros motocicletas, partes e peças, e de materiais de construção.

4.2 ANÁLISE REGIONAL

Considerando a grandiosa extensão territorial brasileira, paralelamente à fragmentação do estudo em segmentos econômicos é preciso parcelar o exame de dados em esferas regionais, a fim de que se possa melhor delinear onde e de que forma a crise mais interferiu na nossa sociedade laboral.

Para tanto, passa-se a examinar dados coletados e divulgados pelo Dieese em parceria com a Seade (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados). Foram escolhidas aqui cinco cidades (e respectivas regiões metropolitanas) para representar o território brasileiro: São Paulo, Belo Horizonte, Distrito Federal, Recife e Porto Alegre.²²²

²²² A pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), desenvolvida pelo DIEESE e pelo SEADE, abrange sete cidades: São Paulo, Belo Horizonte, Distrito federal, Salvador, Recife, Fortaleza e Porto Alegre. O presente estudo excluiu de sua análise, portanto, Salvador e Fortaleza. Isso foi necessário porque os dados divulgados pela PED não foram suficientes para viabilizar a análise que aqui se faz no âmbito destes municípios. No caso de Salvador, a Pesquisa apresenta apenas dados mensais insuficientes para que se possa alcançar qualquer conclusão referente à influência da crise econômica no mercado de trabalho. existem parâmetros pretéritos para a comparação de dados e observância da reação do mercado frente à crise.

4.2.1 São Paulo e Região Metropolitana

O mercado de trabalho da região metropolitana de São Paulo (RMSP) apresentou crescimento durante o ano de 2007. De acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pelo Dieese e pelo Seade, a taxa média de crescimento do nível de ocupação subiu de 1,7% em 2006 para 2,3% em 2007.

Nesta região foram criados 198 mil novos postos de trabalho. Considerando que 114 mil pessoas que passaram a integrar a força de trabalho regional, observa-se que 84 mil pessoas saíram da situação de desemprego. Deste modo, temos os seguintes números para o ano de 2007: 1.508.000 desempregados²²³, 8.681.000 ocupados²²⁴ e 10.189.000 pessoas na População Economicamente Ativa (PEA).²²⁵

Pelo quarto ano consecutivo a região registrou uma queda da taxa média de desemprego²²⁶, que foi de 15,8%, em 2006, para 14,8%, em 2007, atingindo o menor patamar desde 1996. A taxa de desemprego aberto caiu 0,3%, passando de 10,4%,

²²³ Para os fins da pesquisa em análise, são consideradas desempregadas as pessoas que se encontram em situação involuntária de não-trabalho, seja em virtude da escassez dos postos de trabalho, seja em razão de exercerem suas atividades de forma irregular e mediante o desejo de mudança. O desemprego subdivide-se em três modalidades: aberto, oculto pelo trabalho precário ou oculto pelo desalento.

O desemprego aberto se dá quando o trabalhador procurou emprego durante os trinta dias que antecederam a entrevista e não exerceu nenhum serviço remunerado nos sete dias imediatamente anteriores. O desemprego oculto pelo trabalho precário abrange as pessoas que, nos trinta dias que antecederam a entrevista, realizaram trabalhos precários (assim considerados os serviços ocasionais remunerados e as atividades não remuneradas exercidas em caráter auxiliar em empresas de parentes). Por fim, o desemprego oculto pelo desalento envolve indivíduos que se encontram sem atividade profissional e que, embora não a tenham procurado nos trinta dias que antecederam a pesquisa (em virtude de desestímulo do mercado de trabalho ou por circunstância fortuita), apresentaram efetiva procura nos últimos doze meses.

²²⁴ O conceito “ocupação” corresponde: 1) aos trabalhadores que exerceram regularmente trabalho remunerado nos sete dias que antecederam à entrevista, independentemente de nutrirem ou não o desejo de mudança de atividade; 2) aos indivíduos que exerceram trabalho remunerado de forma irregular nos sete dias anteriores, desde que não tenham, neste período, procurado trabalho diferente daquele exercido; 3) às pessoas que possuem trabalho de ajuda em negócios de parentes, remunerado em espécie/benefícios ou não remunerado, desde que não estejam à procura de novo trabalho.

²²⁵ A expressão “População Economicamente Ativa (PEA)” é adotada para designar a parcela da população em idade ativa, assim consideradas as pessoas com idade igual ou superior a dez anos de idade, independentemente de encontrarem-se ocupadas ou desempregadas.

²²⁶ “A taxa de desemprego contabiliza aqueles indivíduos que estão aptos, saudáveis e buscando trabalho, mas que não encontram ocupação à taxa de salários vigente no sistema econômico”. (CHAHAD, José Paulo Zeetano. Mercado de trabalho: conceitos, definições e funcionamento. In: PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (Orgs.). **Manual de economia**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2006. p.389).

em 2006, para 10,1% em 2007. O desemprego oculto, por sua vez, baixou de 5,4% para 4,7%, no período analisado.

No que se refere ao nível de ocupação, de acordo com os principais setores de atividade econômica, registrou-se uma elevação no setor de Serviços, com 124 mil novos postos, e no setor de comércio, com 74 mil novos postos. Já no agregado Outros Setores e na Indústria este crescimento não foi tão visível: 5 mil novos postos foram criados no primeiro, e 5 mil postos existentes foram fechados na segunda.

Em que pese a retração no setor público (3,7%), as contratações no setor privado (4,5%) garantiram o crescimento do contingente de assalariados (3,6%) neste período.

No que se refere ao valor dos salários²²⁷, o rendimento médio real dos ocupados caiu 0,3%, tendo como remuneração média o valor de R\$ 1.295,00. No caso dos assalariados, o rendimento médio real caiu 0,7%, passando a R\$ 1.364,00.²²⁸

Já no ano de 2008, em que pese o estouro da crise financeira mundial, o ritmo de crescimento da ocupação da região metropolitana de São Paulo foi bastante expressivo: quase dobrou em relação a 2007. A taxa média anual de crescimento chegou a 4,6%.

Também neste ano registrou-se a saída de 102.000 pessoas da situação de desemprego: foram gerados 401.000 novos postos de trabalho, e 299.000 pessoas passaram a integrar a força de trabalho regional. Com isso, as estimativas para 2008 ficaram em 10.467.000 pessoas na a População Economicamente Ativa (PEA): 1.403.000 desempregados e 9.064.000 ocupados. A taxa média de desemprego total caiu para 13,4%.

O grande crescimento do nível de ocupação refletiu em todos os setores de atividade econômica abrangidos pela pesquisa: 207 mil novas ocupações no setor de Serviços, o que representa uma elevação de 4,4%; 85 mil novos postos no setor da Indústria (ou uma elevação de 5,2%); 65 mil novas ocupações no setor de Comércio (ou 4,6%); e 44 mil no agregado Outros Setores (ou 4,6%).

²²⁷ Para os fins da pesquisa em comento, “assalariado” é uma espécie do gênero “ocupado”. Este termo representa o conjunto dos trabalhadores empregados com registro em CTPS, dos trabalhadores com emprego informal, ou seja, sem anotação em CTPS, e, ainda, dos trabalhadores do setor público (estatutários ou celetistas, da Administração pública da União, dos estados e dos municípios, bem como dos Poderes Judiciário e Legislativo).

²²⁸ Disponível em: <<http://turandot.dieese.org.br/icv/TabelaPed?tabela=13>> e <<http://turandot.dieese.org.br/icv/TabelaPed?tabela=14>>. Acessos em: 30 nov. 2010.

Também em 2008 houve um aumento no contingente de assalariados, que cresceu 7,6%. Tal fato resultou, em grande parte, das contratações no setor privado, que cresceram 8,6%, posto que o emprego público permaneceu estável com um crescimento de apenas 0,7%.

Um dado bastante expressivo no ano de 2008 foi o número de trabalhadores com registro em CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social), que cresceu pelo sexto ano consecutivo, alcançando 9,3% neste último período.

No que tange à remuneração, os ocupados tiveram seu rendimento médio majorado em apenas 0,2%, ao passo que o assalariados tiveram uma variação negativa de 0,6%. Em termos quantitativos, a remuneração média dos ocupados ficou na casa dos R\$ 1.296,00, e dos assalariados ficou em R\$ 1.357,00.²²⁹

Foi no ano de 2009 que os efeitos da crise econômica passaram a ser sentidos em São Paulo e região metropolitana. Neste período o nível de ocupação permaneceu praticamente sem variações, na casa dos 0,1% negativos.

O mercado de trabalho teve uma retração na ordem dos 7.000 postos de trabalho que, somados às 40.000 pessoas que passaram a integrar a força de trabalho na região (variação da PEA), resultaram no acréscimo de 47.000 pessoas à situação de desemprego.²³⁰

Deste modo, o ano de 2009 foi concluído com uma população Economicamente Ativa de 10.507.000 pessoas e um contingente de 1.450.000 desempregados e 9.057.000 ocupados.

Em consequência, a taxa média de desemprego total ficou em 13,8%, interrompendo uma trajetória de declínio que vinha se traçando nos cinco anos anteriores. O desemprego aberto subiu de 9,2%, em 2008, para 9,9% em 2009. Já o desemprego oculto, por sua vez, caiu de 4,2%, em 2008, para 3,9%, em 2009.

²²⁹ Disponível em: <<http://turandot.dieese.org.br/icv/TabelaPed?tabela=13>> e <<http://turandot.dieese.org.br/icv/TabelaPed?tabela=14>>. Acessos em: 30 nov. 2010.

²³⁰ De acordo com o Panorama Laboral 2009, elaborado pela Oficina Regional da OIT para América Latina e Caribe, *“al aumento del desempleo regional contribuyó decisivamente la escasa generación de empleos, un resultado bastante generalizado en los países y consistente con la reducción del crecimiento económico”* (OIT, 2009a, p.30).

Em que pese o nível de ocupação tenha permanecido relativamente estável (-0,1%), os diversos setores de atividade econômica analisados na pesquisa refletiram diferentes comportamentos: a Indústria teve uma redução de 101.000 ocupações (ou -5,9%) e o Comércio perdeu 46.000 ocupações (ou -3,1%). O setor de Serviços, por outro lado, teve um crescimento de 87.000 ocupações (1,8%), assim como o agregado Outros Setores, no qual foram criadas 53.000 ocupações (ou 5,3%).

Tabela 4 - Estimativas do número de ocupados segundo setores de atividade econômica. Região Metropolitana de São Paulo - 2007-2009

SETOR DE ATIVIDADE	ESTIMATIVAS (em mil pessoas)		
	2007	2008	2009
Indústria	1.637	1.722	1.621
Comércio	1.403	1.468	1.422
Serviços	4.669	4.876	4.963
Outros ⁽¹⁾	954	998	1.051
TOTAL	8.663	9.064	9.057

Fonte: PED/RMSP

(1) Inclui: Construção Civil, Serviços domésticos, Agricultura, Pecuária e outras atividades.

Apesar da baixa no número de empregos em alguns dos Setores pesquisados, os rendimentos médios reais mantiveram-se relativamente estáveis: -0,1% para os ocupados e -0,4% para os assalariados. Em cifras, a remuneração média dos ocupados ficou na casa dos R\$ 1.296,00 e a dos assalariados fechou em R\$ 1.351,00.²³¹

Em síntese, é possível resumir o comportamento do mercado de trabalho em São Paulo e Região Metropolitana entre os anos de 2007 e 2009 com os seguintes números:²³²

Tabela 5 - Quadro sinóptico - São Paulo e Região Metropolitana

	2007	2008	2009
Taxa média de crescimento do nível de ocupação (%)	2,3	4,6	-0,1
Novos postos de trabalho	198 mil	401 mil	- 7 mil
Novas pessoas integrando a força de trabalho	114 mil	299 mil	40 mil
Pessoas retiradas da situação de desemprego	84 mil	102 mil	- 47 mil
PEA	10.189 mil	10.467 mil	10.507 mil
Ocupados	8.681 mil	9.064 mil	9.057 mil
Desempregados	1.508 mil	1.403 mil	1.450 mil
Taxa média de desemprego (%)	14,8	13,4	13,8

Fonte: PED/RMSP

²³¹ Disponível em: <<http://turandot.dieese.org.br/icv/TabelaPed?tabela=13>> e <<http://turandot.dieese.org.br/icv/TabelaPed?tabela=14>>. Acesso em: 30 nov. 2010.

²³² Até o fechamento do presente estudo as estatísticas referentes ao ano de 2010 ainda não se encontravam disponibilizadas pelo Dieese.

Outro fator que também deve ser considerado na análise comportamental do mercado de trabalho durante a crise são as variações nas jornadas de trabalho. De acordo com uma pesquisa divulgada pelo Dieese, não houve significativa redução da carga horária semanal de trabalho em São Paulo e Região Metropolitana.²³³

No que se refere aos ocupados, segundo tal pesquisa, em 2005 registrou-se uma duração média de quarenta e três horas semanais, sendo que para os homens a carga horária de trabalho mostrou-se mais intensa do que para as mulheres: 46 e 39 horas, respectivamente.

No ano de 2006 a duração média de trabalho caiu para quarenta e duas horas semanais, também com diferenciação entre homens e mulheres: 45 e 39 horas, respectivamente. Idêntico resultado foi registrado no ano de 2007.

Interessante é o resultado obtido para o ano de 2008, auge do cenário de crise, quando a carga horária semanal dos trabalhadores mostrou ligeiro aumento: quarenta e três horas de trabalho (45 para os homens e 39 para as mulheres). Tal situação pode ser um indicativo de que as empresas tenham reduzido seus custos por meio de corte de pessoal, de modo que os trabalhadores que permaneceram em atividade acabaram por cumular as funções daqueles que foram dispensados.

Em 2009, ocasião em que, de acordo com os dados relativos ao desemprego no Brasil, os efeitos da crise foram mais veementemente sentidos, a duração semanal do trabalho voltou para a casa das quarenta e duas horas semanais (45 para os homens e 39 para as mulheres).

A realidade dos assalariados não foi muito diferente: a pesquisa demonstrou que entre 2006 e 2008 a carga horária de trabalho semanal permaneceu em quarenta e três horas. Apenas em 2009 registrou-se uma singela redução do tempo de trabalho desta parcela dos trabalhadores: quarenta e duas horas semanais.

Tais dados demonstram que o mercado de trabalho de São Paulo e região metropolitana não respondeu a situação de crise com significativa redução ou aumento das jornadas dos trabalhadores. Aqueles que mantiveram seus empregos ou trabalhos, ainda que informais, permaneceram laborando numa mesma carga de trabalho.

²³³ Disponível em: <<http://turandot.dieese.org.br/icv/TabelaPed?tabela=15>>. Acesso em: 30 nov. 2010.

Outro sintoma de que a crise econômica teria afetado o mercado de trabalho no Brasil poderia ser encontrado na variação do rendimento médio real dos assalariados. Mais uma vez, contudo, os dados oficiais do Dieese demonstram uma certa estabilidade neste quesito.²³⁴

Em São Paulo e região metropolitana o salário (assalariados) médio em 2006 era de R\$ 1.374,00 (um mil, trezentos e setenta e quatro reais). Caiu para R\$ 1.364,00 (um mil, trezentos e sessenta e quatro reais) em 2007 e R\$ 1.357,00 (um mil, trezentos e cinquenta e sete reais) em 2008. No ano de 2009, ocasião em que se observou uma grande redução dos postos de trabalho da região, em consequência da crise econômica, o valor do salário também caiu, mas de forma quase inexpressiva: R\$ 1.351,00 (um mil, trezentos e cinquenta e um reais).

Já os ocupados apresentaram rendimento médio praticamente constante durante todo o período: R\$ 1.298,00 (um mil, duzentos e noventa e oito reais), em 2006; R\$ 1.295,00 (um mil, duzentos e noventa e cinco reais), em 2007; e R\$ 1.296,00 (um mil, duzentos e noventa e seis reais), tanto em 2008 como em 2009.

4.2.2 Belo Horizonte e Região Metropolitana

O mercado de trabalho de Belo Horizonte e Região Metropolitana (RMBH) também manteve a trajetória favorável durante o ano de 2007. De acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)²³⁵ – fruto de uma parceria entre a Fundação João Pinheiro, o Dieese, a Fundação Seade e a Sedese (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, do estado de Minas Gerais) –, a taxa média de crescimento do nível de ocupação subiu 5,5% em comparação com 2006.

²³⁴ Disponível em: <<http://turandot.dieese.org.br/icv/TabelaPed?tabela=13>> e <<http://turandot.dieese.org.br/icv/TabelaPed?tabela=14>>. Acesso em: 30 nov. 2010.

²³⁵ FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Resultados do Ano de 2007. **Boletim Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH)**, v.13, n.13, fev. 2008.

Foram criadas, nesta região, 117 mil novas ocupações. Considerando que 88 mil pessoas passaram a integrar a força de trabalho regional, observa-se que 29 mil pessoas saíram da situação de desemprego. Deste modo, a região em análise encerrou 2007 com os seguintes contingentes: 2.564.000 pessoas na População Economicamente Ativa (PEA), das quais 313.000 desempregadas e 2.251.000 ocupadas. Pelo quarto ano consecutivo, a região registrou uma queda da taxa média de desemprego, que foi de 13,8%, em 2006, para 12,2%, em 2007.

Esta elevação no nível de ocupação deveu-se, em grande parte, ao resultado positivo no setor de Serviços, com 49 mil novos postos de trabalho. Na sequência, aparecem a Indústria, com 31 mil novas ocupações; o Comércio, com 22 mil novos postos; e a Construção Civil, com 14 mil novas ocupações.

Na comparação com 2006, 2007 apresentou um aumento de 80.000 postos de trabalho entre assalariados do setor privado com carteira assinada (8,7%) e uma redução de 7.000 vagas entre os assalariados do setor privado sem carteira assinada (-3,7%). No setor público, 4.000 ocupações foram criadas (crescimento de 1,4%).

Quanto ao valor dos salários, o rendimento médio real dos trabalhadores elevou-se 3,6% (3,6%, no caso dos ocupados, e 2,5%, para os assalariados). Este aumento refletiu a majoração dos rendimentos médios reais em todos os setores de atividade analisados (serviços domésticos: 8,3%; comércio: 6,8%; construção civil: 4,2%; indústria: 3,3%; serviços: 2,7%).

Já no ano de 2008²³⁶, a taxa média anual de crescimento da ocupação na região metropolitana de Belo Horizonte foi pouquíssimo inferior à de 2007: 5%. Com isso, foram criados 113.000 novos postos de trabalho. Considerando que 57.000 pessoas passaram a integrar a força de trabalho regional, o contingente de desempregados diminuiu em 56.000 pessoas.

Deste modo, as estimativas para 2008 ficaram em 2.621.000 pessoas na População Economicamente Ativa (PEA): 257.000 desempregados e 2.364.000 ocupados.

²³⁶ PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (PED/RMBH). **Boletim Anual 2008**, v.14, n.13, jan. 2009.

A taxa média de desemprego total caiu para 9,8%. O desemprego aberto caiu de 8,8% para 7,5%, a taxa de desemprego oculto pelo trabalho precário decresceu de 1,8% para 1,1%, e o desemprego oculto pelo desalento foi reduzido de 1,6% para 1,2%.

“A taxa média de desemprego total diminuiu 19,7%, a maior retração observada de um ano para o outro. Ao passar de 12,2% em 2007, para 9,8% em 2008, alcançou o menor percentual desde o início da pesquisa (1996)”.²³⁷

A elevação do nível de ocupação refletiu em praticamente todos os setores de atividade econômica pesquisados: 15 mil novas ocupações na Construção Civil, o que representa uma elevação de 9,8%; 22 mil novos postos no Comércio (elevação de 6,5%); 63 mil novas ocupações no setor de Serviços (5,2%); e 15 mil na Indústria (4,3%). O agregado Outros Setores, na contramão, apresentou pequena baixa: 2 mil ocupações a menos, ou uma variação negativa de 1%.

Também em 2008 houve um crescimento do contingente de assalariados, que aumentou 7,9%. Tal resultado é consequência das contratações no setor público, que subiram 9,3%, e no privado, que se elevaram 7,6%.

No que tange à remuneração, os ocupados tiveram seu rendimento médio majorado em 7,4% e os assalariados em 6,1%. Em termos quantitativos, a remuneração média dos ocupados ficou estimada em R\$ 1.191,00, e a dos assalariados ficou em R\$ 1.220,00.²³⁸

Assim como nas demais regiões, foi no ano de 2009 que os efeitos da crise econômica passaram a ser sentidos em Belo Horizonte e região metropolitana. Neste período o nível de ocupação permaneceu relativamente estável, com decréscimo de 0,2%.

O mercado de trabalho teve uma retração na ordem dos 5 mil postos de trabalho que, somados às 9 mil pessoas que passaram a integrar a força de trabalho na região, resultaram no acréscimo de 14 mil pessoas ao contingente de desempregados.

Desta feita, o ano de 2009 foi concluído com uma população Economicamente Ativa de 2.503 mil pessoas, das quais 258 mil desempregadas e 2.245 mil ocupadas.

Em consequência, a taxa média de desemprego total ficou em 10,3%, interrompendo uma trajetória de declínio que vinha se traçando nos cinco anos anteriores.

²³⁷ PED/RMBH, 2009, p.2.

²³⁸ Disponível em: <<http://turandot.dieese.org.br/icv/TabelaPed?tabela=13>> e <<http://turandot.dieese.org.br/icv/TabelaPed?tabela=14>>. Acessos em: 30 nov. 2010.

O desemprego aberto subiu de 7,5%, em 2008, para 8% em 2009. Já o desemprego oculto pelo trabalho precário, por sua vez, permaneceu estável em 1,1%, assim como o desemprego oculto pelo desalento, em 1,2%.

O nível de ocupação teve desempenho negativo em 2009: -0,2%. Este resultado decorreu de comportamentos diferenciados dentre os principais setores analisados: a Indústria teve uma retração de 10,5% (-36 mil postos de trabalho); o Comércio caiu 5,5% (19 mil ocupações a menos); e o agregado Outros Setores recuou 5% (- 9 mil vagas). Em sentido contrário, os setores Serviços e Construção Civil apresentaram crescimento: 4% (49 mil ocupações) e 6,3% (10 mil ocupações), respectivamente.

Tabela 6 - Estimativas do número de ocupados segundo setores de atividade econômica. Região Metropolitana de Belo Horizonte. 2007-2009

SETOR DE ATIVIDADE	ESTIMATIVAS (em mil pessoas)		
	2007	2008	2009
Indústria	347	362	308
Comércio	340	362	325
Serviços	1.220	1.283	1.271
Construção Civil	153	168	170
Outros ⁽¹⁾	191	189	171
TOTAL	2.251	2.364	2.245

Fonte: PED/RMBH

(1) Inclui: Serviços domésticos, Agricultura, Pecuária, Extração Vegetal e outras atividades.

A pequena variação positiva do número total de assalariados na região em 2009 (0,3%) decorreu, principalmente, do aumento nas contratações do setor público (5,5%) e da redução no setor privado (-0,9%).

Apesar da baixa no número de empregos em alguns dos Setores pesquisados, os rendimentos médios reais apresentaram crescimento: 5,81% para os ocupados e 4,5% para os assalariados. Em cifras, a remuneração média dos ocupados ficou na casa dos R\$ 1.260,00 e a dos assalariados fechou em R\$ 1.274,00.²³⁹

Em síntese, é possível resumir o comportamento do mercado de trabalho em Belo Horizonte e Região Metropolitana entre os anos de 2007 e 2010 com os seguintes números:

²³⁹ Disponível em: <<http://turandot.dieese.org.br/icv/TabelaPed?tabela=13>> e <<http://turandot.dieese.org.br/icv/TabelaPed?tabela=14>>. Acessos em: 30 nov. 2010.

Tabela 7 - Quadro sinóptico: Belo Horizonte e Região Metropolitana

	2007	2008	2009
Taxa média de crescimento do nível de ocupação (%)	5,5	5,0	-0,2
Novos postos de trabalho	117 mil	113 mil	-5 mil
Novas pessoas integrando a força de trabalho	88 mil	57 mil	9 mil
Pessoas retiradas da situação de desemprego	29 mil	56 mil	-14 mil
PEA	2.564 mil	2.621 mil	2.503 mil
Ocupados	2.251 mil	2.354 mil	2.245 mil
Desempregados	313 mil	257 mil	258 mil
Taxa média de desemprego (%)	12,2	9,8	10,3

Fonte: PED/RMBH

Dentre as regiões metropolitanas analisadas, segundo o Dieese, Belo Horizonte foi a que apresentou a mais reduzida duração média de trabalho. Tanto para os ocupados como para os assalariados, essa média, constante desde 2005, é de quarenta horas semanais.²⁴⁰

No que se refere à proporção dos trabalhadores que realizam jornada superior a quarenta e quatro horas, analise-se o seguinte gráfico:

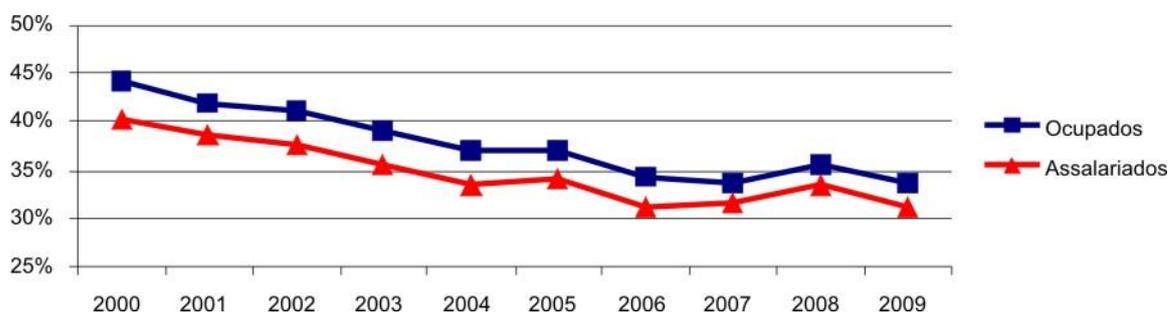


Gráfico 20 - Proporção de pessoas que trabalham mais de 44 horas semanais
Fonte: Dieese

Observe-se que os números vêm gradativamente caindo desde o ano 2000, com exceções nos anos de 2005 e 2008. No ano de 2005 a proporção de ocupados que trabalham mais de 44 horas semanais permaneceu constante, ao passo que os assalariados nesta condição aumentaram 1,5%, na comparação com 2004. Já no ano de 2008, a proporção de ocupados e assalariados nesta situação cresceu 5,6% e 5,3%, respectivamente, na comparação com 2007.

No que se refere às remunerações médias na região, mesmo em cenário de crise o salário médio permaneceu em sua trajetória ascendente. Quanto aos

ocupados, o rendimento médio em 2006 era de R\$ 1.065,00 (um mil e sessenta e cinco reais), passou para R\$ 1.108,00 (um mil, cento e oito reais) em 2007 e R\$ 1.191,00 (um mil, cento e noventa e um reais) em 2008. No ano de 2009, ocasião em que se observou uma grande redução dos postos de trabalho da região, em consequência da crise econômica, o valor do salário não foi influenciado: subiu para R\$ 1.260,00 (um mil, duzentos e sessenta reais).

Para os assalariados, em 2006 o rendimento médio era de R\$ 1.119,00 (um mil, cento e dezenove reais). Em 2007 passou para R\$ 1.150,00 (um mil, cento e cinquenta reais) e em 2008 para R\$ 1.220,00 (um mil, duzentos e vinte reais). No ano de 2009, por fim, o salário médio foi de R\$ 1.274,00 (um mil, duzentos e setenta e quatro reais).

Diferentemente de São Paulo, portanto, na região metropolitana de Belo Horizonte a crise econômica de 2008 não representou uma redução dos valores médios pagos aos trabalhadores.

4.2.3 Distrito Federal

Para que se possa visualizar o comportamento do mercado de trabalho no Distrito Federal, observem-se os resultados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), elaborada pelo Dieese em parceria com o Seade e o Sedest (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda, do Distrito Federal).

Nesta região, em 2007, foram criados 44 mil novos postos de trabalho. Considerando que 37 mil pessoas passaram a integrar a força de trabalho regional, 7 mil trabalhadores saíram da situação de desemprego. Deste modo, o ano de 2007 encerrou com os seguintes números: 234 mil desempregados, 1.011 mil ocupados e 1.245 mil pessoas na População Economicamente Ativa (PEA).

A taxa média de desemprego, que em 2006 ficou em 18,8%, caiu, em 2007, para 17,7, a menor taxa de desemprego anual desde 1997. A taxa de desemprego aberto

²⁴⁰ Disponível em: <<http://turandot.dieese.org.br/icv/TabelaPed?tabela=15>> e <<http://turandot.dieese.org.br/icv/TabelaPed?tabela=17>>. Acessos em: 13 jan. 2011.

subiu 0,3%, passando de 11,2%, em 2006, para 11,5% em 2007. O desemprego oculto, por sua vez, baixou 1,5% (de 7,6% para 6,1%) no período analisado.

A taxa de crescimento médio do nível de ocupação no ano em exame foi de 4,4% (0,7% a mais do que em 2006, que teve crescimento de 3,7%). Quanto ao nível de ocupação, de acordo com os principais setores de atividade econômica, registrou-se uma elevação nos setores de Comércio, Serviços e Indústria de Transformação, com crescimento de 7,7% (12 mil novos postos de trabalho), 5,7% (28 mil novas ocupações) e 3,1% (1 mil novos postos de trabalho), respectivamente. Já na Administração Pública houve uma retração de 2 mil ocupações, o que representa uma variação negativa de 1,1%.

No que se refere ao valor dos salários, o rendimento médio real dos ocupados subiu 5,7%, tendo como remuneração média o valor de R\$ 1.683,00 (um mil, seiscentos e oitenta e três reais). No caso dos assalariados, o rendimento médio real cresceu 6,2%, passando a R\$ 1.962,00 (um mil, novecentos e sessenta e dois reais).²⁴¹

No ano de 2008, as 64 mil novas ocupações criadas foram suficientes para receber as 59 mil pessoas que passaram a integrar a força de trabalho regional. Com isso, 4 mil pessoas saíram da situação de desemprego. Deste modo, em 2008 registrou-se 1.341 mil pessoas na População Economicamente Ativa (PEA), das quais 222 mil estavam em situação de desemprego e 1.119 mil encontravam-se ocupadas.

A taxa média de desemprego caiu para 16,6% em 2008. A taxa de desemprego aberto caiu 0,7%, fixando-se em 10,8%. O desemprego oculto, por sua vez, baixou para 5,7% (queda de 0,5%) no período analisado.

Quanto ao nível de ocupação, a taxa média anual de crescimento foi de 6,1%. De acordo com os principais setores de atividade econômica, registrou-se uma elevação em todos os setores da economia analisados. Vejamos os principais: a Indústria cresceu 15% (6 mil novas ocupações) e o Comércio aumentou 9,8% (16 mil novos postos de trabalho). O setor de Serviços, a construção civil e a Administração Pública tiveram 33 mil (6,4%), 3 mil (6,3%) e 7 mil (4%) novas ocupações, respectivamente.

²⁴¹ Disponível em: <<http://turandot.dieese.org.br/icv/TabelaPed?tabela=13>> e <<http://turandot.dieese.org.br/icv/TabelaPed?tabela=14>>. Acessos em: 30 nov. 2010.

No que se refere ao valor dos salários, o rendimento médio real dos ocupados e dos assalariados subiu 7,2% e 5,7%, respectivamente. Em termos monetários, a remuneração média dos ocupados ficou na casa dos R\$ 1.805,00 (um mil, oitocentos e cinco reais), ao passo que os salários alcançaram a média de R\$ 2.075,00 (dois mil e setenta e cinco reais).

Em 2009, diferentemente do que ocorreu nas regiões de São Paulo e Porto Alegre, em que pese os evidentes sinais de que a crise econômica havia refletido Brasil, o mercado de trabalho permaneceu em crescimento.

Neste período 41 mil novos postos de trabalho foram criados e 37 mil pessoas passaram a integrar o mercado de trabalho regional, de modo que o número de desempregados caiu em 4 mil pessoas.

Com isso, os seguintes números retrataram o ano de 2009: 218 mil desempregados, 1.160 mil ocupados e 1.378 mil pessoas na População Economicamente Ativa (PEA).

A taxa média de desemprego caiu 0,8% em comparação com 2008, fixando-se em 15,8%, a menor taxa de desemprego nos últimos 14 anos. A taxa de desemprego aberto diminuiu 0,2%, caindo para 10,6%. O desemprego oculto, por sua vez, baixou 0,4%, ficando em 5,3%.

A taxa média anual de crescimento ocupacional (3,7%) resultou, principalmente, da expansão registrada no setor de Serviços (4,8%, ou 15 mil novas ocupações), no agregado Outros (2,2%, ou 1 mil novos postos de trabalho) e no Comércio (1,7%, ou 3 mil novas vagas), bem como na retração observada na Indústria (-2,2%, ou 1 mil postos de trabalho fechados).

Tabela 8 - Estimativas do número de ocupados segundo setores de atividade econômica. Distrito Federal - 2007-2009

SETOR DE ATIVIDADE	ESTIMATIVAS (em mil pessoas)		
	2007	2008	2009
Indústria	40	46	45
Comércio	163	179	182
Serviços	695	728	763
Outros ⁽¹⁾	164	165	170
TOTAL	1.062	1.119	1.160

Fonte: PED/DF

(1) Inclui: Construção Civil, Serviços Domésticos e outros setores.

No que se refere ao valor dos salários, o rendimento médio real dos ocupados subiu 3,8%, tendo como remuneração média o valor de R\$ 1.873,00 (um mil, oitocentos e setenta e três reais). No caso dos assalariados, o rendimento médio real cresceu 3,5%, passando a R\$ 2.148,00 (dois mil, cento e quarenta e oito reais).²⁴²

Observe-se o seguinte quadro sinóptico da região:

Tabela 9 - Quadro sinóptico: Distrito Federal

	2007	2008	2009
Taxa média de crescimento do nível de ocupação	4,4	6,1	3,7
Novos postos de trabalho	44 mil	64 mil	41 mil
Novas pessoas integrando a força de trabalho	37 mil	59 mil	37 mil
Pessoas retiradas da situação de desemprego	7 mil	4 mil	4 mil
PEA	1.245 mil	1.341 mil	1.378 mil
Ocupados	1.011 mil	1.119 mil	1.160 mil
Desempregados	234 mil	222 mil	218 mil
Taxa média de desemprego (%)	17,7	16,6	15,8

Fonte: PED/RMDF

Sob o aspecto do número de ocupações existentes na região, pode-se afirmar que a crise econômica não afetou o mercado de trabalho do Distrito Federal. Para que esta conclusão ganhe – ou perca – consistência, passa-se a examinar as variações nas jornadas de trabalho e nos salários na região.

De acordo com pesquisa elaborada pelo Dieese, a carga horária semanal média dos ocupados no Distrito Federal não parece ter sofrido qualquer alteração em virtude da crise econômica de 2008. De 2003 a 2006 a duração semanal do trabalho foi de, em média, quarenta e duas horas. Houve uma redução, em 2007, para quarenta e uma horas, mas já em 2008 este padrão voltou às quarenta e duas horas semanais. Novamente, em 2009, a duração média semanal caiu para quarenta e uma horas. Em se tratando de assalariados, desde 2003 a carga horária semanal de trabalho permanece estável: quarenta e uma horas.

Além disso, assim como observado na região de Belo Horizonte, os rendimentos médios no Distrito Federal não parecem ter sido afetados pela crise econômica, observando-se, inclusive, a manutenção do ritmo de crescimento dos valores médios.²⁴³

²⁴² Disponível em: <<http://turandot.dieese.org.br/icv/TabelaPed?tabela=13>> e <<http://turandot.dieese.org.br/icv/TabelaPed?tabela=14>>. Acessos em: 30 nov. 2010.

²⁴³ Disponível em: <<http://turandot.dieese.org.br/icv/TabelaPed?tabela=13>> e <<http://turandot.dieese.org.br/icv/TabelaPed?tabela=14>>. Acessos em: 30 nov. 2010.

Em 2006 o salário médio pago aos assalariados nesta região era de R\$ 1.846,00 (um mil, oitocentos e quarenta e seis reais). Passou a R\$ 1.962,00 (um mil, novecentos e sessenta e dois reais) em 2007 e a R\$ 2.075,00 (dois mil, e setenta e cinco reais) em 2008. Em 2009, ano crítico para o mercado de trabalho de todo o mundo, o salário no Distrito Federal atingiu R\$ 2.148,00 (dois mil, cento e quarenta e oito reais).

Já o rendimento médio dos ocupados na região passou de R\$ 1.592,00 (um mil, quinhentos e noventa e dois reais), em 2006, para R\$ 1.683,00 (um mil, seiscentos e oitenta e três reais), em 2007, e R\$ 1.805,00 (um mil, oitocentos e cinco reais), em 2008. Em 2009, a remuneração média dos ocupados na região era de R\$ 1.873,00 (um mil, oitocentos e setenta e três reais).

4.2.4 Recife e Região Metropolitana

O mercado de trabalho da região metropolitana de Recife (RMR) apresentou crescimento durante o ano de 2007. De acordo com pesquisa realizada pelo Dieese em parceria com a Fundação Seade e a Agência Conpede/Fidem (Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco), o nível médio de ocupação cresceu 3,7% em 2007.

Nesta região, durante este período, 20 mil pessoas foram retiradas da situação de desemprego, posto que 47 mil novos postos de trabalho foram criados e 27 mil pessoas passaram a integrar a força de trabalho regional.

Desta forma, no ano de 2007 foram registrados os seguintes contingentes: 319.000 desempregados, 1.301.000 ocupados e 1.620.000 pessoas na População Economicamente Ativa (PEA).

A região registrou uma queda da taxa média de desemprego pelo quarto ano consecutivo, que foi de 21,3%, em 2006, para 19,7%, em 2007 – o menor patamar desde 1998. A taxa de desemprego aberto caiu 1,2%, passando de 13,5%, em 2006, para 12,3% em 2007. O desemprego oculto, por sua vez, baixou de 7,8% para 7,4% no período analisado.

No que se refere ao nível de ocupação de acordo com os principais setores de atividade econômica, registrou-se uma elevação nos setores de Construção Civil e Indústria de Transformação, com crescimento na casa dos 10,9% e 4,2%, respectivamente. As contratações no setor privado (3,3%) e no setor público (3,6%) garantiram o crescimento do contingente de assalariados (3,3%) neste período.

Quanto ao valor dos salários, o rendimento médio real dos ocupados elevou-se 7,8%, tendo como remuneração média o valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais). No caso dos assalariados, o rendimento médio real passou de R\$ 838,00 (oitocentos e trinta e oito reais), em 2006, para R\$ 857,00 (oitocentos e cinquenta e sete reais) em 2008.²⁴⁴

No ano de 2008, apesar das turbulências na economia mundial, o nível ocupacional da região cresceu 5,5%. Registrou-se, contudo, neste ano, um aumento do número de desempregados: foram gerados 71.000 novos postos de trabalho e 87.000 pessoas passaram a integrar a força de trabalho regional, de modo que houve um acréscimo de 16.000 pessoas ao contingente de desempregados.

Com isso, a taxa de desemprego total manteve-se praticamente estável, em 19,6%: o desemprego aberto ficou na casa dos 11,9% e o oculto subiu para 7,7%. O ano de 2008 encerrou com 335.000 desempregados, 1.372.000 ocupados e 1.707.000 pessoas na População Economicamente Ativa (PEA).

O crescimento do nível de ocupação refletiu em diversos setores de atividade econômica, tais como: Indústria de Transformação, com 13 mil novas ocupações, o que representa uma elevação de 10,6%; Serviços, com 45 mil novos postos de trabalho (crescimento de 6,5%); e Construção Civil, com 3 mil novas vagas (crescimento de 4,9%).

No que tange à remuneração, os ocupados tiveram seu rendimento médio majorado em 3,2%, ao passo que o assalariados tiveram uma variação de 1,7%. Em termos quantitativos, a remuneração média dos ocupados ficou na casa dos R\$ 774,00 (setecentos e setenta e quatro reais), e dos assalariados ficou em R\$ 871,00 (oitocentos e setenta e um reais).²⁴⁵

²⁴⁴ Disponível em: <<http://turandot.dieese.org.br/icv/TabelaPed?tabela=13>> e <<http://turandot.dieese.org.br/icv/TabelaPed?tabela=14>>. Acessos em: 30 nov. 2010.

²⁴⁵ Disponível em: <<http://turandot.dieese.org.br/icv/TabelaPed?tabela=13>> e <<http://turandot.dieese.org.br/icv/TabelaPed?tabela=14>>. Acessos em: 30 nov. 2010.

Também no ano de 2009 o nível de ocupação na região apresentou crescimento: 3,6%. Em consequência, a taxa média de desemprego total decresceu, fixando-se em 19,2%: o desemprego aberto caiu para 11,6%, e o desemprego oculto estagnou em 7,6%.

Neste ano, portanto, a região metropolitana de Recife apresentou os seguintes números: 1.760.000 pessoas na População Economicamente Ativa (PEA), sendo 338.000 desempregados e 1.422.000 ocupados.

Em que pese o nível de ocupação tenha apresentado crescimento, o comportamento dos diversos setores de atividade econômica foi bastante díspar. A indústria de Transformação, de um lado, apresentou retração na ordem de 4 mil ocupações, ou redução de 2,9%. Os setores de Comércio, Serviços e Construção Civil, por outro lado, demonstraram expansão: 6 mil ocupações (ou 2,3%), 29 mil ocupações (ou 3,9%) e 16 mil ocupações (ou 25%), respectivamente.

Tabela 10 - Estimativas do número de ocupados segundo setores de atividade econômica. Região Metropolitana de Recife - 2007-2009

SETOR DE ATIVIDADE	ESTIMATIVAS (em mil pessoas)		
	2007	2008	2009
Indústria	123	136	132
Comércio	256	266	272
Serviços	697	742	771
Construção Civil	61	64	80
Outros ²	164	164	167
TOTAL	1.301	1.372	1.422

Fonte: PED/RMR

(1) Inclui: Serviços domésticos, Agricultura, Pecuária, Extração Vegetal e outras atividades.

Os rendimentos médios reais mantiveram-se relativamente estáveis: -0,8% para os ocupados e 1,3% para os assalariados. Em cifras, a remuneração média dos ocupados ficou na casa dos R\$ 767,00 (setecentos e sessenta e sete reais) e a dos assalariados fechou em R\$ 882,00 (oitocentos e oitenta e dois reais).²⁴⁶

Observe-se a seguinte tabela demonstrativa da síntese comportamental do mercado de trabalho da região metropolitana de Recife nos anos de 2007, 2008 e 2009:

²⁴⁶ Disponível em: <<http://turandot.dieese.org.br/icv/TabelaPed?tabela=13>> e <<http://turandot.dieese.org.br/icv/TabelaPed?tabela=14>>. Acessos em: 30 nov. 2010.

Tabela 11 - Quadro sinóptico: Recife e Região Metropolitana

	2007	2008	2009
Taxa média de crescimento do nível de ocupação (%)	3,7	5,5	3,6
Novos postos de trabalho	47 mil	71 mil	50 mil
Novas pessoas integrando a força de trabalho	27 mil	87 mil	53 mil
Pessoas retiradas da situação de desemprego	20 mil	-16 mil	- 3 mil
PEA	1.620 mil	1.707 mil	1.760 mil
Ocupados	1.301 mil	1.372 mil	1.422 mil
Desempregados	319 mil	335 mil	338 mil
Taxa média de desemprego (%)	19,7	19,6	19,2

Fonte: PED/RMR

Diferentemente de São Paulo e Belho Horizonte, mas não tão intensamente como no Distrito Federal, o mercado de trabalho de Recife permaneceu forte perante a crise econômica. A taxa média de desemprego em 2008 decresceu 0,5% na comparação com 2007, e em 2009 a taxa recuou 2% na comparação com 2008. Com isso, a região atravessou o período de turbulência com uma redução de 2,53% na taxa média de desemprego (comparação entre 2009 e 2007).

No que se refere à análise das jornadas de trabalho na região metropolitana de Recife, os resultados não fogem às conclusões obtidas nas demais localidades. Para os ocupados, nos anos de 2006 e 2007 a carga horária semanal de trabalho ficou na média das quarenta e cinco horas, ao passo que nos anos de 2008 e 2009 a duração média caiu para quarenta e quatro horas. Já para os assalariados, no ano de 2006 foi registrada a média de quarenta e cinco horas semanais de trabalho, enquanto nos anos de 2007, 2008 e 2009 esta duração caiu para quarenta e quatro horas.

Por fim, o último fator a ser analisado é a variação dos salários. Na região metropolitana de Recife os valores pagos aos trabalhadores assalariados permaneceram em ascensão, ao passo que o rendimento médio dos ocupados teve uma pequena baixa em 2009.

No caso dos assalariados, o salário médio passou de R\$ 838,00 (oitocentos e trinta e oito reais), em 2006, para R\$ 857,00 (oitocentos e cinquenta e sete reais) em 2007. Em 2008 chegou a R\$ 871,00 (oitocentos e setenta e um reais) e 2009 fechou com o valor médio dos salários em R\$ 882,00 (oitocentos e oitenta e dois reais).

Na mesma esteira, o rendimento médio dos ocupados, que em 2006 era de R\$ 738,00 (setecentos e trinta e oito reais), passou a ser de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) em 2007 e R\$ 774,00 (setecentos e setenta e quatro reais) em

2008. No ano de 2009, os ocupados tiveram um rendimento médio de R\$ 767,00 (setecentos e sessenta e sete reais).

4.2.5 Porto Alegre e Região Metropolitana

Na região metropolitana de Porto Alegre (RMPA) o comportamento do mercado de trabalho foi semelhante ao Distrito Federal e à região de Recife. Observem-se novamente os resultados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), elaborada pelo Dieese em parceria com o Seade.

Nesta região, em 2007, foram criados 63 mil novos postos de trabalho. Considerando que 43 mil pessoas passaram a integrar a força de trabalho regional, 20 mil trabalhadores saíram da situação de desemprego. Deste modo, o ano de 2007 encerrou com os seguintes números: 245.000 desempregados, 1.653.000 ocupados e 1.898.000 pessoas na População Economicamente Ativa (PEA).

A taxa média de desemprego, que em 2006 ficou em 14,3%, caiu para 12,9% em 2007. A taxa de desemprego aberto caiu 0,5%, passando de 10,2%, em 2006, para 9,7% em 2007. O desemprego oculto, por sua vez, baixou 0,9% (de 4,1% para 3,2%) no período analisado.

Quanto ao nível de ocupação, de acordo com os principais setores de atividade econômica, registrou-se uma elevação nos setores de Construção Civil e Serviços, com crescimento de 9,9% (8 mil novas ocupações) e 5,7% (47 mil novos postos de trabalho), respectivamente. Já no setor de Comércio registrou-se uma pequena variação negativa de 1 mil ocupações.

No ano de 2008, 116 mil novas ocupações foram criadas e 94 mil pessoas passaram a integrar a força de trabalho regional. Com isso, 22 mil pessoas saíram da situação de desemprego. Deste modo, em 2008 registrou-se 1.992.000 pessoas na População Economicamente Ativa (PEA), das quais 223.000 estavam em situação de desemprego e 1.769.000 encontravam-se ocupados.

A taxa média de desemprego caiu para 11,2% em 2008. A taxa de desemprego aberto caiu 1,4%, fixando-se em 8,3%. O desemprego oculto, por sua vez, baixou para 2,9% (queda de 0,3%) no período analisado.

Quanto ao nível de ocupação, de acordo com os principais setores de atividade econômica, registrou-se uma elevação nos setores de Serviços e Comércio, com crescimento de 9,6% (83 mil novas ocupações) e 7,6% (21 mil novos postos de trabalho), respectivamente. Também no setor de Construção Civil registrou-se um aumento do nível de ocupação: 5,6%, ou 5 mil novos postos de trabalho.

Em 2009, não diferente do que ocorreu na região metropolitana de São Paulo, mas com menor intensidade, o mercado de trabalho deu sinais de que a crise econômica havia refletido no Brasil.

Neste período 23 mil novos postos de trabalho foram criados e 24 mil pessoas passaram a integrar o mercado de trabalho regional, de modo que o número de desempregados cresceu em 1.000 pessoas.

Com isso, os seguintes números resumiram o ano de 2009: 224.000 desempregados, 1.792.000 ocupados e 2.016.000 pessoas na População Economicamente Ativa (PEA).

A taxa média de desemprego caiu apenas 0,1% em comparação com 2008, estabelecendo-se em 11,1%. A taxa de desemprego aberto aumentou 0,3%, alcançando 8,6%. O desemprego oculto, por sua vez, baixou 0,4%, ficando em 2,5%.

Quanto ao nível de ocupação, de acordo com os principais setores de atividade econômica, registrou-se uma elevação nos setores de Construção Civil e Serviços, com crescimento de 5,3% (5 mil novas ocupações) e 3,1% (29 mil novos postos de trabalho), respectivamente. O destaque é dado para a Indústria de Transformação, que apresentou uma perda de 18 mil ocupações, registrando uma variação negativa de 5,7% das ocupações.

Tabela 12 - Estimativas do número de ocupados segundo setores de atividade econômica. Região Metropolitana de Porto Alegre - 2007-2009

SETOR DE ATIVIDADE	ESTIMATIVAS (em mil pessoas)		
	2007	2008	2009
Indústria de transformação	306	317	299
Comércio	278	299	305
Serviços	865	948	977
Construção Civil	89	94	99
Serviços domésticos ⁽¹⁾	111	108	109
TOTAL	1.653	1.769	1.792

Fonte: PED/RMPA

(1) Inclui ocupados em atividades que, pelo reduzido contingente, não permitem a desagregação setorial.

Observe-se o seguinte quadro sinóptico da região:

Tabela 13 - Quadro sinóptico: Porto Alegre e Região Metropolitana

	2007	2008	2009
Taxa média de crescimento do nível de ocupação (%)	4,0	7,0	1,3
Novos postos de trabalho	63 mil	116 mil	23 mil
Novas pessoas integrando a força de trabalho	43 mil	94 mil	24 mil
Pessoas retiradas da situação de desemprego	20 mil	22 mil	- 1 mil
PEA	1.898 mil	1.992 mil	2.016 mil
Ocupados	1.653 mil	1.769 mil	1.792 mil
Desempregados	245 mil	223 mil	224 mil
Taxa média de desemprego (%)	12,9	11,2	11,1

Fonte: PED/RMPA

Utilizando o mesmo procedimento investigativo adotado para as demais regiões, cumpre observarmos se a crise econômica registrada em 2008 produziu quaisquer tipos de reflexos na duração do trabalho em Porto Alegre e região metropolitana.

De acordo com pesquisa elaborada pelo Dieese, a carga horária semanal média dos ocupados não sofreu qualquer alteração no período de crise: de 2006 a 2009 a duração do trabalho permaneceu na casa das quarenta e cinco horas semanais. Assim como na região de São Paulo, os homens demonstraram trabalhar por mais tempo do que as mulheres: 45 contra 40 horas.

Em se tratando de assalariados, entre 2006 e 2008 a carga horária semanal de trabalho permaneceu estável: quarenta e três horas. Foi apenas em 2009 que este quesito demonstrou uma leve alteração, caindo para quarenta e duas horas semanais.

Quanto ao rendimento médio dos trabalhadores, assim como observado em Belo Horizonte e no Distrito Federal, os salários e rendimentos de Porto Alegre e região metropolitana mantiveram o ritmo de crescimento dos valores médios.

Em 2006 o salário médio pago aos assalariados nesta região era de R\$ 1.153,00 (um mil, cento e cinquenta e três reais). Passou a R\$ 1.181,00 (um mil, cento e oitenta e um reais) em 2007 e a R\$ 1.195,00 (um mil, cento e noventa e cinco reais) em 2008. Em 2009, ano crítico para o mercado de trabalho de todo o mundo, o salário em Porto Alegre e região atingiu R\$ 1.221,00 (um mil, duzentos e vinte e um reais).

Já o rendimento médio dos ocupados na região passou de R\$ 1.131,00 (um mil, cento e trinta e um reais), em 2006, para R\$ 1.160,00 (um mil, cento e sessenta reais), em 2007, e R\$ 1.188,00 (um mil, cento e oitenta e oito reais), em 2008. Em 2009, a remuneração média dos ocupados na região era de R\$ 1.227,00 (um mil, duzentos e vinte e sete reais).

5 CONCLUSÃO

Embora tenha inicialmente sido comparada à Grande Depressão de 1930, a crise econômica de 2008 mostrou-se menos avassaladora. Um ano após o rompimento da bolha imobiliária, a economia mundial já caminhava para uma recuperação. Apesar disso, não se pode menosprezar os impactos gerados pelo fenômeno em questão: o mercado de trabalho brasileiro, tema da presente análise, sofreu um significativo enxugamento no último trimestre de 2008 e primeiro semestre de 2009.

Esta situação, é claro, não se limita às fronteiras do Estado brasileiro. Por isso mesmo a Organização Internacional do Trabalho, atenta aos perigos que uma crise econômica representa para a sociedade laboral, criou o Pacto Mundial para o Emprego. Conforme demonstrado, todos os onze princípios e as quatro medidas sugeridos pelo Pacto foram respeitados pelo governo brasileiro. Aliás, as políticas implementadas ou ampliadas pelo Brasil na tentativa de estancar a crise mostraram-se, em seu conjunto, perfeitamente adequadas.

Sob o aspecto do mercado de trabalho, os empregos extintos durante a fase mais aguda da recessão foram parcialmente restaurados pouco mais de um ano depois. A taxa média de desemprego aberto, após alcançar índices bastante altos no primeiro semestre de 2009 (chegou a 9% no mês de março) encerrou o ano novamente no mesmo padrão dos anos anteriores (7%, em dezembro de 2009, contra os mesmos 7%, em dezembro de 2008, e 7,5%, em dezembro de 2007).²⁴⁷

Os dados analisados demonstraram *prima facie* duas questões: a) que a crise econômica afetou a economia brasileira de forma bastante segmentada; b) que a reação esboçada pelo mercado de trabalho foi relativamente heterogênea em todo o território brasileiro.

²⁴⁷ BOLETIM do Banco Central do Brasil, v.44. p.34; *Id.*, v.45, p.34.

Tabela 14 - Taxas de desemprego total: regiões metropolitanas e Distrito Federal

REGIÕES METROPOLITANAS	TAXA DE DESEMPREGO (%)			
	2006	2007	2008	2009
São Paulo	18,8%	14,8%	13,4%	13,8%
Belo Horizonte	13,8%	12,2%	9,8%	10,3%
Distrito Federal	18,8%	17,7%	16,6%	15,8%
Recife	21,3%	19,7%	19,6%	19,2%
Porto Alegre	14,3%	12,9%	11,2%	11,1%

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego: mercado de trabalho metropolitano - 2007-2009

Tanto a indústria como a agropecuária e o comércio mostraram-se fortemente impactados pela crise, mas é possível verificar uma variação comportamental geográfica.

Nas cinco regiões analisadas os três principais segmentos econômicos apresentaram crescimento do número de ocupações existentes no ano de 2008. O ano de 2009, por outro lado, foi bem menos homogêneo.

A título ilustrativo, comparemos a Indústria e o Comércio, a começar por aquela. Em São Paulo e região metropolitana, o número de ocupados aumentou 5,19%, na comparação de 2008 com 2007, e diminuiu 5,86%, na comparação de 2009 com 2008. Já na região metropolitana de Belo Horizonte, o número de ocupados cresceu 4,32% na comparação 2008/2007, e recuou 14,91% na comparação 2009/2008.

No Distrito Federal, o número de ocupados na indústria aumentou 15% de 2007 para 2008, e diminuiu 2,17% de 2008 para 2009. Na região de Recife o crescimento de 2007 para 2008 foi de 10,5%, ao passo que de 2008 para 2009 houve uma redução de 2,94%. Em Porto Alegre, por fim, houve o crescimento de 3,59 na comparação 2008/2007 e a redução de 5,67% na comparação 2009/2008.

Diferente foi o comportamento do Comércio em cada uma destas cidades. Em São Paulo, o número de ocupados cresceu 4,4% entre 2007 e 2008, e recuou 3,13% entre 2008 e 2009. Em Belo Horizonte a variação entre 2007 e 2008 foi de 6,47%, e entre 2008 e 2009 foi de -10,22%. No Distrito Federal, o número de ocupações aumentou 9,81%, na comparação entre 2008 e 2007, e 1,67%, entre 2009 e 2008.

Na região metropolitana de Recife, o número de ocupações no Comércio cresceu 3,9% entre 2007 e 2008, e 2,25% entre 2008 e 2009. Em Porto Alegre e região metropolitana, por fim, o número de ocupações aumentou 7,55%, na comparação entre 2007 e 2008, e 2%, na comparação 2008/2009.

Para melhor compreensão destes dados, observe-se o seguinte gráfico:

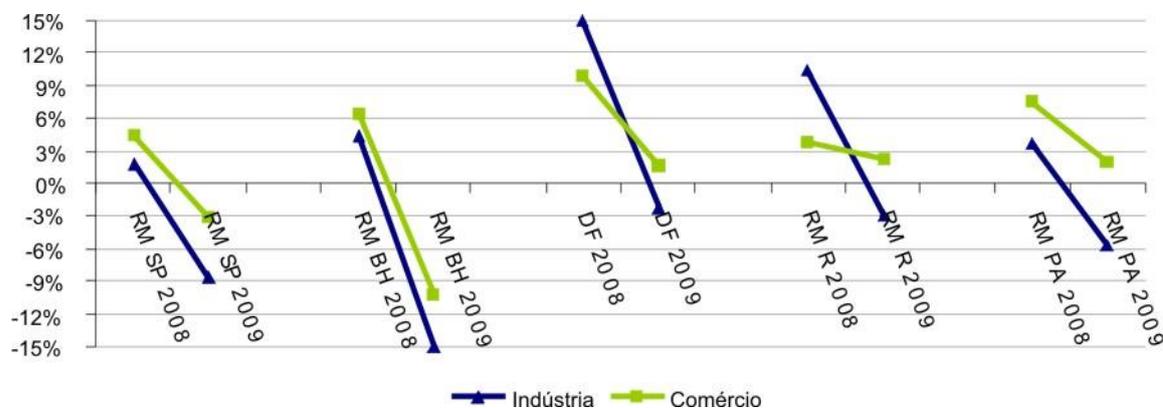


Gráfico 21 - Variação do número de ocupações entre 2008 e 2009, por região
Fonte: Dieese - Pesquisas de Emprego e Desemprego

A imagem acima permite a melhor visualização da disparidade de comportamentos entre o mercado de trabalho na Indústria e no Comércio, nos mesmos períodos e locais. Como já mencionado, trata-se de uma mera exemplificação, razão pela qual limitou-se à comparação entre dois segmentos econômicos em cinco cidades.

Toda a análise desenvolvida, entretanto, evidenciou que cada segmento econômico e cada região do país esboçou uma diferente reação frente à crise econômica de 2008.

Aliás, esta constatação é capaz de explicar a razão pela qual a taxa de desemprego total se manteve constante – ou apresentou quase insignificante alta – em um panorama geral: as grandes perdas em alguns setores econômicos foram de certo modo compensadas com o crescimento de outros.

Assim, enquanto o aumento do desemprego na Indústria de Porto Alegre, por exemplo, causou a ruptura dos ciclos de queda da taxa de desemprego total, o persistente crescimento no Comércio e em outros segmentos da região foi capaz de impedir que referida taxa aumentasse significativamente.

Outro aspecto que permite concluir pela disparidade de contextos entre os mercados de trabalho nas cinco cidades analisadas é o valor dos rendimentos médios percebidos pelos trabalhadores.

Enquanto o salário pago aos assalariados permaneceu em constante ascensão em todas as localidades pesquisadas – exceto São Paulo –, a remuneração paga

aos ocupados manteve o crescimento mesmo durante o período de crise apenas em Belo Horizonte, Distrito Federal e Porto Alegre (Anexo B).

A conclusão a que se chega por meio deste cruzamento de dados, é que a recessão econômica ocorrida ao final da primeira década do século XXI repercutiu intensamente no mercado de trabalho brasileiro. Os impactos negativos somente não foram maiores porque o governo brasileiro seguiu as recomendações constantes do Pacto Mundial para o Emprego, instituindo novas políticas e ampliando medidas já existentes.

Até que ponto a ação governamental foi a grande responsável por evitar que o mercado de trabalho fosse completamente devastado, não é possível saber. Apesar disso, pode-se perceber que o conjunto dos fatos, tais como ocorreram, foi bastante menos rigoroso do que as primeiras projeções previram.

REFERÊNCIAS

Obras

BARRAL, Welber Oliveira. **Dumping e comércio internacional**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

BATRA, Ravi. **1990: a grande depressão**. Tradução de Wladir Dupont. São Paulo: Livraria Cultura, 1988.

CHAHAD, José Paulo Zeetano. Mercado de trabalho: conceitos, definições e funcionamento. In: PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (Orgs.). **Manual de economia**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista (Unesp), 1997.

GALBRAITH, John Kenneth. **1929: o colapso da bolsa**. São Paulo: Pioneira, 1988.

GONÇALEZ, Ramiro. **Que crise é essa?** Curitiba: Juruá, 2009.

GUNTHER, Luiz Eduardo; GUNTHER, Noeli Gonçalves da Silva. **A crise econômica, a negociação coletiva, o princípio da solidariedade e o trabalho decente**. Trabalho apresentado na XIV Jornadas Luso-Hispano-Brasileiras de Direito do Trabalho.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de direito previdenciário**. 15.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2010.

KALECKI, Michael. O mecanismo da recuperação econômica. In: MIGLIOLI, Jorge (Org.). **Crescimento e ciclo das economias capitalistas**. São Paulo: Hucitec, 1977.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda: inflação e deflação**. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

KINDLEBERGER, Charles P.; ALIBER, Robert Z. **Da euforia ao pânico: uma história das crises financeiras**. São Paulo: Gente, 2009.

MAZZUCHELLI, Frederico. **Os anos de chumbo**: economia e política internacional no entreguerras. São Paulo: Editora UNESP; Campinas-SP: FACAMP, 2009.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PARKIN, Michael. **Macroeconomia**. 5.ed. São Paulo: Addison Wesley, 2003.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 19.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SADDI, Jairo. Prefácio. In: GONÇALEZ, Ramiro. **Que crise é essa?** Curitiba: Juruá, 2009.

SANDRONI, Paulo. **O que é recessão**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1984.

SINGER, Paul. **O Brasil na crise**: perigos e oportunidades. São Paulo: Contexto, 1999.

SOROS, George. **A crise do capitalismo global**: os perigos da sociedade globalizada – uma visão crítica do mercado financeiro internacional. Tradução de Cristiana Serra. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

SOROS, George. **O novo paradigma para os mercados financeiros**: a crise atual e o que ela significa. Tradução de Lucia Boldrini e Paulo Migliacci. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

STIGLITZ, Joseph Eugene. **A globalização e seus malefícios**. Tradução de Bazán Tecnologia e Lingüística. São Paulo: Futura, 2002.

Periódicos:

A SPECIAL report on the world economy. **The Economist**, v.389, n.8601, 11 ago. 2008.

ANTUNES, Luciene; GIANINI, Tatiana. Pânico, prejuízos e descontrole em Wall Street. **Exame**, edição 927, v.42, n.18, 24 set. 2008.

CLEMENTE, Isabel; RAMOS, Murilo. O Brasil aguenta? **Época**, edição 543, 13 ago. 2008.

GONÇALVES, Antonio Carlos Porto. A crise mundial. **Cenários FGV**: Política e Economia para Planejamento Financeiro e Estratégico, 25.^a edição trimestral, v.8, jan. 2009a.

GONÇALVES, Antonio Carlos Pôrto. De onde virá o crescimento econômico brasileiro? **Cenários FGV**: Política e Economia para Planejamento Financeiro e Estratégico, 27.^a edição trimestral, v.8, jul. 2009b.

GREENSPAN, Alan. Banks need more capital. **The Economist**, v.389, n.8611, 20 dez. 2008.

GUEMAWAT, Pankaj. Ache sua estratégia no novo cenário. **Harvard Business Review**, v.88, n.3, mar. 2010.

LAHÓZ, André. O fim do dinheiro fácil. **Exame**, edição 900, v.41, n.16, 29 ago. 2007.

LEITE, Paulo Moreira. Wall Street paga seus pecados. **Época**, edição 540, 22 set. 2008.

MOURA, Alkimar R. A crise financeira internacional e seus prováveis efeitos no sistema bancário nacional. **Cenários FGV**: Política e Economia para Planejamento Financeiro e Estratégico, v.8, 25.^a edição trimestral, jan. 2009.

NÓBREGA, Maílson da. Crise: como chegamos a este ponto? **Veja**, edição 2103, 11 mar. 2009. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/110309/p_106.shtml>. Acesso em: 01 ago. 2010.

PADUAN, Roberta. Onde mora o perigo. **Exame**, edição 888, v.41, n.4, 14 mar. 2007.

PIMENTA, Angela. O dinheiro sumiu. **Exame**, edição 928, v.42, n.19, 08 out. 2008.

PINTO, Paulo Silva. Oito anos de recuperação. **Indústria Brasileira**, v.8, n.94, dez. 2008. (revista mensal da Confederação Nacional da Indústria).

SALGADO, Eduardo; COSTA, Melina. A economia às escuras. **Exame**, edição 928, v.42, n.19, 08 out. 2008.

UM MUNDO viciado em risco. **Exame**, edição 888, v.41, n.4, 14 mar. 2007.

Documentos

BOLETIM do Banco Central do Brasil. Relatório Anual 2007. v.43.

BOLETIM do Banco Central do Brasil. Relatório Anual 2008. v.44.

BOLETIM do Banco Central do Brasil. Relatório Anual 2009. v.45.

DIEESE. Política de valorização do salário mínimo: considerações sobre o valor a vigorar a partir de 1.º de janeiro de 2010. **Nota Técnica**, n.86, jan. 2010 (revisada e atualizada). Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/esp/notatec86SALARIOMINIMO2010.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2010.

FENABRAVE. **Anuário da distribuição de veículos automotores do Brasil – 2008**. Disponível em: <http://www.fenabreve.org.br/principal/pub/Image/20091110191148Anual_2008.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2010.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Resultados do Ano de 2007. **Boletim Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH)**, v.13, n.13, fev. 2008.

GIUBERTTI, Adriana Maria. **Boletim n.º 2 da Crise Financeira no Brasil**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/observatorio/boletim_02_Crise_Financeira_Brasil_2010.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2010.

INFORMATIVO Fenabreve, v.3, n.79, 8 fev. 2008.

INFORMATIVO Fenabreve, v.3, n.87, 18 jul. 2008.

INFORMATIVO Fenabreve, v.3, n.105, 8 abr. 2009.

INFORMATIVO Fenabreve, v.3, n.111, 9 jul. 2009.

INFORMATIVO Fenabreve, v.3, n.117, 6 out. 2009.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Departamento de Emprego e Salário. **Bolsa de qualificação profissional**. Brasília: MTE, SPPE, DES, CGSAP, fev. 2009.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Lupi fala sobre os desafios do Brasil para os próximos anos**. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/sgcnoticia.asp?IdConteudoNoticia=7389&PalavraChave=salário mínimo, geração de empregos](http://www.mte.gov.br/sgcnoticia.asp?IdConteudoNoticia=7389&PalavraChave=salário+mínimo,+geração+de+empregos)>. Acesso em: 12 out. 2010.

OIT. **Panorama Laboral 2009**: América Latina Y el Caribe. Peru: Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2009a.

OIT. Recomendação da Organização Internacional do Trabalho. **Para superar a crise**: um pacto mundial para o emprego. Peru: OIT/Escritório Regional da OIT para a América Latina e o Caribe, 2009b.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (PED/RMBH). **Boletim Anual 2008**, v.14, n.13, jan. 2009.

RELATÓRIO de Análise dos Dados Consolidados do PNMPO, ano 2009, 4.º trimestre. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/pnmpo/Relatorio_4trim2009.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2010.

Sites consultados:

<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2008/10/06/crise_pode_ser_maior_desde_1929_nao_deve_terminar_tao_cedo_avalua_mantega-548575774.asp>. Acesso em: 26 jan. 2011.

<<http://turandot.dieese.org.br/icv/TabelaPed?tabela=13>>. Acesso em: 30 nov. 2010.

<<http://turandot.dieese.org.br/icv/TabelaPed?tabela=14>>. Acesso em: 30 nov. 2010.

<<http://turandot.dieese.org.br/icv/TabelaPed?tabela=15>>. Acesso em: 30 nov. 2010.

<<http://turandot.dieese.org.br/icv/TabelaPed?tabela=17>>. Acesso em: 13 jan. 2011.

<<http://www.agenciasebrae.com.br/noticia.kmf?canal=448&cod=10984003&indice=0>>. Acesso em: 08 dez. 2010.

<<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1274&t=2>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

<<http://www.economiaonline.com.br/template.zapp?pagina=guru14.zapp&d=guru>>. Acesso em: 06 fev. 2011.

<http://www.fenabreve.org.br/principal/pub/anexos/20100526094728Anuario_2009BR.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2010.

<http://www.fenabreve.org.br/principal/pub/Image/20091110191148Anual_2008.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2010.

<http://www.fenabreve.org.br/principal/pub/Image/20091110191148Anual_2008.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2010.

<http://www.fgv.br/noticias_internet/ARQ/11977.PDF>. Acesso em: 14 dez. 2010.

<<http://www.fomezero.gov.br/noticias/bolsa-familia-comeca-a-pagar-aos-novos-beneficiarios-do-programa/?searchterm=bolsa AND família AND crise>>. Acesso em: 06 fev. 2011.

<<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?id=862254>>. Acesso em: 05 ago. 2010.

<<http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/conteudo.phtml?tl=1&id=852381&tit=Ampliao-do-Bolsa-Familia-e-acao-anticrise-diz-Paulo-Bernardo>>. Acesso em: 06 fev. 2011.

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/default.shtm>>. Acesso em: 09 jan. 2011.

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/comercio/pmc/default.shtm>>. Acesso em: 17 jan. 2011.

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=42>

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=37>

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=1340>. Acesso em: 10 jan. 2011.

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=1090>. Acesso em: 11 jan. 2011.

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=1322>. Acesso em: 11 jan. 2011.

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=1558>. Acesso em: 11 jan. 2011.

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=1465>. Acesso em: 10 jan. 2011.

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1384&id_pagina=1>. Acesso em: 19 ago. 2010.

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1578&id_pagina=1>. Acesso em: 10 jan. 2011.

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1789&id_pagina=1>. Acesso em: 10 jan. 2011.

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1578&id_pagina=1>. Acesso em: 10 jan. 2011.

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1330&id_pagina=1>. Acesso em: 01 jul. 2010.

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1384&id_pagina=1>. Acesso em: 01 jul. 2010.

<http://www.igf.com.br/aprende/glossario/glo_Resp.aspx?id=1417>. Acesso em: 01 fev. 2011.

<<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 06 dez. 2010.

<http://www.mte.gov.br/pnmpo/Relatorio_2008.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2010.

<http://www.mte.gov.br/pnmpo/Relatorio_4trim2009.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2010.

<http://www.mte.gov.br/pnq/ProEsQs_Publicacao.pdf>

<<http://www.mte.gov.br/sgcnoticia.asp?IdConteudoNoticia=7389&PalavraChave=sal%C3%A1rio m%C3%ADnimo>>. Acesso em: 12 out. 2010.

<<http://www.mte.gov.br/sgcnoticiaAudio.asp?IdConteudoNoticia=5230&PalavraChave=SEGURO DESEMPREGO, lupi, crise>>. Acesso em: 08 dez. 2010.

<<http://www.mte.gov.br/sgcnoticiaAudio.asp?IdConteudoNoticia=5563&PalavraChave=seguro desemprego>>. Acesso em: 08 dez. 2010.

<http://www.oitbrasil.org.br/topic/employment/news/news_131.php>. Acesso em: 30 mar. 2010.

<http://www.oitbrasil.org.br/topic/employment/news/news_131.php>. Acesso em: 30 mar. 2010.

<http://www.portalbrasil.net/economia_riscopais.htm>. Acesso em: 06 fev. 2011.

<<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/modulos/entenda/quem.php>>

<<http://www.sebrae.com.br/customizado/sebrae/institucional/quem-somos/sebrae-um-agente-de-desenvolvimento>>. Acesso em: 08 dez. 2010.

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u380414.shtml>>. Acesso em: 30 mar. 2010.

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u451562.shtml>>. Acesso em: 01 ago. 2010.

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u487566.shtml>>. Acesso em: 23 ago. 2010.

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u507099.shtml>>. Acesso em: 30 mar. 2010.

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u531068.shtml>>. Acesso em: 30 mar. 2010.

<<http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&local=1§ion=Economia&newsID=a2244576.htm>>. Acesso em: 01 ago. 2010.

ANEXO A

EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR SETOR DA ATIVIDADE ECONÔMICA

As tabelas apresentadas neste Anexo foram elaboradas pelo CAGED e constam no seguinte localizador da internet: <http://estatistica.caged.gov.br/>.

	OUTUBRO/2007				NOVEMBRO/2007				DEZEMBRO/2007			
ATIVIDADE ECONOMICA	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %
EXTRATIVA MINERAL	4.016	3.245	771	0,44	3.458	3.482	-24	-0,01	2.916	2.788	128	0,07
IND. TRANSFORMACAO	284.673	224.639	60.034	0,86	231.276	233.772	-2.496	-0,04	151.436	294.408	-142.972	-2,03
SERV.IND.UTIL.PUB.	4.392	4.175	217	0,07	4.491	4.303	188	0,06	5.053	4.801	252	0,08
CONSTRUCAO CIVIL	136.353	114.668	21.685	1,38	123.147	115.336	7.811	0,49	86.329	112.210	-25.881	-1,60
COMERCIO	313.565	249.792	63.773	0,99	329.021	229.344	99.677	1,54	266.084	235.955	30.129	0,46
SERVICOS	442.740	374.989	67.751	0,58	413.889	351.467	62.422	0,53	346.543	387.338	-40.795	-0,35
ADMIN. PUBLICA	7.177	4.743	2.434	0,36	4.091	4.010	81	0,01	3.452	22.076	-18.624	-2,72
AGROPECUARIA	87.785	99.190	-11.405	-0,68	73.275	116.380	-43.105	-2,59	46.315	167.966	-121.651	-7,44
OUTROS	0	0	0	---	0	0	0	---	0	0	0	---
TOTAL	1280.701	1075.441	205.260	0,70	1182.648	1058.094	124.554	0,42	908.128	1227.542	-319.414	-1,07

	JANEIRO/2008				FEVEREIRO/2008				MARCO/2008			
ATIVIDADE ECONOMICA	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %
EXTRATIVA MINERAL	3.889	3.148	741	0,46	4.036	3.320	716	0,44	4.672	3.433	1.239	0,75
IND. TRANSFORMACAO	289.510	230.465	59.045	0,84	306.688	259.876	46.812	0,66	324.427	284.038	40.389	0,57
SERV.IND.UTIL.PUB.	6.321	4.956	1.365	0,41	6.149	5.050	1.099	0,33	7.178	5.542	1.636	0,49
CONSTRUCAO CIVIL	151.881	113.238	38.643	2,53	145.455	117.881	27.574	1,75	151.821	118.384	33.437	2,08
COMERCIO	290.635	304.779	-14.144	-0,22	284.034	270.228	13.806	0,21	308.929	289.335	19.594	0,30
SERVICOS	451.792	402.715	49.077	0,43	488.789	414.348	74.441	0,65	512.047	422.975	89.072	0,77
ADMIN. PUBLICA	6.078	5.919	159	0,03	21.563	6.287	15.276	2,84	12.361	6.614	5.747	1,04
AGROPECUARIA	108.816	100.781	8.035	0,54	120.194	94.955	25.239	1,67	111.705	96.263	15.442	1,00
OUTROS	0	0	0	---	0	0	0	---	0	0	0	---
TOTAL	1308.922	1166.001	142.921	0,49	1376.908	1171.945	204.963	0,70	1433.140	1226.584	206.556	0,70

	ABRIL/2008				MAIO/2008				JUNHO/2008			
ATIVIDADE ECONOMICA	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %
EXTRATIVA MINERAL	5.243	3.175	2.068	1,25	5.164	3.300	1.864	1,11	5.083	3.338	1.745	1,03
IND. TRANSFORMACAO	357.259	274.519	82.740	1,15	297.417	260.716	36.701	0,51	305.198	252.984	52.214	0,72
SERV.IND.UTIL.PUB.	6.833	5.227	1.606	0,47	6.299	5.591	708	0,21	6.100	5.231	869	0,25
CONSTRUCAO CIVIL	158.097	126.026	32.071	1,95	158.829	130.159	28.670	1,70	169.360	132.602	36.758	2,14
COMERCIO	312.357	277.624	34.733	0,53	300.341	270.420	29.921	0,46	315.756	267.543	48.213	0,73
SERVICOS	513.161	415.735	97.426	0,83	472.059	416.698	55.361	0,47	492.507	419.071	73.436	0,62
ADMIN. PUBLICA	11.715	6.464	5.251	0,94	8.224	5.572	2.652	0,47	9.390	5.763	3.627	0,64
AGROPECUARIA	138.493	99.866	38.627	2,48	141.256	94.149	47.107	2,95	188.657	96.077	92.580	5,62
OUTROS	0	0	0	----	0	0	0	----	0	0	0	----
TOTAL	1503.158	1208.636	294.522	0,99	1389.589	1186.605	202.984	0,68	1492.051	1182.609	309.442	1,03

	JULHO/2008				AGOSTO/2008				SETEMBRO/2008			
ATIVIDADE ECONOMICA	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %
EXTRATIVA MINERAL	5.131	3.681	1.450	0,84	5.102	3.523	1.579	0,91	5.285	3.804	1.481	0,85
IND. TRANSFORMACAO	311.570	274.075	37.495	0,51	319.198	264.622	54.576	0,74	376.379	262.377	114.002	1,53
SERV.IND.UTIL.PUB.	6.200	5.080	1.120	0,33	6.046	4.926	1.120	0,33	6.009	4.963	1.046	0,30
CONSTRUCAO CIVIL	180.852	145.774	35.078	1,99	177.557	141.675	35.882	1,99	180.580	147.811	32.769	1,78
COMERCIO	322.898	297.606	25.292	0,38	327.209	273.050	54.159	0,81	338.907	285.647	53.260	0,79
SERVICOS	509.570	458.278	51.292	0,43	531.702	436.511	95.191	0,79	537.091	432.438	104.653	0,87
ADMIN. PUBLICA	13.666	7.115	6.551	1,15	6.911	5.300	1.611	0,28	5.361	4.419	942	0,16
AGROPECUARIA	152.921	107.981	44.940	2,58	110.281	115.276	-4.995	-0,28	104.959	130.271	-25.312	-1,41
OUTROS	0	0	0	----	0	0	0	----	0	0	0	----
TOTAL	1502.808	1299.590	203.218	0,67	1484.006	1244.883	239.123	0,78	1554.571	1271.730	282.841	0,91

	OUTUBRO/2008				NOVEMBRO/2008				DEZEMBRO/2008			
ATIVIDADE ECONOMICA	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %
EXTRATIVA MINERAL	4.645	4.554	91	0,05	3.955	5.137	-1.182	-0,67	1.956	5.077	-3.121	-1,78
IND. TRANSFORMACAO	299.041	290.311	8.730	0,12	221.602	302.391	-80.789	-1,06	117.476	390.716	-273.240	-3,63
SERV.IND.UTIL.PUB.	5.186	5.860	-674	-0,20	4.627	5.577	-950	-0,28	4.046	5.026	-980	-0,28
CONSTRUCAO CIVIL	168.202	166.053	2.149	0,11	142.747	165.478	-22.731	-1,20	81.156	163.588	-82.432	-4,38
COMERCIO	354.477	299.887	54.590	0,80	348.992	271.106	77.886	1,14	270.353	285.445	-15.092	-0,22
SERVICOS	516.994	480.852	36.142	0,30	467.804	428.508	39.296	0,32	362.849	479.977	-117.128	-0,95
ADMIN. PUBLICA	4.307	5.512	-1.205	-0,21	3.354	5.183	-1.829	-0,32	2.572	31.038	-28.466	-4,90
AGROPECUARIA	98.353	136.775	-38.422	-2,17	82.593	133.115	-50.522	-2,91	46.891	181.378	-134.487	-7,92
OUTROS	0	0	0	----	0	0	0	----	0	0	0	----
TOTAL	1451.205	1389.804	61.401	0,20	1275.674	1316.495	-40.821	-0,13	887.299	1542.245	-654.946	-2,08

ATIVIDADE ECONOMICA	JANEIRO/2009				FEVEREIRO/2010				MARCO/2009			
	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %
EXTRATIVA MINERAL	2.984	3.443	-459	-0,27	4.439	2.976	1.463	0,85	3.307	3.267	40	0,02
IND. TRANSFORMACAO	216.799	271.929	-55.130	-0,75	327.803	264.779	63.024	0,84	281.783	317.558	-35.775	-0,49
SERV.IND.UTIL.PUB.	6.903	6.190	713	0,20	7.755	5.925	1.830	0,52	6.843	6.375	468	0,13
CONSTRUCAO CIVIL	151.465	140.141	11.324	0,59	189.214	154.479	34.735	1,50	168.517	152.394	16.123	0,82
COMERCIO	283.068	333.849	-50.781	-0,72	319.938	309.256	10.682	0,14	308.549	318.246	-9.697	-0,14
SERVICOS	452.142	449.690	2.452	0,02	558.295	472.688	85.607	0,65	519.142	469.862	49.280	0,38
ADMIN. PUBLICA	11.678	9.444	2.234	0,29	19.742	11.634	8.108	1,10	14.230	7.089	7.141	0,90
AGROPECUARIA	91.511	103.612	-12.101	-0,78	99.135	95.159	3.976	0,27	117.140	109.902	7.238	0,47
OUTROS	0	0	0	----	0	0	0	----	0	0	0	----
TOTAL	1216.550	1318.298	-101.748	-0,32	1526.321	1316.896	209.425	0,63	1419.511	1384.693	34.818	0,11

ATIVIDADE ECONOMICA	ABRIL/2009				MAIO/2009				JUNHO/2009			
	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %
EXTRATIVA MINERAL	3.390	3.972	-582	-0,34	3.627	3.456	171	0,10	3.625	3.651	-26	-0,02
IND. TRANSFORMACAO	281.015	280.832	183	0,00	249.233	248.533	700	0,01	246.138	244.137	2.001	0,03
SERV.IND.UTIL.PUB.	6.876	6.302	574	0,16	6.258	5.992	266	0,07	6.204	5.401	803	0,22
CONSTRUCAO CIVIL	152.788	139.400	13.388	0,68	162.176	144.769	17.407	0,87	166.244	147.923	18.321	0,91
COMERCIO	293.078	287.431	5.647	0,08	298.366	283.760	14.606	0,21	303.306	285.784	17.522	0,25
SERVICOS	482.602	423.323	59.279	0,46	477.454	433.425	44.029	0,34	471.045	448.168	22.877	0,18
ADMIN. PUBLICA	10.340	5.308	5.032	0,63	8.462	7.011	1.451	0,18	7.956	7.128	828	0,10
AGROPECUARIA	120.357	97.673	22.684	1,45	142.999	90.072	52.927	3,34	151.831	94.662	57.169	3,48
OUTROS	0	0	0	----	0	0	0	----	0	0	0	----
TOTAL	1350.446	1244.241	106.205	0,33	1348.575	1217.018	131.557	0,41	1356.349	1236.854	119.495	0,37

ATIVIDADE ECONOMICA	JULHO/2009				AGOSTO/2009				SETEMBRO/2009			
	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %
EXTRATIVA MINERAL	3.785	3.687	98	0,06	4.169	3.192	977	0,57	4.227	3.091	1.136	0,66
IND. TRANSFORMACAO	263.157	245.803	17.354	0,24	298.018	231.454	66.564	0,91	351.039	227.721	123.318	1,68
SERV.IND.UTIL.PUB.	7.998	5.501	2.497	0,70	6.079	5.888	191	0,05	5.602	7.645	-2.043	-0,57
CONSTRUCAO CIVIL	180.477	148.302	32.175	1,57	184.570	144.613	39.957	1,92	182.719	150.052	32.667	1,53
COMERCIO	316.277	288.941	27.336	0,39	328.428	271.615	56.813	0,80	336.475	286.174	50.301	0,70
SERVICOS	481.449	453.794	27.655	0,21	520.583	435.015	85.568	0,66	508.162	445.394	62.768	0,48
ADMIN. PUBLICA	8.915	7.111	1.804	0,22	8.815	5.510	3.305	0,41	7.011	5.477	1.534	0,19
AGROPECUARIA	136.123	106.640	29.483	1,73	106.793	118.042	-11.249	-0,65	96.345	113.409	-17.064	-0,99
OUTROS	0	0	0	----	0	0	0	----	0	0	0	----
TOTAL	1398.181	1259.779	138.402	0,43	1457.455	1215.329	242.126	0,74	1491.580	1238.963	252.617	0,77

	OUTUBRO/2009				NOVEMBRO/2009				DEZEMBRO/2009			
ATIVIDADE ECONOMICA	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %
EXTRATIVA MINERAL	4.290	3.133	1.157	0,66	3.607	2.994	613	0,35	3.022	3.406	-384	-0,22
IND. TRANSFORMACAO	299.291	224.739	74.552	1,00	268.455	228.861	39.594	0,52	170.635	336.675	-166.040	-2,18
SERV.IND.UUTIL.PUB.	6.271	5.386	885	0,25	6.508	5.844	664	0,18	5.412	6.253	-841	-0,23
CONSTRUCAO CIVIL	178.624	152.468	26.156	1,21	171.342	153.551	17.791	0,81	112.529	163.495	-50.966	-2,29
COMERCIO	349.639	281.123	68.516	0,95	384.666	268.095	116.571	1,60	311.235	300.637	10.598	0,14
SERVICOS	499.498	429.917	69.581	0,53	494.917	407.665	87.252	0,66	413.756	481.838	-68.082	-0,51
ADMIN. PUBLICA	6.245	4.567	1.678	0,21	5.335	4.497	838	0,10	3.244	25.505	-22.261	-2,71
AGROPECUARIA	90.057	101.626	-11.569	-0,67	78.213	94.841	-16.628	-0,97	48.648	165.864	-117.216	-6,91
OUTROS	0	0	0	----	0	0	0	----	0	0	0	----
TOTAL	1433.915	1202.959	230.956	0,70	1413.043	1166.348	246.695	0,74	1068.481	1483.673	-415.192	-1,23

	JANEIRO/2010				FEVEREIRO/2010				MARCO/2010			
ATIVIDADE ECONOMICA	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %
EXTRATIVA MINERAL	3.828	2.636	1.192	0,70	4.439	2.976	1.463	0,85	5.334	3.911	1.423	0,82
IND. TRANSFORMACAO	297.678	228.758	68.920	0,93	327.803	264.779	63.024	0,84	408.277	335.837	72.440	0,96
SERV.IND.UUTIL.PUB.	8.189	5.651	2.538	0,72	7.755	5.925	1.830	0,52	8.988	7.395	1.593	0,45
CONSTRUCAO CIVIL	190.660	136.330	54.330	2,40	189.214	154.479	34.735	1,50	227.513	188.884	38.629	1,64
COMERCIO	312.001	318.788	-6.787	-0,09	319.938	309.256	10.682	0,14	390.708	361.289	29.419	0,40
SERVICOS	499.985	442.096	57.889	0,44	558.295	472.688	85.607	0,65	648.279	541.884	106.395	0,80
ADMIN. PUBLICA	5.389	6.195	-806	-0,11	19.742	11.634	8.108	1,10	13.765	7.615	6.150	0,82
AGROPECUARIA	92.732	88.589	4.143	0,28	99.135	95.159	3.976	0,27	117.181	106.815	10.366	0,70
OUTROS	0	0	0	----	0	0	0	----	0	0	0	----
TOTAL	1410.462	1229.043	181.419	0,55	1526.321	1316.896	209.425	0,63	1820.045	1553.630	266.415	0,80

	ABRIL/2010				MAIO/2010				JUNHO/2010			
ATIVIDADE ECONOMICA	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	VARIACAO EMPR %
EXTRATIVA MINERAL	5.207	3.884	1.323	0,75	5.235	3.276	1.959	1,11	4.793	3.352	1.441	0,80
IND. TRANSFORMACAO	364.729	281.670	83.059	1,09	346.513	284.293	62.220	0,81	323.654	279.169	44.485	0,57
SERV.IND.UUTIL.PUB.	7.496	5.692	1.804	0,50	7.553	6.595	958	0,27	7.262	6.123	1.139	0,32
CONSTRUCAO CIVIL	207.637	169.219	38.418	1,60	219.134	180.052	39.082	1,60	211.217	186.392	24.825	1,00
COMERCIO	358.737	318.012	40.725	0,55	366.729	323.264	43.465	0,58	356.842	330.211	26.631	0,35
SERVICOS	578.652	482.069	96.583	0,72	584.038	497.934	86.104	0,64	557.552	500.102	57.450	0,42
ADMIN. PUBLICA	10.588	6.383	4.205	0,56	9.136	7.130	2.006	0,26	8.150	6.536	1.614	0,21
AGROPECUARIA	127.029	88.078	38.951	2,62	154.994	92.747	62.247	4,07	153.609	98.242	55.367	3,47
OUTROS	0	0	0	----	0	0	0	----	0	0	0	----
TOTAL	1660.075	1355.007	305.068	0,91	1693.332	1395.291	298.041	0,88	1623.079	1410.127	212.952	0,62

ANEXO B VARIAÇÕES DOS RENDIMENTOS MÉDIOS

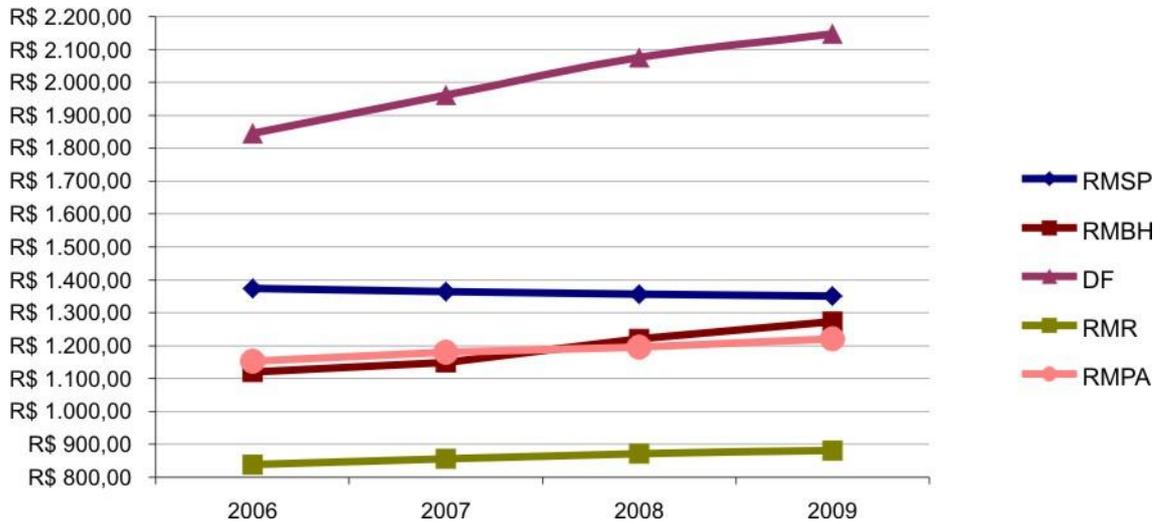


Gráfico A.B.1 - Variação do rendimento médio: assalariados
Fonte: DIEESE (2010)

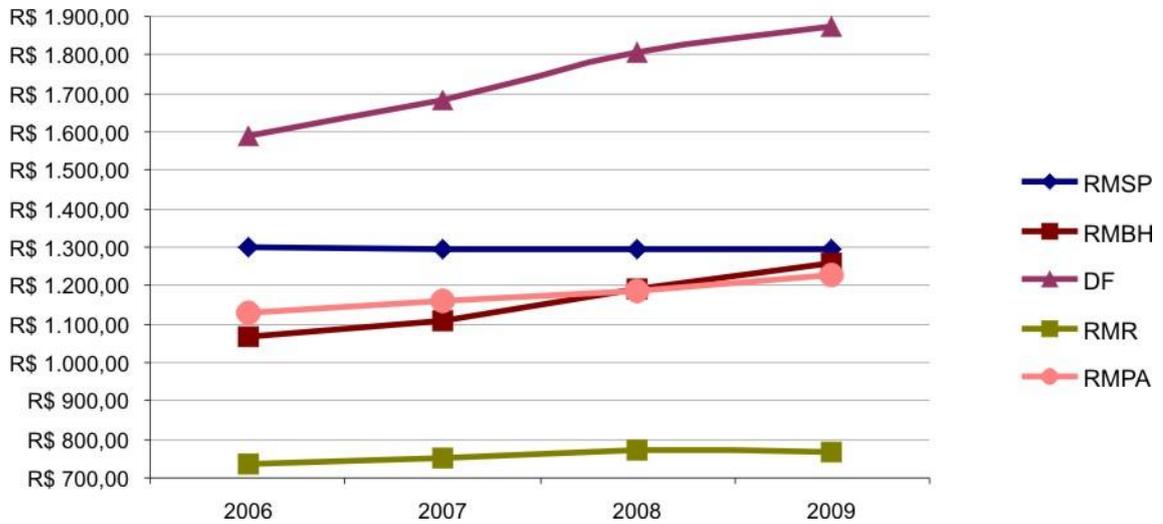


Gráfico A.B.2 - Variação do rendimento médio: ocupados
Fonte: DIEESE (2010)